

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

BERNARDO NOGUEIRA CAPUTE

SUSTENTABILIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO:

indicadores

Belo Horizonte

2011

BERNARDO NOGUEIRA CAPUTE

SUSTENTABILIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO:

indicadores

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de concentração: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientador: Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

C255s Capute, Bernardo Nogueira.
Sustentabilidade e patrimônio cultural urbano [manuscrito] : indicadores /
Bernardo Nogueira Capute – 2023.
136 p. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Arquitetura.

1. Arquitetura Sustentável – Teses. 2. Patrimônio cultural – Proteção –
Teses. 3. Proteção ambiental – Teses. 4. Meio ambiente – Teses. 5. Cataguases
(MG) – Teses. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.47

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO BERNARDO NOGUEIRA CAPUTE nº de matrícula 2009652350 DO CURSO DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e onze, às nove horas, na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Sustentabilidade e Patrimônio Cultural Urbano: Indicadores" requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, o orientador professor doutor Leonardo Barci Castriota após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para o aluno iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovação

Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias

Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

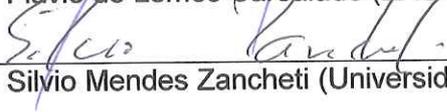
Revisões exigidas pela Comissão Examinadora:

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade (EAUFMG)



Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti (Universidade Federal de Pernambuco)

Ciente:



Bernardo Nogueira Capute

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

Belo Horizonte, 01 de março de 2011.

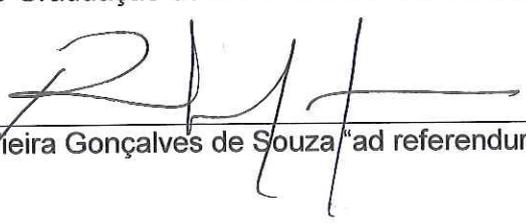
Orientador:



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG)

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenador:



Profa. Dra. Roberta Vieira Gonçalves de Souza "ad referendum"

A Deus e a Santo Antônio, pela companhia.

Aos meus pais, Álvaro e Eliane.

Aos meus irmãos, Tiago e Vitória, pelo amor incondicional.

À Paula, pela paciência e compreensão.

À professora Maria de Lourdes Dolabela Pereira, pela convivência.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e a todas as instituições que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado.

Ao corpo docente e aos funcionários do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS), da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aos professores Dr. Leonardo Barci Castriota e Dra. Maria de Lourdes Dolabela Pereira (*in memoriam*), pela orientação.

Aos colegas e amigos Ângela Cãnfora, Arlete Soares de Oliveira, Camila Ferreira, Carla Viviane da Silva Angelo, Guilherme Maciel Araújo, Helena Dolabela Pereira, Kátia Pêgo, Paulo Henrique Alonso, Roberto De Moura Fonseca e Vilmar Pereira de Sousa, pelo apoio.

À Paula Balli Cury, pela paciência e compreensão.

À minha família, pelo carinho, pelo apoio e pela dedicação.

À minha mãe, pelo incentivo.

*Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem
memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos
existir.*

José Saramago

RESUMO

Esta dissertação expõe os desafios para se utilizar indicadores de sustentabilidade no patrimônio ambiental urbano. A década de 1960 foi marcada por contestações em diversas partes do mundo, pela ampliação do conceito de patrimônio e pelo aumento da consciência ecológica. Neste estudo será apresentada uma revisão histórica das principais recomendações resultantes de conferências e encontros acerca da preservação do ambiente humano e da proteção do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade a partir de 1972. A pouca relação entre esses dois campos de pesquisa ao longo dos 20 anos que se seguiram se mostra como um entrave à criação e à utilização de sistemas de indicadores que meçam a sustentabilidade cultural. Foi apenas a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, que houve a aproximação de três campos: preservação do patrimônio, planejamento do território e preservação ambiental. O conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável e a ampliação do conceito de patrimônio são desafiantes para os gestores e as comunidades envolvidos com esses processos de preservação ambiental e proteção do patrimônio cultural. Além das características físicas dos seus bens materiais, a identidade cultural dos povos e os seus valores são os recursos a serem culturalmente sustentados para as futuras gerações, mas mensurar esses elementos históricos e culturais é uma tarefa pouco comum, pois envolve julgamentos de valor. Preservar esse patrimônio meio de um gerenciamento participativo que envolva especialistas, autoridades e comunidades significa melhorar a qualidade de vida das cidades. Para isso, dentro da matriz da qualidade de vida, devem ser utilizados indicadores que avaliem condições, fenômenos e tendências e que sejam informativos, comparativos e acessíveis aos responsáveis pela tomada de decisões. Construir e utilizar indicadores ou sistemas de indicadores que agreguem informações sobre as diferentes dimensões da sustentabilidade e suas relações de forma simplificada e holística, sem que qualquer dado seja mascarado, é fundamental para se ter uma noção da situação como um todo. O estudo de caso apresentado mostra-se como uma tentativa de criação de um índice de identificação com o patrimônio por meio de indicadores sociais subjetivos, cujas diretrizes principais são a qualidade de vida, a sustentabilidade e o patrimônio ambiental urbano. Os dados sobre as condições físicas e sociais do município de Cataguases foram obtidos por um *survey*, para que os aspectos de interesse fossem tratados detalhadamente. Se a eficácia da política de preservação do patrimônio cultural depende da sua integração às políticas econômica, social e ambiental, os seus indicadores devem estar associados de maneira eficaz. A compreensão das relações entre as diversas dimensões da sustentabilidade deve ser vista como uma motivação, e não como uma barreira à criação e à utilização de indicadores.

Palavras-chave: indicador; sustentabilidade; patrimônio; qualidade de vida.

ABSTRACT

This study displays the challenges in using sustainable indicators in the urban environmental heritage. The decade of 1960 was marked by contestations in diverse parts of the globe, by the magnifying of the heritage concept and by the increase of the ecological conscience. It is presented a historical review on the main resultant recommendations of conferences and meeting concerning the preservation of the human environment and the protection of the world-wide, cultural and natural patrimony of the humanity since 1972. The little relationship between these two fields of research throughout the twenty years that had followed shows itself as a hindrance to the creation and the use of systems of indicators that measure the cultural sustainability. However, only after the United Nations Conference on Environment and Development, in 1992, there was the approach of three fields: the heritage preservation, the territory planning and the environmental preservation. The concept of sustainability, sustainable development and the magnifying of the heritage concept are challenging for the involved managers and communities with these processes of environmental preservation and the cultural heritage protection. Beyond the physical characteristics of its corporeal properties, the cultural identity of the peoples and its values are the resources to be culturally sustained to the future generations, but to measure these historical and cultural elements is a little common task, because they involve value judgments. Preserving this heritage through a participative management that involves specialists, authorities and communities means improving the quality of life of the cities. For this, inside of the matrix of the quality of life, it must be used indicators that evaluate conditions, phenomena and trends and that they are informative, comparative and accessible to the responsible ones for the taking of decisions. Constructing and using indicators or systems of indicators that add information on the different dimensions of the sustainability and its relations of simplified and holistic form without any data are masked are basic to have a notion of the situation as a whole. The study of presented case shows itself as an attempt of creation of an index of identification with the heritage through subjective social indicators, whose main guidelines are the quality of life, the sustainability and the urban environmental heritage. The data on the physical and social conditions of the city of Cataguases had been gotten by one survey so that the interest aspects were treated at great length. If the effectiveness of the politics of preservation of the cultural heritage depends on the integration of this to the economic, social and environmental policies, its indicators must be associated in efficient way. The understanding of the relationship between the diverse dimensions of the sustainability must be faced as a motivation and not as a hindrance to the creation and use of indicators.

Keywords: indicator; sustainability; heritage; quality of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ruína do Templo de Ramsés II em Abu Simbel, na região da Núbia	22
Figura 2: Ruína do Santuário de Ísis, que antigamente se localizava na Ilha de Filas, mas com a construção da barragem de Assuã foi desmontado e reconstruído na Ilha de Agilkia, na região da Núbia.....	23
Figura 3: Diagrama do efeito dos indicadores na percepção sobre a qualidade de vida.....	102
Figura 4: Igreja de Santa Rita: elevação frontal e detalhe acesso	106
Figura 5: Colégio Cataguases.....	107
Figura 6: Chácara Dona Catarina.....	107
Figura 7: Avenida Astolfo Dutra.....	108
Figura 8: Praça Rui Barbosa.....	108
Figura 9: Bairro Jardim.....	108
Figura 10: Região da Estação Ferroviária.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média, mediana e desvio-padrão dos índices de infraestrutura, acesso e oferta de serviços, qualidade ambiental, IIPAP e IIPHC	110
Tabela 2: Resultados do modelo de análise de regressão.....	112

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEURB	Centro de Estudos Urbanos
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSD	<i>Commission on Sustainable Development</i>
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
IAPH	<i>Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i>
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
IIP	Índice de Identificação com o Patrimônio
IIPAP	Índice de Identificação com o Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico/Natural
IIPHC	Índice de Identificação com o Patrimônio Histórico e Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MMM Roberto	Marcelo Roberto, Milton Roberto e Maurício Roberto
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PDP	Plano Diretor Participativo

PMB	Produto Mundial Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSR	<i>Pressure State Response</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL	20
2.1 O período 1972-1992	20
2.2 O período pós 1992	41
3 AMBIENTE CONSTRUÍDO.....	59
4 OS INDICADORES	77
5 UMA TENTATIVA DE CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE DE IDENTIFICAÇÃO COM O PATRIMÔNIO: O CASO DE CATAGUASES.....	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO A – PRINCÍPIOS DE BELLAGIO.....	132

1 INTRODUÇÃO

O livro *1968 – O ano que não terminou: a aventura de uma geração*, do escritor e jornalista Zuenir Ventura, reconstitui esse ano em que foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹ no Brasil e quando uma geração quis fazer uma revolução em todos os sentidos, mas que não conseguiu mais do que uma revolução cultural e comportamental, no Brasil e em outras partes do mundo.

Diversas manifestações surgiram em várias partes do mundo. O “Maio de 68” em Paris, que começou com uma greve geral de estudantes e tomou proporções revolucionárias, questionava as condições de trabalho e da educação na França.

A “Primavera de Praga”, em uma Tchecoslováquia então dominada pela antiga União Soviética, durou do dia 5 de janeiro de 1968 até o dia 21 de agosto do mesmo ano e se caracterizou como um período de liberalização política. As reformas da “Primavera de Praga” se basearam na concessão de direitos aos cidadãos, na descentralização parcial da economia e na democratização. Obviamente, essas reformas não foram bem aceitas pelos soviéticos, que após tentativas frustradas de negociações reprimiram o movimento com a utilização das forças armadas.

Nos Estados Unidos, os protestos e as manifestações contra a Guerra do Vietnam eram formados principalmente por jovens, por grupos pacifistas e pela população em geral, que iam para as ruas pedir a saída do país do conflito e o retorno das tropas. Milhares de soldados norte-americanos haviam sido mortos nesse conflito e a televisão mostrava as crueldades da guerra.

Por meio do culto à personalidade, a Revolução Cultural Chinesa promoveu, também em 1968, o líder político Mao Tsé-tung a uma posição de líder supremo, que personificava todas as alegrias e conquistas do povo chinês. O *Livro Vermelho*², como ficou conhecido o conjunto de recomendações e citações de autoria de Mao Tsé-tung, era leitura obrigatória entre os estudantes e trabalhadores da China. Na

¹ O Ato Institucional nº 5 ou AI-5 foi o quinto decreto emitido pelo regime militar nos anos seguintes ao Golpe Militar de 1964 no Brasil e se sobrepunha à Constituição de 24 de janeiro de 1967 e às constituições estaduais, dando poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendendo várias garantias constitucionais.

² JUNG, C. G. **O livro vermelho** (Liber Novus). Petrópolis: Vozes, 2010

verdade, alguns historiadores afirmam que a Revolução Cultural Chinesa não passou de uma acirrada disputa política dentro do Partido Comunista Chinês (PCC). Os intelectuais seriam os principais adversários de um grupo formado por militares, camponeses, partidários do PCC e membros do governo. Com isso, o ensino superior foi enfraquecido e o progresso material e tecnológico do país ficou estagnado.

Em 1968, na Suécia, e posteriormente nos demais países escandinavos, começaram a ser realizadas pesquisas sobre o nível de vida e bem-estar da população, considerando as suas necessidades e os seus anseios.³ A crítica que se fez ao modelo sueco é que ele era muito restrito e a sua concepção muito limitada para oferecer uma imagem sociologicamente significativa do bem-estar em uma sociedade (Allardt, 1996, p. 126-127). A correção ao modelo sueco foi feita por um sistema mais amplo de indicadores para descrever o nível de vida das populações, aplicado em todos os países escandinavos no início da década de 1970. Esses países são exemplos de regimes social democratas surgidos após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de conter a expansão do comunismo na Europa. Nesse sistema o Estado é o regulador das questões sociais, políticas e econômicas em parceria com os diversos setores da sociedade civil e o promotor do bem-estar social.

No Brasil o alvo dos protestos era a Ditadura Militar, que assumiu o poder em março de 1964 por meio de um golpe de estado. Passeatas, manifestações e ações armadas pretendiam derrubar o “sistema” e restituir a democracia, que havia sido brutalmente agredida pelo AI-5.

Mas o que Zuenir Ventura (1988) aponta é que a história de 1968 não terminou; na verdade, estava começando. Os movimentos populares foram reprimidos, mas as sementes que deixaram seriam fundamentais para o decorrer da história nos anos que viriam. O ano de 1968 deu início ao fim de uma década marcada pelos movimentos das minorias, principalmente nos Estados Unidos – movimentos dos negros, das feministas, dos homossexuais e dos ambientalistas. O *Black Power* (Poder Negro) pregava o orgulho racial e o desenvolvimento cultural e político dos

³ Allardt (1996, p. 126).

negros como promoção dos seus interesses e valores. Assim como os movimentos negros, os movimentos feministas se preocupavam principalmente com questões igualitárias e discriminatórias tanto no âmbito político quanto no âmbito cultural.⁴ Apesar do seu auge ter sido na década de 1970, na cidade de São Francisco, o movimento em defesa dos direitos dos homossexuais teve sua origem na conscientização e na mudança de valores e de comportamento na década de 1960. Já os ambientalistas norte-americanos tinham como principal alvo de suas críticas o lançamento de grandes quantidades de produtos químicos e pesticidas no meio ambiente, sem o entendimento dos seus impactos sobre a biosfera.⁵

Também na década de 1960, o patrimônio histórico representado pelas edificações, e que outrora era representado apenas por monumentos históricos, teve o seu conceito ampliado.⁶ A partir daquele momento, como nos mostra Françoise Choay,

[...] os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem” (Choay, 2001, p. 12).

O ano de 1972 também pode ser considerado um divisor de águas no que se refere à preservação do ambiente humano e à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade, pois foi quando foram publicados os dois documentos mais importantes sobre esses temas: a Declaração Mundial sobre o Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo) e a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Recomendação de Paris). Além desses dois documentos, nesse mesmo ano foi publicado o relatório *The Limits to Growth* (Os limites do crescimento), encomendado pelo Clube de Roma⁷, que modelava as consequências do rápido crescimento populacional no mundo e o fim das fontes de recursos.

⁴ A esse respeito, confira *A Mística Feminina* da ativista feminista norte-americana Betty Friedan.

⁵ O livro *Silent Spring* da escritora e bióloga Rachel Carson é um marco do movimento ambientalista e provocou a proibição do uso de produtos químicos e pesticidas nos Estados Unidos no começo da década de 1970.

⁶ Choay (2001, p. 12).

⁷ Fundado em 1968 por Aurélio Peccei e Alexander King, esse grupo se reúne para debater um amplo conjunto de assuntos ligados à política, à economia internacional e ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em 1972, o grupo contratou uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), chefiada por Donella Meadows, para elaboração do relatório intitulado *Os Limites do Crescimento*.

Em 1972 foi realizado um estudo comparativo em grande escala nos países escandinavos sobre o bem-estar de suas populações. Segundo Allardt (1996), o estudo se baseou em entrevistas para amostras de probabilidade nacional de aproximadamente 1.000 pessoas em cada um dos países – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, além de oferecer um sistema mais amplo de indicadores descritivos do nível e da qualidade de vida nesses países.

O início da década de 1970 assistiu, também, à aplicação da perspectiva da Conservação Integrada na reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, Itália. O objetivo era romper os limites da restauração e recuperação de monumentos para abarcar o todo dos centros históricos, principalmente com a participação da população na tomada de decisões.

Porém, cabe ressaltar aqui que, apesar de o ano de 1972 ter sido marcado por duas conferências – uma ligada à conservação do meio ambiente e a outra ligada à conservação do patrimônio natural e cultural, o que se viu foi uma clara falta de diálogo entre esses dois campos. A aproximação entre os dois campos só se iniciou 20 anos depois, com a criação do Centro do Patrimônio Mundial, responsável pela unificação dos setores cultural e natural do secretariado da Convenção, e principalmente com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁸ (CNUMAD) e com a consequente publicação da Agenda 21.⁹

A Agenda 21 destaca a importância de se desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação e a adoção de indicadores que meçam os câmbios nas dimensões econômica, social e ambiental com o objetivo de auxiliar os gestores na tomada de decisões. Assim, em relação aos bens patrimoniais, o monitoramento pode ser utilizado para avaliar as forças e pressões externas aos sítios, para avaliar o “estado de conservação” dos sítios, para avaliar a significância e os valores do sítio e para avaliar a eficácia do gerenciamento e/ou das ações de conservação nos sítios.

⁸ Conferência Geral das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento/Organização das Nações Unidas (ONU), de 13 a 14 de junho de 1992.

⁹ Esse documento estabelece que cada país deve se comprometer a pensar e agir de forma local e global no que diz respeito à cooperação entre os atores para solucionarem os problemas socioambientais.

O objetivo desta dissertação foi expor e discutir os desafios de se utilizar indicadores ligados à sustentabilidade cultural, representada pelo patrimônio ambiental urbano formado pelos conjuntos produzidos pela mão do homem. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável cultural está ligado à identificação e ao amor ao lugar e considerando a cidade como patrimônio ambiental urbano, esses instrumentos devem, a nosso ver, contribuir para a gestão das áreas urbanas de interesse cultural. O que se percebe é que, frequentemente, os indicadores de sustentabilidade englobam dimensões sociais, econômicas, ambientais e, em alguns casos, institucionais. Nota-se que a dimensão cultural está geralmente ausente das estruturas usadas, portanto ela fica ausente dos debates contemporâneos que tratam da sustentabilidade. Em relação ao patrimônio cultural, o uso de indicadores para a sua conservação não acompanhou o ritmo da utilização de indicadores para a conservação do meio ambiente, principalmente após a CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro.

Para tratar desse tema complexo, serão repassados alguns conceitos fundamentais para o assunto – patrimônio, sustentabilidade, ambiente construído e indicadores. Acompanhou-se, em um estudo de caso, o esforço de se criar um indicador para a área do patrimônio.

No capítulo 1 tem-se uma revisão histórica, analisando algumas recomendações internacionais de preservação do meio ambiente e de proteção do patrimônio cultural e natural, publicadas a partir de 1972, com o intuito de verificar como as políticas ambientais e culturais caminharam sem que houvesse um diálogo devidamente aprofundado entre esses dois campos. Esse capítulo mostra como a preocupação em relação ao ambiente construído está no gerenciamento do desenvolvimento e das mudanças que devem melhorar a qualidade de vida. Portanto, as autoridades estatais e os demais atores envolvidos, responsáveis pela conservação do ambiente histórico construído, assim como a comunidade, devem monitorar as mudanças ocorridas, ou seja, medi-las e avaliá-las. Dois conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação são tratados nesse capítulo: patrimônio e sustentabilidade. São apresentadas as visões de alguns autores sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e suas dimensões e relação com o patrimônio cultural, além de três matrizes discursivas da sustentabilidade urbana e suas definições.

No capítulo 2 expõe-se como o ambiente construído pelo homem, portador de significados e representado pelos conjuntos urbanos – cidades, bairros, é fonte de recursos, ou melhor, de valores, identidade e diversidade cultural. Será utilizado o conceito de *genius loci*, introduzido por Norberg-Schulz, para apresentar o ambiente construído como o *lugar* onde os seres humanos devem estar em paz e protegidos, ou seja, o lugar para se “habitar”. Será discutida, também, a importância da identidade cultural e dos valores como “recursos” produzidos pelo ambiente construído pelo homem e sujeitos a processos de transformação.

No capítulo 3 ressalta-se a importância do uso dos indicadores como instrumentos de monitoramento das mudanças e de auxílio no processo de tomada de decisão. São apresentados os desafios de se construir indicadores que considerem o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade sob o ponto de vista do patrimônio cultural e ambiental urbano.

No capítulo 4 tem-se um estudo de caso na cidade de Cataguases, em Minas Gerais, onde foram utilizados indicadores sociais subjetivos e objetivos a partir da utilização das análises de *surveys*.¹⁰ O interesse está na análise dos critérios e dos procedimentos metodológicos utilizados no processo de escolha desses indicadores e na construção de índices de identificação com o patrimônio cultural para o caso de Cataguases.

No capítulo 5 estão algumas considerações finais relevantes em relação à revisão bibliográfica e à forma como os indicadores foram utilizados e como os índices foram criados no estudo de caso. Essas considerações estão direcionadas aos conceitos de identidade cultural, valores, patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

A relevância desta pesquisa está na necessidade da criação e utilização de instrumentos – indicadores – para o monitoramento e a avaliação das mudanças ocorridas nos sítios urbanos em relação à dimensão cultural da sustentabilidade. Esta dimensão, que não tem sido incluída nas estruturas desenvolvidas por agências e organismos internacionais e nacionais envolvidos com a criação e

¹⁰ Os *surveys* têm suas origens no antigo Egito, em Roma e/ou na China, a partir da dinastia Ming, onde se procurava avaliar o poder de guerra e as taxas de impostos.

utilização de indicadores de sustentabilidade, deve ser trazida aos debates que tratam do desenvolvimento sustentável.

2 PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Após a Segunda Guerra Mundial, os países industrializados, localizados quase na sua totalidade no Hemisfério Norte, gozavam de certo nível de bem-estar social à custa de um predatório consumo dos recursos naturais, enquanto os países em desenvolvimento se defrontavam com problemas ligados ao crescimento populacional, à falta de infraestrutura e a conflitos culturais, sociais e econômicos.

O aumento da pressão exercida pela antroposfera sobre a ecosfera, segundo Bellen (2006), levou ao crescimento da consciência, a partir da década de 1970, sobre os problemas ambientais gerados por padrões de vida incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente.¹¹ Essa reflexão propiciou o surgimento do conceito de *desenvolvimento sustentável*, que preconiza a não destruição da sua base de sustentação, no caso o meio ambiente, e que garanta qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

Essa reflexão sobre a crise ecológica moderna no nível mundial leva ao surgimento de novas alternativas de relacionamento da sociedade contemporânea com seu ambiente, procurando reduzir os impactos que ela produz sobre o meio que a cerca (Bellen, 2006, p. 17).

Apesar de os debates sobre a noção de sustentabilidade estarem envolvidos em quase todas as áreas do conhecimento, eles obrigatoriamente têm suas raízes nas reflexões de duas disciplinas consideradas científicas: Ecologia e Economia¹² (Veiga, 2010). A compreensão dos problemas ecológicos tem como ponto central a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, em que “o conceito de desenvolvimento sustentável trata especificamente de uma nova maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo” (Bellen, 2006, p. 22).

2.1 O período 1972-1992

Em 1972 foi publicado, a pedido do Clube de Roma, o relatório *Os Limites do Crescimento*, resultado da pesquisa realizada por uma equipe do *Massachusetts*

¹¹ Bellen (2006, p. 13).

¹² Veiga (2010, p. 2).

Institute of Technology (MIT) e coordenada pela professora, escritora e cientista ambiental Donella Meadows. O crescimento da população, o crescimento do Produto Mundial Bruto (PMB), a produção de alimentos, a produção de fertilizantes, os estoques de recursos não renováveis, o crescimento do consumo de energia e a poluição ambiental foram as variáveis selecionadas, cujo crescimento exponencial indicava um futuro desequilíbrio, podendo levar o Planeta a um colapso total.

A ideia de crescimento econômico começava a ser questionada por alguns ecologistas desejosos de um estilo de vida em que o objetivo principal fosse o máximo de liberdade e felicidade para o indivíduo, e não o máximo Produto Nacional Bruto (PNB). Diante desse quadro, as preocupações ecológicas e ambientais marcaram, a partir dos anos de 1970, as conferências internacionais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972, produziu a Declaração de Estocolmo, que trata da necessidade de se estabelecer uma visão global e princípios comuns que orientem a preservação e a melhoria do meio ambiente. Esses princípios estão direcionados principalmente à garantia dos direitos humanos, à preservação dos recursos naturais, à importância do desenvolvimento socioeconômico e à mitigação dos efeitos produzidos pelas atividades antrópicas.

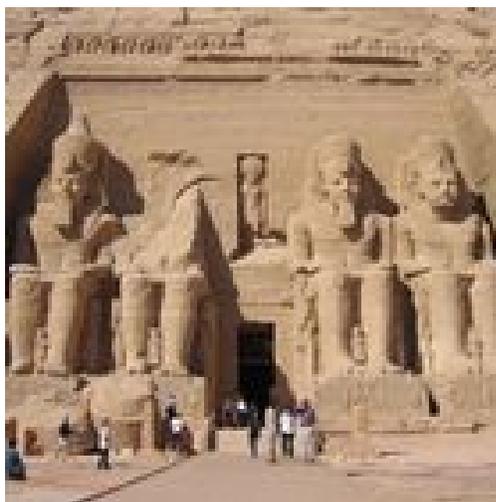
A Declaração destaca a necessidade de se estabelecer um planejamento racional e integrado para o desenvolvimento, para que as políticas ambientais não o comprometam. Os assentamentos humanos devem ser planejados e urbanizados por meio de políticas governamentais adequadas, de forma a eliminar problemas ambientais decorrentes do desrespeito às normas construtivas e do crescimento populacional. O uso da ciência e da tecnologia e a educação são essenciais para preservar e melhorar o meio ambiente.

Na segunda metade do século XX, a industrialização se expandiu por toda parte do mundo: no velho Ocidente, no mundo do “socialismo realmente existente” e nos países do Terceiro Mundo. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, o que provocou, entre os

países, uma corrida desenfreada em busca de novas fontes de energia (Hobsbawn, 1995).

Mas um fato que envolveu dois países do Terceiro Mundo nessa busca incessante por novas fontes de energia mudou os rumos da preservação do ambiente humano e do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade. Na prática, questões ambientais, sociais, econômicas, institucionais e culturais se encontraram quando o mundo batia às portas da década de 1960, no entanto, inexplicavelmente, demorariam mais de 30 anos para se encontrarem novamente. Hooff (1998) relata que em 1959 os monumentos situados na região da Núbia¹³ (Figuras 1 e 2) estavam ameaçados de destruição pelas águas da Represa de Assuã, o que levou os governos do Egito e do Sudão a solicitarem a proteção da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).¹⁴ Essa exitosa campanha internacional, cujo objetivo coincidia com os de duas organizações não governamentais – *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* e *International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)*, foi a primeira em favor da conservação do patrimônio cultural e da proteção de monumentos insubstituíveis (Hooff, 1998, p. 6).

Figura 1: Ruína do Templo de Ramsés II em Abu Simbel, na região da Núbia



Fonte: Unesco (2010).

¹³ Região situada no vale do Rio Nilo, entre o Egito e o Sudão, onde, na Antiguidade, habitaram civilizações anteriores à civilização egípcia.

¹⁴ Hooff (1998, p. 6).

Figura 2: Ruína do Santuário de Ísis, que antigamente se localizava na Ilha de Filas, mas com a construção da barragem de Assuã foi desmontado e reconstruído na Ilha de Agilkia, na região da Núbia.



Fonte: Unesco (2010).

Enquanto a IUCN se esforçava para fortalecer as medidas de proteção das reservas naturais, o ICOMOS se preocupava com a proteção dos monumentos, edifícios e sítios históricos. Com base nos objetivos dessas duas organizações e no êxito da campanha internacional lançada pela Unesco, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano solicitou a esse organismo a criação de uma convenção para a proteção do patrimônio cultural e natural.

Também em 1972 foi publicada, em 16 de novembro, a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* ou *Recomendação de Paris*, resultado da Conferência Geral da UNESCO. Essa Convenção expressa a preocupação da UNESCO com as ameaças de destruição ao patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade. Ameaças devido não somente a causas naturais de degradação, mas, também, ao desenvolvimento social e econômico, agravado por fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais preocupantes, o que acarretaria um empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo. Esse documento conclama a coletividade internacional a participar da proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, prestando assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a completa eficazmente. Sendo assim, foi necessário criar um sistema eficaz de proteção

coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos.

A partir dessa Convenção, os Estados-parte responsabilizaram-se por desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas e por aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitissem ao Estado enfrentar os perigos que ameaçavam seu patrimônio cultural ou natural, além de tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras cabíveis para identificar, proteger, conservar, valorizar e reabilitar o patrimônio. Porém, o patrimônio cultural e o patrimônio natural são definidos e tratados separadamente naquele documento: o primeiro é fruto do trabalho do homem, que tenha valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico, e o segundo é representado por formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. A Convenção estabelece que:

Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural [...], situado no seu território constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente, no plano financeiro, artístico, científico e técnico (IPHAN, 2001, p. 179).

Um comitê e um fundo intergovernamental para proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional foram criados junto à UNESCO, denominados, respectivamente, Comitê do Patrimônio Mundial e Fundo do Patrimônio Mundial.

A ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico se deu a partir da década de 1960, com a inclusão de novos tipos de bens (expansão tipológica), com o alargamento do quadro cronológico (expansão cronológica) e das áreas geográficas (expansão geográfica) e, finalmente, com a expansão do público dos monumentos históricos, graças ao desenvolvimento da sociedade de lazer e do turismo cultural de massa. Segundo Choay (2001), a Convenção simbolizou essa ampliação ao, no seu texto, basear o conceito de patrimônio cultural universal no de monumentos, conjuntos de edifícios e locais de interesse com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, da etnologia, da arqueologia e da antropologia.

Com o conceito de patrimônio sendo ampliado na década de 1960, também começa a ser formulada a ideia da conservação das características de um bem portador de significado cultural em contraposição à simples manutenção desse bem em seu estado original. A conservação, postura que é aqui introduzida, se mostra como um processo dinâmico que envolve participação pública, diálogos e negociações, e que, ao contrário da preservação, se preocupa com as formas de avaliar e interpretar o patrimônio cultural com base em valores. Ao envolver forma, significado e valor, a conservação se mostra um poderoso meio interdisciplinar de proteção baseado nas ciências humanas, sociais e físicas.

Não só o conceito de patrimônio arquitetônico sofreu “uma verdadeira ‘explosão’, “que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo” (Cagriota, 2009, p. 84). Graças à contribuição de outras disciplinas, como a Antropologia, o conceito de “patrimônio cultural” também teve suas fronteiras ampliadas e, assim, integrou “os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante.” (Cagriota, 2009, p. 85). Nesse processo, segundo Cagriota (2009), a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa.

A abordagem antropológica da cultura está baseada em um conceito holístico que a identifica com a totalidade das manifestações de uma sociedade. Percebe-se a tendência de preservar o patrimônio popular e vernacular e os territórios, em vez de pontos de referência, além da valorização de movimentos de base nas comunidades locais. Percebe-se também, nessa abordagem antropológica, a tendência política para a participação em questões relacionadas ao desenvolvimento, à cultura e, principalmente, à conservação do patrimônio sob uma estrutura institucional. A defesa da conservação do patrimônio cultural urbano se baseia na capacidade dessa abordagem estabelecer elos entre os diversos interesses e as atividades humanas e através de gerações.

A conservação do patrimônio que cresce sob esta abordagem está orientada em direção à continuidade das tradições e respeito às evidências de uma vida cotidiana comum; ela está baseada na conservação de unidades históricas vivas (Markeviciene, 2002, p. 81).

Em outubro de 1975, foi publicada a Declaração de Amsterdã, resultado do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, que destaca a importância da implementação de uma nova política de proteção e conservação integradas nas quais seus princípios levem em conta a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais. Segundo aquele documento, o patrimônio deve ser integrado à vida social por meio da referência combinada a duas escalas de valores – cultural e de uso, o que exige uma adaptação das medidas legislativas e administrativas.

Dentre as considerações essenciais apontadas pelo Congresso, algumas devem ser destacadas. A primeira está na necessidade de estabelecer ajuda mútua por meio da troca de ideias e de informações por parte dos poderes locais. Devem ser produzidos relatórios periódicos sobre o estado do desenvolvimento dos trabalhos de conservação arquitetônica, de forma a permitir a troca de experiências. A segunda está no alerta para a necessidade de apreciação do patrimônio arquitetônico pelo público e pelas novas gerações para que ele sobreviva. Por isso, a participação da população deve estar baseada em programas de educação patrimonial e em informações objetivas e completas para que seja levada em conta durante os processos de tomada de decisão.

Os poderes locais devem aperfeiçoar suas técnicas de pesquisa, para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos de conservação e levá-la em conta desde a elaboração dos seus projetos. Em relação à política de informação ao público, eles devem tomar suas decisões à vista de todos, utilizando uma linguagem clara e acessível, a fim de que a população possa conhecer, discutir e apreciar os motivos das decisões (IPHAN, 2001, p. 205).

É interessante observar que a década de 1970 presenciou a evolução de dois conceitos fundamentais: conservação e sustentabilidade.¹⁵ O primeiro, como mencionado, começou a ser formulado na década de 1960, com a ampliação do conceito de patrimônio. O segundo, como relata Veiga (2006), estava inicialmente associado à biologia populacional e era utilizado em pesquisas sobre manejo da pesca e de florestas, no combate às atividades predatórias dos seres humanos. O termo *sustentabilidade* foi, segundo Veiga (2006), transferido para o processo de

¹⁵ O conceito de sustentabilidade é originário das Ciências Biológicas e está associado à exploração de recursos renováveis, em especial daqueles que podem se esgotar pelo uso desordenado, e tem o método de manejo como estratégia de compensação entre as espécies e a preservação da vitalidade dos ecossistemas.

desenvolvimento como um todo. “A novíssima expressão *desenvolvimento sustentável* foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento” (Veiga, 2006, p. 86).

O termo *conservação* está, de acordo com a *Carta de Burra*¹⁶ publicada em 1980, associado aos “cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural”, devendo “implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação” (IPHAN, 2001, p. 247-248).

Na conservação de qualquer bem deve ser levado em consideração o conjunto de indicadores de sua significação cultural; nenhum deles deve ser revestido de uma importância injustificada em detrimento dos demais (IPHAN, 2001, p. 249).

No entanto, esses dois conceitos ainda não estavam ligados em termos de políticas globais, pelo menos explicitamente, apesar de se ocuparem de objetivos similares. A sustentabilidade estava naquele momento ligada à qualidade ambiental e ao crescimento econômico e a conservação se preocupava com a memória, com a identidade e com os valores, por meio da gestão da mudança e da manutenção da qualidade do ambiente.

Em 1982, uma década após a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972, a Assembleia Mundial dos Estados se reuniu em Nairóbi, entre os dias 10 e 18 de maio, para uma revisão das medidas tomadas para implementar a declaração e o plano de ação adotados naquela conferência.¹⁷ No entanto, a Assembleia expressou preocupação em relação ao estado do ambiente e reconheceu a necessidade de intensificar esforços em níveis global, regional e nacional para sua proteção e seu melhoramento.

Nesse intervalo de dez anos houve um progresso significativo das ciências ambientais: a educação, os meios de informação, a capacitação profissional, a

¹⁶ A Carta de Burra foi adotada em 19 de agosto de 1979 pelo ICOMOS da Austrália, na cidade de Burra. Ela foi atualizada em 23 de fevereiro de 1981, em 23 de abril de 1988 e em 26 de novembro de 1999.

¹⁷ Assembleia Mundial dos Estados/UNEP – Organização das Nações para o Meio Ambiente, Nairóbi, Quênia, de 10 a 18 de maio de 1982.

legislação ambiental e os dispositivos relativos à proteção ambiental. Porém, “o desmatamento, a degradação do solo e a desertificação atingiram proporções alarmantes e puseram seriamente em risco as próprias condições de sobrevivência em vastas regiões do planeta” (IPHAN, 2001, p. 260).

A Declaração de Nairóbi, de 1982, alerta também para as mudanças ocorridas na camada de ozônio, além da concentração crescente de dióxido de carbono e de chuvas ácidas. A poluição das águas marinhas e interiores, o descuido com o destino final e a reutilização de substâncias perigosas e a extinção de espécies animais e vegetais também foram consideradas ameaças para o ambiente humano, e o consumismo e o desperdício, responsáveis pela exploração predatória do meio ambiente.

O subdesenvolvimento foi apontado como o responsável por deficiências ambientais que geram graves problemas que poderiam ser combatidos com uma justa e equilibrada distribuição de recursos econômicos e técnicos entre os países. A utilização de tecnologia apropriada, particularmente da tecnologia elaborada por outros países em vias de desenvolvimento, poderia compatibilizar o progresso econômico e social com a conservação de recursos naturais. O papel das inovações técnicas teve uma atenção particular para a promoção da substituição, da reciclagem e da conservação dos recursos naturais.

Apesar da fragilidade dos sítios de interesse cultural, estes não foram tratados de forma específica pela Declaração de Nairóbi. A Declaração tratou o ambiente como um todo, como não poderia deixar de ser, mas uma atenção especial deveria ter sido dedicada aos sítios ameaçados pelo crescimento populacional, pelas desigualdades socioeconômicas, pelas pressões ambientais, pelas mudanças tecnológicas, políticas e comportamentais e pelo turismo.

Após a publicação da Declaração de Nairóbi, a IUCN e o ICOMOS foram solicitados pelo Comitê do Patrimônio Mundial a propor sistemas de monitoramento apropriados.¹⁸ Em 1983, com base em sua extensa rede global de dados, a IUCN começou a apresentar relatórios sobre as ameaças aos sítios naturais. Segundo

¹⁸ Stovel (1995).

Stovel (1995), esses relatórios foram descritos como “reativos”, ou seja, respostas a uma ameaça percebida. Em 1985 e 1986, o ICOMOS, por sua vez, apresentou ao Comitê um número de esquemas de monitoramento que foram rejeitados por serem considerados inapropriados, pois invadiam a soberania dos Estados-parte da Convenção. O ICOMOS, então, voltaria a produzir relatórios de monitoramento apenas em 1991.

A Declaração do México¹⁹, resultado da conferência mundial organizada pelo ICOMOS sobre as políticas culturais, publicada em 1985, destaca a necessidade da colaboração entre as nações, a garantia do respeito ao direito dos demais e a segurança do exercício das liberdades fundamentais do homem e dos povos. A conferência define cultura

[...] como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (IPHAN, 2001, p. 272).

Com base nessa definição, a Conferência afirma alguns princípios, dentre os quais cabe ressaltar que, em relação à identidade cultural, esta e a diversidade cultural são indissociáveis. Em relação à dimensão cultural do desenvolvimento, a Conferência afirma que:

A cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento tem sido concebido frequentemente em termos quantitativos, sem levar em conta a sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico persegue o bem-estar e a satisfação constantes de cada um e de todos. [...] só se pode atingir um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais nas estratégias para alcançá-lo; em consequência, tais estratégias deverão levar sempre em conta a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade (IPHAN, 2001, p. 273-274).

A Declaração enfatizou a importância da manutenção e da perpetuação da identidade cultural dos povos como uma riqueza fundamental à sua sobrevivência. Mesmo antes dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável virem à tona no final da década de 1980, já havia, por parte do ICOMOS, a preocupação em relação à transmissão desse recurso às futuras gerações por meio

¹⁹ Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, México (ICOMOS), 1985.

do respeito ao passado e do intercâmbio com outras culturas como forma de evolução. O documento destaca a importância da relação entre a dimensão cultural com outras dimensões – histórica, social e econômica – na elaboração de estratégias que alcancem um desenvolvimento equilibrado. Mas a questão ambiental, tão defendida na Declaração de Nairóbi, não teve o mesmo destaque na Declaração do México.

Por sua vez, o termo *desenvolvimento*, acompanhado do adjetivo *sustentável*, foi o grande protagonista do Relatório Brundtland²⁰, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1991. *Desenvolvimento sustentável*, expressão que já aparecera no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento em 1979 e no documento intitulado Estratégia Mundial de Conservação, produzido pela IUCN e publicado em 1980²¹, foi definido ali como o desenvolvimento que satisfaz às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Na verdade, o princípio da sustentabilidade sempre esteve profundamente enraizado na natureza e na cultura humana, pois a necessidade de ser sustentável sempre esteve presente em várias culturas e em várias épocas. A sobrevivência da cultura humana depende de raízes e suportes para que ela seja transmitida às futuras gerações. Em tempos pretéritos, o sistema era suficientemente adaptável e respondia adequadamente às atividades humanas, que até então eram em pequena escala.

Nota-se, na definição do Relatório Brundtland, a preocupação com as gerações futuras e suas capacidades, necessidades, possibilidades e limitações. Entretanto, para Edwards (2008), essa definição do conceito é imprecisa e aberta a diferentes interpretações, muitas vezes contraditórias.²² Para ele, devido às suas repercussões abrangentes e impactantes, talvez essa definição seja o maior imperativo para o desenvolvimento global no século XXI (Edwards, 2008).

²⁰ Relatório Brundtland/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991).

²¹ Bellen (2006, p. 23).

²² Edwards (2008, p. 20).

A partir da publicação do Relatório Brundtland, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passaram a ser associados a vários discursos, conforme as necessidades de cada setor. A sustentabilidade surgiu então como o elemento central para a elaboração das novas políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental ligadas ao crescimento populacional; aos recursos básicos em longo prazo – água, energia, alimentos; à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; ao uso de fontes energéticas renováveis; ao aumento da produção industrial com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; à urbanização; e ao atendimento das necessidades básicas – saúde, habitação, escola. Assim, as gerações presentes deveriam se preocupar com a conservação dos recursos ambientais em benefício das gerações futuras, procurando manter o equilíbrio com o crescimento econômico e o bem-estar social. Há de se saber, no entanto, que desenvolvimento sustentável é uma meta e sustentabilidade é um processo.

Mas, e a questão cultural? A cultura não representa os estilos de vida das sociedades ou comunidades dentro dos seus ambientes físicos responsáveis por dar a um grupo social suas próprias estruturas e criar uma identidade cultural original? A essência de qualquer cultura não está na conservação, preservação e manutenção do patrimônio como processo de sua transferência às gerações futuras? Não se pode adaptar a fórmula popular do uso sustentável dos recursos naturais para as necessidades de preservação e conservação do patrimônio como recurso cultural?

A partir da publicação do Relatório Brundtland começou a aproximação entre os campos da preservação do meio ambiente e da proteção do patrimônio cultural e natural. Essa aproximação, no entanto, se intensificaria na década de 1990, quando as ideias de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passariam a ser adaptadas à conservação do patrimônio cultural.

Para Jokiletho (1999), apesar de o Relatório Brundtland focar na gestão dos recursos e na diminuição da miséria em países pobres, e nenhuma menção ter sido feita ao patrimônio cultural, a questão da sustentabilidade, desde então, foi ampliada e qualificada não somente nos termos do ambiente natural, mas também em relação aos históricos e às paisagens culturais.

Carsalade (2001) define sustentabilidade como um processo de desenvolvimento que une as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações usufruírem do seu patrimônio natural e cultural, devendo ser ressaltado que, em nível cultural, ela se dá por meio da preservação de valores e mensagens que conferem sentido e identidade a determinado grupo cultural e étnico.²³

Para Stovel (1999), sustentabilidade é um conceito evoluído relativo às ameaças percebidas à sobrevivência dos recursos naturais. Desta forma, os atores envolvidos com o patrimônio cultural têm sido vivazes em transferir esses adequados conceitos à sobrevivência dos recursos culturais físicos – monumentos ou lugares.

Na realidade, a conservação tem mantido por muito tempo que seu interesse preliminar é a preservação dos valores ou as mensagens que dão o significado ao patrimônio cultural, e que a sobrevivência dos recursos deve ser compreendida somente como um gesto de apoio para os valores que eles carregam (Stovel, 1999, p. 19).

Apesar de estar fora dos debates, a questão cultural, como não poderia deixar de ser, sempre foi considerada nas cartas internacionais e nas políticas de conservação e preservação, encarregadas da transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural. O patrimônio cultural urbano, como classe específica de artefato humano, exerce um papel extremamente importante porque foi construído para ser o *habitat* dos seres humanos. Para que esse sistema cultural se sustente indefinidamente, os recursos culturais renováveis não devem ser usados mais rapidamente do que a taxa em que podem ser recriados ou substituídos por recursos novos adequados. Os recursos culturais não renováveis não devem ser usados mais rapidamente do que a taxa em que podem ser substituídos. E, finalizando, as mudanças não devem ser geradas mais rapidamente do que a taxa em que o sistema cultural pode absorvê-las. A fim de assegurar a continuidade cultural e social das sociedades e comunidades, os conjuntos históricos devem ser considerados recursos culturais frequentemente insubstituíveis e necessários, dando a eles possibilidades para sua sobrevivência e para seu renascimento.

Mas a sustentabilidade não se limita apenas à sua divisão em dimensões – social, ambiental, econômica, institucional, cultural, como será mostrado posteriormente. As

²³ Carsalade (2001).

relações entre essas dimensões devem ser compreendidas para que se tenha a compreensão do todo. A sustentabilidade é um processo holístico e, portanto, as partes não devem ser analisadas separadamente.

Zancheti e Jokilehto (1997, p. 47) afirmam que desenvolvimento sustentável em nível urbano consiste em um processo “baseado no constante reuso de recursos construídos e naturais existentes, associados com uma baixa entrada de energia para a adaptação aos novos requisitos concebidos em uma sociedade” e “fundado na cultura local, em uma distribuição justa de serviços urbanos, do uso dos princípios democráticos de gestão, e da manutenção e regeneração de práticas e valores sociais tradicionais”.²⁴ E sob o ponto de vista da sustentabilidade, segundo os autores, o patrimônio é compreendido como um recurso não renovável e portador dos valores culturais de uma sociedade: identidade, memória, autoconsciência e vocação artística. Uma abordagem sustentável só será assegurada no pensamento sobre desenvolvimento urbano se o debate sobre valores for colocado como uma questão central do processo de planejamento (Zancheti; Jokilehto, 1997).

A reutilização de um edifício poupa-o das ameaças do desuso, mas implica o desgaste por seu uso. Para que essa operação seja bem-sucedida, o estado físico e o fluxo dos usuários devem ser avaliados. Valorizar o patrimônio por meio da reintegração de um edifício em desuso e sujeito a usurpações se torna um desafio contraditório, corajoso e árduo.

Zancheti e Jokilehto (1997) destacam a importância do consumo de energia e de recursos naturais na preservação de um bem cultural (dimensão ambiental), nos princípios de justiça e equidade (dimensões econômica e social), nos princípios democráticos de gestão (dimensão institucional) e no respeito aos valores sociais tradicionais (dimensão cultural). As ideias apontadas pelos autores são concordantes com as três representações de cidade apresentadas por Acselrad (1999)²⁵ sobre o que seja sustentabilidade urbana e que representam distintamente a cidade. Na primeira, a cidade é vista como uma representação tecnomaterial, baseada em modelos de eficiência ecoenergética ou de equilíbrio metabólico. Ou

²⁴ Zancheti e Jokilehto (1997, p. 47).

²⁵ Acselrad (1999, p. 82).

seja, se a cidade é vista como uma matriz de consumo de espaço, energia e matérias-primas e de produção de rejeitos, a sustentabilidade, então, decorre da adoção de tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia e voltadas para a reciclagem de materiais e da capacidade adaptativa dos ecossistemas urbanos²⁶ (Acselrad, 1999). Se a insustentabilidade, neste caso, está associada ao impacto entrópico²⁷ das atividades urbanas, justifica-se a afirmativa de Zancheti e Jokilehto (1997) sobre o reuso de recursos construídos e naturais existentes, associados com a baixa entrada de energia.

A segunda representação apontada por Acselrad (1999) define cidade como espaço da “qualidade de vida” e que evoca, por meio da cidadania, um modelo austero de “purificação” em detrimento às emissões líquidas e gasosas de substâncias nocivas e tóxicas. Devem ser fortalecidas as políticas públicas estruturadas em diálogos, processos de negociações e realizações de pactos que mantenham a cidade não apenas em sua materialidade, mas como instituição sociopolítica: gestão. Nessa representação, “uma noção de sustentabilidade associada à categoria patrimônio refere-se não só à materialidade das cidades, mas a seu caráter e suas identidades, a valores e heranças construídos ao longo do tempo” (Acselrad, 1999, p. 84-85).

A manutenção da existência simbólica do patrimônio cultural urbano significativo pode ser alcançada por meio de estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos cidadãos habitantes desses sítios. Mais uma vez, a dupla Zancheti e Jokilehto (1997) e Acselrad (1999) concordam quando apontam que o desenvolvimento sustentável urbano está fundado na cultura local e na manutenção e regeneração de práticas e valores sociais tradicionais. Cabe ressaltar nessa matriz a importância da cidade como espaço de cidadania para a conquista dos direitos, sejam eles relacionados às condições saudáveis de existência, ou ligados ao uso, ao desfrute e à manutenção da existência simbólica de sítios urbanos.

²⁶ Esse processo está associado ao conceito de *resiliência*, definido como a propriedade de um sistema em acumular energia durante um processo de estresse e depois utilizá-la para voltar ao seu estado normal.

²⁷ Na física, especialmente na segunda lei da termodinâmica, entropia significa a medida da quantidade de desordem de um sistema termodinâmico, ou seja, a parcela de energia que não pode ser transformada em trabalho.

A avaliação da qualidade de vida dos cidadãos em cidades patrimoniais é fundamental para o desfrute desses lugares. Sendo assim, os indicadores não devem se limitar apenas ao estado físico do bem, mas às condições oferecidas por esse bem (suporte físico). A avaliação da qualidade de vida se faz necessária para a compreensão dos valores pelos quais um bem patrimonial urbano é reconhecido, e o seu nível está diretamente associado à relação existente entre o homem e o seu ambiente.

Acselrad (1999), em sua terceira e última representação, aponta a cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas. A sustentabilidade está, neste caso, associada às condições de construção política da base material das cidades. De acordo com o modelo da *eficiência*, devem ser feitos investimentos em infraestrutura para que o acesso e a oferta de serviços urbanos acompanhem o crescimento da demanda e para que, de acordo com o modelo da *equidade*, não haja segmentação socioterritorial entre atendidos e não atendidos.²⁸ Trata-se da distribuição justa de serviços urbanos, apontada por Zancheti e Jokilehto (1997). Essa matriz também considera a capacidade das políticas urbanas combaterem os riscos tecnológicos e naturais dentro das especificidades das cidades.

Stovel (1999) aponta algumas dificuldades quando os conceitos de sustentabilidade são aplicados ao desenvolvimento urbano para assegurar uma integração significativa do interesse por valores patrimoniais, o que pode fornecer uma base prática para a ação.²⁹ Ele afirma que a palavra “sustentabilidade” tem sido adulterada, trivializada e confundida com viabilidade econômica pelos gestores de projetos, com o objetivo de obterem apoio financeiro. Outra dificuldade apontada é a falta de acordo a respeito da natureza de respostas sustentáveis às tendências de prevalência ou de forças que afetam o desenvolvimento urbano. Isto é, não existe

²⁸ Acselrad aponta alguns discursos associados à noção de sustentabilidade após a publicação do Relatório Brundtland. Segundo ele, a matriz da *eficiência* pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento. A matriz da *escala* prega um limite quantitativo ao crescimento como forma de proteção dos “recursos ambientais”. A articulação dos princípios de justiça e ecologia cabe à matriz da *equidade*. Para assegurar a capacidade de autorregulação das condições de reprodução da base material do desenvolvimento das comunidades, a matriz da *autossuficiência* defende a desvinculação de economias dos fluxos do mercado mundial. E, finalmente, a matriz da *ética* associa as condições de continuidade de vida no Planeta às interações da base material do desenvolvimento dentro de um debate sobre valores.

²⁹ Stovel (1999, p. 18).

consenso quando se tenta contabilizar os benefícios possíveis ao patrimônio cultural resultantes das respostas sustentáveis dadas à globalização, à privatização, ao neoliberalismo, etc. Por fim, ele destaca a dificuldade em não se incluir os interesses culturais nas diversas estruturas desenvolvidas pelas várias agências da ONU envolvidas com o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade e relacionadas com ferramentas analíticas para o uso dos governos nacionais. Os indicadores englobam dimensões sociais, econômicas, ambientais e, em alguns casos, institucionais. A ausência da dimensão cultural das estruturas usadas significa a sua ausência nos debates contemporâneos relacionados à sustentabilidade.

A explanação de Stovel (1999) expõe os dilemas dos gestores – “tomadores de decisão” – interessados em aplicar o conceito de sustentabilidade à conservação urbana. A mensuração da sustentabilidade em relação aos valores e a tradução desse processo em ações práticas significativas direcionadas às cargas de valores são as questões levantadas por ele. Percebe-se uma crença na importância da mensuração do que é valorizado por parte de determinada sociedade e da valorização do que pode ser mensurado.

Stovel (1999) aponta dois importantes elementos que deveriam ser apresentados aos gestores para a promoção da sustentabilidade para o patrimônio cultural urbano: análise para a compreensão do problema e análise das opções, ou seja, como direcionar o problema. A respeito da análise de problema, ele afirma que as indicações da política/objetivo no planejamento são frequentemente baseadas nas mais generalizadas respostas ao que seja “sustentável” (ou insustentável) sob o ponto de vista do patrimônio cultural. O autor diz que (1999) é preciso reconhecer a importância de se ter um consenso em torno da natureza dessas respostas sustentáveis, mas também a necessidade para se realizar a análise localmente.

Quanto à análise das opções, Stovel (1999) destaca a necessidade de reconhecer as dificuldades já percebidas ao se trabalhar dentro das estruturas “sustentáveis” existentes, que parecem, superficialmente, não oferecer nenhum espaço para a cultura. Além dessa demanda, ele também destaca a necessidade de reconhecimento das dificuldades em quantificar significativamente o patrimônio cultural. Para o autor (1999), é importante reconhecer que essas dificuldades devem

ser direcionadas localmente por meio do desenvolvimento de diretrizes aplicáveis de sustentabilidade, dentro das quais indicadores relevantes podem ser definidos.

Stovel (1999) sugere o uso de uma estrutura local, inserida em uma estrutura global maior, que inclua a identificação e a análise das forças no ambiente local que promovam ou diminuam a sustentabilidade; a identificação de respostas sustentáveis apropriadas no ambiente local – em domínios de prioridade de interesse – e a definição dos objetivos da política de melhoramentos; e a identificação de princípios ou diretrizes específicas locais dentro de cada domínio de prioridade.

Por último, o autor (1999) ressalta a identificação de medidas de mudança a serem atingidas e de medidas relacionadas para monitorar e avaliar a eficácia das ações empreendidas ou propostas. Dentro dessa estrutura global maior, podem ser geradas amplas listas de verificação de interesses para uso seletivo em níveis locais. Tanto em nível local quanto global, tem-se um sentido dos elementos principais de uma estrutura para melhorar a sustentabilidade das cidades históricas: o interesse para o patrimônio integrado aos processos de desenvolvimento e de gestão da cidade; o foco no ambiente local como constituinte da municipalidade e sua região; e a importância da confiança na análise local para guiar debates na natureza da sustentabilidade do patrimônio cultural.

A sustentabilidade, por ser um processo holístico, não pode considerar as suas dimensões de forma separada, mas também as relações entre elas. Da mesma forma, ela e as suas estruturas não podem considerar as esferas político-administrativas de forma separada. Assim, os indicadores são classificados conforme as esferas das suas estruturas. Como o processo de gestão envolve pactos e negociações, a participação dos atores envolvidos se faz necessária, principalmente da população, por meio da cidadania.

Para Sen (2004), a abrangência da definição do conceito de desenvolvimento sustentável, contida no Relatório Brundtland, deveria ser questionada a respeito da ideia de *ser humano* que esse conceito abarca. Segundo ele, o fato de considerar os seres humanos apenas em termos de suas necessidades pode fornecer uma visão um tanto insuficiente da humanidade. Para o autor (2004, p.17), além das

“necessidades”, as pessoas “têm valores e, especialmente, valorizam sua capacidade de arrazoar, avaliar, agir e participar”.

[...] somos não apenas 'pacientes', cujas demandas requerem atenção, mas também 'agentes', cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores pode se estender muito além do atendimento de nossas necessidades. [...] Podemos ter muitos motivos para nossos esforços conservacionistas – nem todos eles parasitários de nosso padrão de vida, e alguns deles definitivamente vinculados ao nosso senso de valores e à nossa responsabilidade para com aqueles que nos precederam e que nos sucederão (Sen, 2004, p. 16).

Sen (2004) questiona se as prioridades ambientais devem ser encaradas, igualmente, em termos da sustentação das liberdades, ou seja, ele questiona a preocupação em preservar – e talvez até expandir – as liberdades substantivas de que as pessoas desfrutam, “sem comprometer a capacidade das futuras gerações” para desfrutar de liberdade semelhante, ou maior.

O autor (2004) ressalta que o conceito de sustentabilidade de Brundtland foi refinado e ampliado consideravelmente pelo economista Robert Solow³⁰ como sendo “o que quer que seja necessário para gerar um padrão de vida pelo menos tão bom como o que temos e para cuidar de maneira semelhante da próxima geração”. Segundo ele, a fórmula apresentada por Solow oferece uma definição mais firme do que a concentração apenas na satisfação das necessidades proposta sob a fórmula de Brundtland e garante atenção aos interesses de todas as futuras gerações, de acordo com as normas definidas por elas e suas sucessoras em cada período dado.

Mas, mesmo concordando com os claros méritos da concentração na preservação dos padrões de vida, Sen (2004) questiona se o conceito de padrão de vida é abrangente o bastante.

Sustentar um padrão de vida não é a mesma coisa que sustentar o direito à liberdade das pessoas para terem ou salvaguardarem aquilo que valorizam e aquilo a que atribuem importância, por quaisquer motivos. Nossa razão para valorizar determinadas oportunidades não precisa sempre derivar da contribuição que elas oferecem ao nosso padrão de vida (Sen, 2004, p. 17).

Essa visão de Sen (2004) se mostra muito importante ao considerar a conservação e a preservação do patrimônio cultural, porque, para ele, pode haver muitos motivos para esforços conservacionistas que não afetam o padrão de vida das pessoas,

³⁰ A esse respeito, confira SOLOW, Robert. **Growth Theory**: an exposition. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

vinculados ao senso de valores e à responsabilidade para com as gerações precedentes e sucessoras. Se a cidade é considerada um ecossistema, onde os seus cidadãos optam por conservá-la em detrimento a atividades e empreendimentos que ameaçam a sua diversidade natural e cultural, pode-se entender que os valores prevaleceram sobre os interesses. Esta ideia está associada ao senso de responsabilidade quanto à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural, previstas na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Sen (2004) destaca o papel da cidadania como um invólucro da capacidade de pensar, avaliar e agir dos seres humanos como agentes. A condução a esse reconhecimento da capacidade de reflexão e julgamento dos seres humanos, valorizada hoje, e a liberdade a ser preservada no futuro é que se mostram como uma tarefa árdua. A liberdade de participação informada do público, para Sen (2004), apresenta-se como um bem valioso indispensável à sustentabilidade.

A relevância da cidadania e da participação social não é apenas instrumental. Elas são parte integral daquilo que temos motivo para preservar. É preciso combinar a noção básica do direito à sustentabilidade defendida por Brundtland, Solow e outros com uma visão mais ampla dos seres humanos, que os encare como agentes cuja liberdade importa, e não como pacientes que não se distinguem dos padrões de vida dos quais desfrutam (Sen, 2004).

A sustentabilidade, como mencionado, constitui um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações num contexto internacional em constante expansão e que apresenta cinco dimensões principais: social, econômica, ambiental/ecológica, geográfica e cultural (Sachs, 1997).

A dimensão social da sustentabilidade se refere a um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma equitativa distribuição de renda e ativos, assegurando às grandes massas da população uma melhoria substancial dos seus direitos e reduzindo as diferenças entre os níveis de vida dessa população. A dimensão econômica da sustentabilidade se refere ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada. O mundo é visto em termos de estoques e fluxos de capital, seja ele monetário, econômico, ambiental, natural,

humano, social e cultural. A dimensão ambiental/ecológica da sustentabilidade se refere à ampliação e expansão da capacidade do Planeta, por meio da intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, compatibilizada com um nível mínimo de deterioração. A redução da utilização de combustíveis fósseis, a diminuição da emissão de substâncias poluentes, a adoção de políticas de conservação de energia e de recursos, a substituição de recursos não renováveis por renováveis e o aumento da eficiência em relação aos recursos utilizados devem ser os objetivos a serem alcançados para se evitar os impactos sobre o meio ambiente. A dimensão geográfica da sustentabilidade se refere a uma distribuição espacial equilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas para que os problemas ambientais sejam evitados. Trata-se de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e do estabelecimento de uma rede de reservas da biosfera que proteja a diversidade biológica e melhore a qualidade de vida da população local. A dimensão cultural da sustentabilidade, para Sachs, é a mais difícil de ser concretizada porque implica que o processo de modernização deve ter raízes endógenas e que busque a mudança em sintonia com a continuidade e identidade cultural dentro de contextos específicos.

Como citado, tão importante quanto a análise dessas dimensões são as interconexões e interseções entre elas. Conhecer as dimensões e suas relações é conhecer como o sistema funciona, mas é preciso conhecer os impactos desse funcionamento. Cada grupo (sociedades, comunidades, organizações, indivíduos) deve fazer escolhas e se responsabilizar por elas na busca pelo desenvolvimento sustentável. A preocupação com a transmissão de recursos de diversas espécies às gerações futuras faz com que as sociedades pensem em longo prazo. As estruturas de gestão devem estar adaptadas aos desafios impostos pelo desenvolvimento sustentável, a começar pela sua definição, pelo que deve realmente ser sustentado e o que seja “sustentar”. Diante dessas dúvidas, como a sustentabilidade deve ser medida?

De acordo com Ferreira (2008), a palavra “sustentar” significa “manter”. Mas, como um organismo vivo, as cidades e a sociedade humana são sistemas complexos que se interagem e que estão sujeitos a mudanças para se adaptarem. Não é o objetivo das políticas de conservação manter uma cidade ou sociedade no seu estado original. A viabilidade desses sistemas está na manutenção da capacidade que eles

têm de mudar e evoluir. A sobrevivência da cultura deve ser mantida, pois ela é a base do sistema resultante do pensamento coletivo.

2.2 O período pós 1992

Como exposto anteriormente, em 1991 o ICOMOS começou a produzir e apresentar ao Comitê do Patrimônio Mundial relatórios de monitoramento sobre os sítios ameaçados. Esse organismo já havia tentado desenvolver essa atividade no início da década de 1980, mas não obteve a aprovação da UNESCO por ameaçar a soberania dos Estados-parte. Mas, no início da década de 1990, a UNESCO solicitou ao ICOMOS a produção de relatórios que envolviam a participação de autoridades locais responsáveis pela proteção do sítio. Assim, procurou-se superar o problema surgido nas tentativas pretéritas. Stovel (1995) afirma que esses relatórios eram inicialmente "reativos", vindo em resposta aos pedidos da UNESCO para investigar situações particulares e, em seguida, à participação dos Comitês Internacionais do ICOMOS com sítios particulares.

Em alguns casos, extraordinariamente, dada a possibilidade da participação contínua com sítios e autoridades responsáveis, o ICOMOS pôde produzir relatórios sistemáticos de monitoramento para os mesmos sítios. Atualmente, em colaboração com os Estados-parte, o ICOMOS, nos níveis internacional e nacional, está trabalhando para desenvolver um número de abordagens modelo para o monitoramento (Stovel, 1995).

Nesse ano, vários Estados-parte, entre eles o México, decidiram preparar relatórios sobre o estado de conservação dos sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Hooff (1998) ressaltou que os resultados exitosos dessas atividades provaram a factibilidade da elaboração de relatórios periódicos sobre o estado de conservação dos sítios do Patrimônio Mundial e a utilidade desses relatórios.

Em 1992 a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* completou 20 anos, e nesse ano foi criado o Centro do Patrimônio Mundial, que unificou os setores cultural e natural do secretariado da Convenção. Desde então, o monitoramento sistemático do estado de conservação dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e o seu desenvolvimento metodológico e conceitual foram

discutidos, principalmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial.³¹ Diferentes metodologias e arranjos institucionais foram aplicados nas diversas atividades de monitoramento em níveis regionais e nacionais que se iniciaram (Hooff, 1995). A estratégia adotada pelo Comitê recomendava o desenvolvimento mais amplo dos laços existentes entre natureza e cultura, conforme o espírito original da Convenção, não levando em conta apenas o meio ambiente dos bens culturais, mas também os valores culturais dos bens naturais³² (Hooff, 1998).

Mas o texto da Convenção separa claramente o que é patrimônio cultural e patrimônio natural. Não se percebe nesse texto a preocupação com a preservação do patrimônio natural como suporte para o patrimônio cultural. Os critérios de proteção ao patrimônio natural foram a beleza natural, a importância estética, os principais estágios da história da Terra, os processos ecológicos e biológicos de evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades e a diversidade biológica. A estratégia do Comitê e a criação do Centro do Patrimônio Mundial vieram na verdade, depois de 20 anos, corrigir uma falha existente no texto da Convenção.

Stovel (1995) afirma que a revisão de 20 anos de atividades do Comitê, realizada em 1992³³, tentou aproveitar as várias experiências anteriores e fornecer uma abordagem consistente e coerente ao trabalho futuro de monitoramento. O autor ressalta que, dos cinco objetivos adotados no relatório final do Comitê, dois foram relacionados com o monitoramento: o objetivo três, que segundo ele procurou melhorar as medidas disponíveis para a gestão e a proteção do sítio, e o objetivo quatro, que procurou estabelecer uma abordagem mais sistemática do monitoramento (Stovel, 1995).

O relatório também ajudou à discussão adotando uma definição do significado do monitoramento para aliviar temores contínuos de que o

³¹ Hooff (1995).

³² A estratégia adotada pelo Comitê se resumia à promoção da identificação de sítios para a Lista do Patrimônio Mundial e à segurança da sua qualidade e credibilidade; ao fortalecimento da administração dos sítios do Patrimônio Mundial; ao desenvolvimento de um sistema efetivo de acompanhamento do estado de conservação dos sítios; e à busca de formas de concretizar e educar o público sobre os temas relativos ao Patrimônio Mundial.

³³ UNESCO. **Report of the Sixteenth Session of the World Heritage Committee**, Santa Fe, U.S.A. (7-14 December 1992).

monitoramento implicava um policiamento negativo dos Estados-parte e de seus esforços para encontrar suas responsabilidades, por partes externas. O relatório anotou que o monitoramento poderia já não ser concebido como um meio da inspeção periódica, mas devia ser compreendido como um processo contínuo de cooperação que envolve autoridades locais no contexto da pesquisa regional e de atividades promocionais (Stovel, 1995).

As contínuas discussões sobre a implementação dessas recomendações conduziram a algumas reuniões de especialistas sobre o assunto durante o ano de 1993 e deram forma à base das recomendações propostas pelo Comitê em dezembro 1994. Hooff (1995) relata que, com base nessas experiências práticas e após uma longa série de consultas e discussões, o Comitê, em sua 18ª sessão em dezembro 1994, adotou os princípios para o monitoramento sistemático e o relatório do estado de conservação dos bens do Patrimônio Mundial, incluídos nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.³⁴

O Comitê definiu os objetivos do monitoramento sistemático e do relatório objetivando: melhoria da gestão do sítio, conservação preventiva, melhoria das políticas do Patrimônio Mundial no nível nacional e internacional, cooperação mais eficaz do Patrimônio Mundial e melhoria da tomada de decisão do Patrimônio Mundial. Assim, a inspeção é um meio de aumentar a aplicação da Convenção e fazer a cooperação do Patrimônio Mundial mais eficaz e eficiente. Neste sentido, monitorar e relatar devem ser considerados como um dinâmico, mais do que um linear, processo que deve envolver todas as instituições, organizações e pessoas envolvidas na preservação e na gestão do bem. Igualmente significaria uma reflexão contínua sobre os valores do bem, particularmente aqueles cujas propriedades foram inscritas na Lista do Patrimônio Mundial (Hooff, 1995).

Para Hooff (1995), o relatório periódico sobre o estado de conservação verifica toda a informação fornecida pela documentação original de nomeação do bem, identifica ameaças ao sítio, recomenda as ações a serem tomadas e avalia o impacto de intervenções passadas. Nesse relatório são apontadas as mudanças significativas nas condições do sítio, na sua estrutura de gestão e de proteção legal, além da ajuda ao Estado-parte na identificação e no planejamento das medidas de conservação e da ajuda ao Comitê do Patrimônio Mundial em alcançar uma melhor cooperação do Patrimônio Mundial com os Estados-parte e com os bens do Patrimônio Mundial.

Indubitavelmente, a introdução dos princípios de monitoramento e o relatório não serão o passo final neste processo. As experiências práticas, o desenvolvimento mais avançado do conceito do Patrimônio Mundial e da evolução na interpretação e aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial

³⁴ Unesco (1994).

exigirão uma reflexão contínua sobre a necessidade e os princípios de monitorar e relatar. As contínuas discussões pelos membros da UNESCO e da Convenção do Patrimônio Mundial são uma clara indicação de sua natureza dinâmica e às vezes controversa (HOOFF, 1995).

As Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial esclareceram alguns postos-chaves que emergiram ao longo de uma década no debate sobre monitoramento, aplicável aos sítios patrimoniais culturais e naturais. Stovel (1995) destaca o compromisso do Comitê em monitorar o estado de conservação dos bens inscritos na lista. O autor também aponta para a distinção entre o "monitoramento e o relatório sistemáticos" – processo contínuo de observar as condições dos sítios do Patrimônio Mundial com relatórios periódicos sobre os seus estados de conservação, e o "monitoramento reativo", relatado pelo Secretariado do Centro do Patrimônio Mundial, pelos organismos consultivos e pelo Comitê sobre o estado de conservação dos sítios específicos do Patrimônio Mundial que estão sob ameaças.

Os objetivos do monitoramento e do relatório sistemáticos são a melhoria da gestão e do planejamento do sítio e a conservação preventiva, e são considerados benéficos aos sítios do Patrimônio Mundial. Os Estados-parte também são beneficiados à medida que haja melhorias na política e no planejamento para os sítios do Patrimônio Mundial em nível nacional. Para as regiões, deve haver melhoria na cooperação regional e na busca de programas regionais necessários. E para o Comitê e o Secretariado, os benefícios estão no direcionamento da política e da tomada de decisão, sendo previstas, por parte do Centro, a síntese e a apresentação de relatórios nacionais por regiões em intervalos periódicos.

As formas de monitoramento estabelecidas pelos Estados-parte são vistas como um componente integral dos esforços cotidianos de gestão e conservação do sítio. A responsabilidade de monitorar e relatar sistematicamente cabe aos Estados-parte, que são convocados para se submeterem aos relatórios científicos do Comitê do Patrimônio Mundial sobre o estado de conservação dos sítios do patrimônio mundial em seus territórios a cada cinco anos.

Em relação ao monitoramento reativo, foi estabelecido que os Estados-parte seriam convocados a se submeterem aos relatórios específicos e aos estudos de impacto do Comitê cada vez que circunstâncias excepcionais ou ações ocorram, podendo

afetar o estado de conservação do sítio. Em 1996, com o objetivo de facilitar o monitoramento do estado de conservação dos bens culturais tanto pelo Estado-parte, quanto pelo Comitê, este último adotou um novo formulário de proposição de inscrição que incluía novos temas: fatores que influem na conservação de um sítio (população, turismo, desenvolvimento, conflitos, catástrofes naturais) e monitoramento (indicadores, relatórios e arranjos administrativos).

Até então as atividades do Comitê se limitavam à melhoria da gestão e do planejamento do sítio e à sua conservação preventiva. Mesmo sabendo que um sítio estava sujeito aos mesmos fatores que ameaçam o desenvolvimento sustentável, as atividades ainda não demonstravam uma preocupação em integrar as estratégias de conservação e de sustentabilidade. Era preciso associar a primeira ao contexto da segunda, pois conservar uma cidade significa conservar o ambiente dos cidadãos que nela vivem e gerenciar as mudanças que nela ocorrem. E são essas mudanças que marcam o processo histórico pelo qual uma cidade é valorizada ou não. As diversas culturas se manifestam e se representam sobre a base física natural e devem ser preservadas harmonicamente diante das inovações.

Apesar de todas essas atividades realizadas pelo Comitê, o início da década de 1990 seria marcado por um evento que iria modificar os rumos das políticas relacionadas à sustentabilidade. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou ECO-92, realizada entre 3 e 14 de junho no Rio de Janeiro, produziu um importante documento de planejamento, a Agenda 21, para se alcançar o desenvolvimento sustentável. O apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento foi considerado crucial para seu avanço na direção do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 está dividida em quatro seções, que tratam das dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento, da conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, do fortalecimento do papel dos grupos principais e dos meios de execução.³⁵

³⁵ ONU (1992).

A seção I trata da cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas; da luta contra a pobreza; da evolução das modalidades de consumo; da dinâmica demográfica e sustentabilidade; da proteção e do fomento da saúde humana; do fomento do desenvolvimento sustentável dos recursos humanos; e da integração do meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões.

A seção II trata da proteção da atmosfera; do enfoque integrado do planejamento e da ordenação dos recursos das terras; da luta contra o desmatamento; da ordenação dos ecossistemas frágeis: luta contra a desertificação e a seca; da ordenação dos ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das zonas montanhosas; do fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável; da conservação da diversidade biológica; da gestão ecologicamente racional da biotecnologia; da proteção dos oceanos e dos mares de todo tipo, incluídos os mares fechados e semifechados e as zonas costeiras, com também o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos vivos; da proteção da qualidade dos recursos de água-doce: aplicação de critérios integrados para o aproveitamento, ordenação e uso dos recursos de água-doce; da gestão ecologicamente racional dos produtos químicos tóxicos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de produtos tóxicos e perigosos; da gestão ecologicamente racional dos rejeitos sólidos e das questões relacionadas com as matérias fecais; e da gestão inócua e ecologicamente racional dos rejeitos radioativos.

A seção III trata das medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo; da infância e da juventude no desenvolvimento sustentável; do reconhecimento e do fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades; do fortalecimento do papel das organizações não governamentais associadas na busca de um desenvolvimento sustentável; das iniciativas das autoridades locais em apoio ao Programa 21; do fortalecimento do papel dos trabalhadores e seus sindicatos; do fortalecimento do papel do comércio e da indústria; da comunidade científica e tecnológica; e do fortalecimento do papel dos agricultores.

A seção IV trata dos recursos e mecanismos de financiamento; da transferência de tecnologia ecologicamente racional, da cooperação e do aumento da capacidade; da

ciência para o desenvolvimento sustentável; do fomento da educação, da capacitação e da conscientização; dos mecanismos nacionais e da cooperação internacional para aumentar a capacidade nacional nos países em desenvolvimento; dos acordos institucionais internacionais; dos instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais; e da informação para a adoção de decisões.

O capítulo 8 da Agenda 21, que trata da “Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões”, estabelece que os países devem desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação do avanço para o desenvolvimento sustentável mediante a adoção de indicadores que meçam os câmbios nas dimensões econômica, social e ambiental, com o objetivo de garantir uma integração eficaz dos sistemas de contabilidade ambiental e econômica integrada ao planejamento do desenvolvimento econômico em nível nacional.

O capítulo 40 destaca a informação para a tomada de decisões, considerando que “no desenvolvimento sustentável, cada pessoa é usuário e provedor de informação, considerada em sentido amplo, o que inclui dados, informações e experiências e conhecimentos adequadamente apresentados” (ONU, 1992). Nesse capítulo, a Agenda 21 reafirma a necessidade de “desenvolver indicadores do desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para a tomada de decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento” a partir do desenvolvimento do conceito de indicadores do desenvolvimento sustentável (ONU, 1992). A promoção do uso global de indicadores do desenvolvimento sustentável também é ressaltada pela Agenda 21, ao estabelecer que

Os órgãos e as organizações pertinentes do sistema das Nações Unidas, em cooperação com outras organizações internacionais governamentais, intergovernamentais e não-governamentais, devem utilizar um conjunto apropriado de indicadores do desenvolvimento sustentável e indicadores relacionados com áreas que se encontram fora da jurisdição nacional [...] (ONU, 1992).

O curioso é que, embora a Agenda 21 tenha enfatizado nos capítulos 8 e 40 a necessidade de se desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação do avanço para o desenvolvimento sustentável, mediante a adoção de indicadores que meçam os câmbios nas dimensões econômica, social e ambiental, os organismos ligados à UNESCO – ICOMOS e Comitê do Patrimônio – já se encarregavam de produzir

relatórios sobre o estado de conservação dos sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Mais uma vez, a preocupação com a questão cultural corre paralelamente e pode-se acreditar que, apesar das atividades de monitoramento realizadas pela UNESCO e seus organismos terem se intensificado no início da década de 1990, isto se deve muito mais às suas experiências anteriores do que às recomendações da Agenda 21.

Aqui se nota a continuação da dissociação entre patrimônio natural e patrimônio cultural. Entretanto, com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, em que as cidades históricas são vistas como um ambiente vivo (ou organismo vivo, ou ecossistema), a sua conservação não deve se limitar apenas ao seu estado físico e à sua gestão. A formulação de uma política de preservação abrangente está diretamente associada à identificação e compreensão dos *valores* envolvidos na área da conservação. A questão, então, gira em torno da possibilidade de a sustentabilidade, no caso do patrimônio cultural urbano, poder ser monitorada e avaliada em relação a esses valores, por meio de indicadores.

No campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar, como conservar e por que conservar. Segundo Castriota (2009),

Para se decidir, portanto, o que é patrimônio e para se manter não os bens materiais por si mesmos, mas, como anotamos os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre por que e como o patrimônio é valorizado e por quem. (Castriota, 2009, p. 107).

Isto, a nosso ver, se dá porque a discussão que se centrava muito mais no como conservar – restringindo-se a ideia da conservação à sua dimensão física, onde se discutem questões como o comportamento dos materiais e sistemas estruturais, as causas e mecanismos de deterioração, as intervenções possíveis, a eficácia em longo prazo dos tratamentos – teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do que conservar e do por que conservar, o que coloca em cena necessariamente a questão dos valores (Castriota, 2009, p. 101).

Podem então, de acordo com Castriota (2009), ser identificadas três perspectivas no campo do patrimônio urbano: a conservação física, relacionada ao comportamento dos materiais e sistemas estruturais, à sua deterioração e às possíveis intervenções e tratamentos; a gestão, que envolve a disponibilidade e o uso de recursos financeiros, pessoais e tecnológicos e as condições políticas, legislativas e de uso da terra; e a significância cultural e os valores sociais, que necessitam de uma

investigação para se saber as causas e o destino do significado de um objeto ou lugar e para quem devem ser conservados.

Essas três perspectivas apresentadas por Castriota (2009) em relação ao patrimônio urbano coincidem com as três matrizes discursivas apresentadas por Acselrad (1999). A conservação física de um bem está diretamente associada ao controle das emissões de substâncias tóxicas líquidas e gasosas, apontadas na matriz da cidade como espaço da “qualidade de vida”, que podem afetar a sua materialidade. A significância cultural e os valores sociais também são considerados nessa matriz quando uma noção de sustentabilidade é associada à categoria de patrimônio. A gestão, responsável pela disponibilidade e pelo uso de recursos financeiros, pessoais e tecnológicos e pelas condições políticas, legislativas e de uso da terra, se enquadra na matriz que considera a cidade como um espaço de legitimação das políticas urbanas. E o modelo conhecido como “metabolismo urbano”³⁶, no qual se baseia a matriz tecnomaterial das cidades, pode ser associado a planos de reabilitação urbana em centros históricos que estejam degradados, adaptando-os a funções que não despenderiam maiores gastos com deslocamentos (e consumo de energia) exigidos por novas centralidades ou bairros.

Sen (2004) ressalta que a capacidade de pensar, avaliar e agir dos seres humanos, envolvida no exercício da cidadania, também se insere na representação da “qualidade de vida” na medida em que conservação e políticas públicas são integradas, como recomenda a Declaração de Amsterdã. Ainda sobre a cidadania, Stovel (1999) destaca a importância do emprego da análise da sustentabilidade em nível local para se reconhecer a necessidade da participação do cidadão na tomada de decisões como a resposta sustentável promovida pela Agenda 21 e para traduzir essa necessidade em melhores ferramentas de gestão para os próprios cidadãos. Ele reconhece que a responsabilidade pelo patrimônio cultural deve ser conduzida em nível local, por meio da troca de informações a respeito de ferramentas e modelos eficazes para a aplicação dos conceitos na prática.

Em 1994, a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, em 27 de maio de 1994, aprovou a Carta das Cidades

³⁶ As cidades, como organismos vivos, são sistemas abertos que mantêm uma troca contínua de energia, mas se preocupam com a sobrevivência do meio ambiente.

Europeias para a Sustentabilidade ou Carta de Aalborg. Essa carta expressa a compreensão, por parte das cidades europeias, de que o desenvolvimento sustentável auxilia na adoção de um modo de vida baseado no capital natural e a sustentabilidade ambiental auxilia na manutenção desse capital. A cidade é vista como a maior unidade com capacidade para gerir os desequilíbrios urbanos que afetam o mundo moderno – arquitetônicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais – e a menor unidade na qual se podem resolver esses problemas de forma eficaz, integrada, global e sustentável.

A Carta enuncia como objetivos do desenvolvimento sustentável a participação das comunidades locais, a economia urbana (conservação do capital natural), a equidade social, o uso sustentável do território, a mobilidade urbana, o clima mundial, a conservação da natureza e os meios e os instrumentos de gestão urbana. A participação das comunidades locais na busca do desenvolvimento sustentável requer o trabalho conjunto, o reconhecimento das suas responsabilidades, as capacidades, o treino e o acesso à informação. A economia urbana sustentável, baseada na conservação do capital natural, considera fundamental um ambiente limpo e saudável para a captação de investimentos necessários ao desenvolvimento econômico da cidade. O acesso a água, energia, alimentos, saúde, habitação, emprego e educação é fundamental para a manutenção da equidade social nas cidades sustentáveis. O uso sustentável do território deve ser alcançado por meio do seu ordenamento e do planejamento urbano para que as atividades impactem o mínimo o meio natural. A mobilidade urbana se faz necessária nas cidades sustentáveis, pela necessidade de cidades menos congestionadas e poluídas pelo trânsito. Deve ser dada prioridade às formas de deslocamento que não agridam o meio ambiente e que contemplem todas as classes sociais e faixas etárias. O nível local possui um papel-chave em assumir a responsabilidade pelas mudanças no clima mundial como preocupação para o futuro do Planeta. A conservação da natureza deve se dar por modernos modelos de governança ambiental em que prevaleça a autogestão, a democracia e a solidez das instituições na luta pela prevenção da poluição dos ecossistemas e da intoxicação da saúde humana. Os meios e os instrumentos de gestão urbana (planejamento ambiental, social e econômico) são fundamentais no desenvolvimento de estratégias e ações e do seu monitoramento na busca pelo desenvolvimento sustentável.

O conteúdo da Carta de Aalborg está presente no trabalho de Acselrad (1999), quando se refere à conservação do capital natural, ao uso sustentável do território, à mobilidade urbana e ao deslocamento – matriz tecnomaterial; à participação das comunidades locais, ao ambiente limpo e saudável, à autogestão, à democracia e à solidez das instituições – matriz da qualidade de vida; e ao acesso a água, energia, alimentos saúde, habitação, emprego e educação – matriz da legitimação das políticas públicas. Os princípios da Carta de Aalborg podem então ser aplicados às cidades, aos centros ou aos bairros históricos que tenham valor reconhecido e necessidade de conservação.

Naquele mesmo ano ocorreu a Conferência de Nara³⁷, no Japão, que visava, tendo o país-sede como interlocutor, contestar o pensamento tradicional e eurocêntrico a respeito da conservação e promover “um maior respeito em relação à diversidade do patrimônio cultural na prática da conservação” (IPHAN, 2001, p. 319). O documento produzido propunha responder ao “alargamento dos conceitos referentes ao escopo do que é patrimônio cultural e seus interesses” no mundo contemporâneo (IPHAN, 2001, p. 320). Ele atenta para o reconhecimento do pensamento humano, da técnica e do conhecimento como produtores e destaca a importância do processo sobre o produto, porque sem o conhecimento que produz, usa, ou mesmo rejeita uma coisa, que por si só perde o seu significado.

A proteção e a valorização da diversidade cultural devem ser consideradas quando se criam indicadores ou sistemas de indicadores de sustentabilidade cultural. Se a UNESCO considera o patrimônio de cada um como o patrimônio de todos e o gerenciamento dele cabe à comunidade que o gerou e àquela que cuida dele, respectivamente, os indicadores, como ferramentas universais, devem se adaptar às especificidades de cada cultura e de cada comunidade.

Uma vez exposta, pela Agenda 21, a necessidade de pesquisa e desenvolvimento de ferramentas de avaliação (indicadores) de sustentabilidade, a Fundação Rockefeller apoiou a reunião de um grupo de especialistas e pesquisadores em monitoramento e avaliação, em nível mundial, na cidade de Bellagio, Itália, em

³⁷ Conferência sobre autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial e organizada pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS.

novembro de 1996. Esse encontro resultou em um conjunto de dez princípios, conhecidos como os Princípios de Bellagio, que segundo Hardi e Zdan (1997, p. 1)

Servem como diretrizes para o todo do processo da avaliação que inclui a escolha e o projeto dos indicadores, a sua interpretação e a comunicação do resultado. Eles estão inter-relacionados e devem ser aplicados como um conjunto completo. Eles são pretendidos para o uso a começar e melhorar as atividades de avaliação de grupos de comunidade, de organizações não-governamentais, de corporações, de governos nacionais, e de instituições internacionais.

De acordo com os autores, esses princípios abordam os quatro aspectos da avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. O princípio 1 aborda o ponto de partida de qualquer avaliação, estabelecendo uma visão do desenvolvimento sustentável e esclarecendo objetivos que fornecem uma definição prática dessa visão nos termos que são significativos para a unidade de tomada de decisão em questão. Os princípios 2, 3, 4 e 5 tratam do conteúdo de qualquer avaliação e da necessidade de fundir um sentido de sistema total com um foco prático nas questões prioritárias atuais. Os princípios 6, 7 e 8 abordam as questões básicas do processo de avaliação e, finalmente, os princípios 9 e 10 abordam a necessidade de se estabelecer uma capacidade contínua para a avaliação (Hardi; Zdan, 1997).

No entanto, o que se viu foi que não houve o mínimo de convergência necessária para sua legitimação, tornando-se assim impossível vislumbrar alguma forma de mensurar o desenvolvimento sustentável. Além disso, quando utilizados isoladamente, os sistemas de indicadores terão pouca influência na governança, seja ela ambiental, social, econômica ou cultural. Como o progresso da sustentabilidade será guiado por uma visão clara do que seja desenvolvimento sustentável se existem diferenças em relação a esse conceito?

Dentre outros documentos, além da Agenda 21, a CNUMAD produziu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que apresentou propostas para o controle da emissão de poluentes, mas sem estabelecer prazos e limites, que só seriam estipulados por meio de protocolos. O mais conhecido desses protocolos, o Protocolo de Kyoto, foi adotado em 1997, mas entrou em vigor apenas em 2005. Ele estabeleceu cortes nas emissões de carbono com o objetivo de conter o efeito estufa e as mudanças climáticas decorrentes do aumento da eficiência energética;

de proteção e aumento de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa; de promoção de formas sustentáveis de agricultura; de pesquisa, promoção, desenvolvimento e aumento do uso de formas novas e renováveis de energia, de tecnologias de sequestro de dióxido de carbono e de tecnologias ambientalmente seguras, que sejam avançadas e inovadoras; de redução gradual ou eliminação de imperfeições de mercado, de incentivos fiscais, de isenções tributárias e tarifárias e de subsídios para todos os setores emissores de gases de efeito estufa que sejam contrários ao objetivo da Convenção e aplicação de instrumentos de mercado; de estímulo a reformas adequadas em setores relevantes, visando à promoção de políticas e medidas que limitem ou reduzam emissões de gases de efeito estufa; de limitação e/ou redução de emissões de metano por meio de sua recuperação e utilização no tratamento de resíduos, bem como na produção, no transporte e na distribuição de energia. No entanto, alguns países como os Estados Unidos, então governado pelo ex-presidente George W. Bush e maior emissor de dióxido de carbono do mundo, negaram-se a assinar esse documento, alegando que ele provocaria um efeito negativo na sua economia.³⁸ O presidente norte-americano também alegou que os países em desenvolvimento como a China e a Índia não estavam sendo cobrados como os Estados Unidos. A crítica que se faz ao Protocolo é que, além da não ratificação pelos Estados Unidos, as metas instituídas teriam pouca efetividade na mudança da situação atual e no combate ao aquecimento global.

Dentre as medidas previstas no Protocolo está o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou mercado de créditos de carbono.³⁹ Porém, alguns críticos afirmam que esse mecanismo favorece mais ao mercado do que ao ambiente.

³⁸ VEJA.COM. **Seções on line:** perguntas e respostas. Protocolo de Kyoto. São Paulo: Editora Abril, 2008. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/protocolo_kioto/index.shtml. Acesso em: 12 dez. 2009.

³⁹ Os países que poluem dentro de limites permitidos podem vender créditos devido a essa postura. As empresas de cada país são as principais operadoras do mercado de créditos de carbono. Elas criam projetos de redução de emissões que são registrados na ONU. Se surtirem efeito, serão rendidos os créditos de carbono, isto é, a cada 1 tonelada de CO₂ não lançada à atmosfera rende 1 crédito para a empresa. Os créditos, então, podem ser colocados à venda em bolsas independentes e vendidos a empresas de países cujas metas de redução já foram estabelecidas. Os créditos comprados serão utilizados na contribuição das metas do país, sem que haja redução nas emissões.

Em 2005, um grupo de indivíduos e organizações preocupados com os impactos da mudança climática no patrimônio natural e cultural trouxe essa questão para a 29ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. O Comitê solicitou ao Centro do Patrimônio Mundial, em colaboração com a Convenção dos Órgãos Consultivos, os Estados-parte interessados e os peticionários, a convocação de um amplo grupo de trabalho de especialistas para rever a natureza e a dimensão dos riscos decorrentes da mudança do clima e preparar uma estratégia e um relatório para lidar com a questão.

Esse grupo elaborou dois documentos: O Relatório sobre prever e gerenciar os impactos da mudança climática sobre o Patrimônio Mundial e a Estratégia para ajudar aos Estados-parte a implementar respostas de gerenciamento apropriadas. Esses documentos apresentaram uma análise detalhada das ameaças aos bens do patrimônio mundial natural e cultural produzidas pelas mudanças climáticas e discutiram algumas das ações preventivas e corretivas que seriam possíveis, bem como as ações relacionadas à troca de informações e conhecimento. Na sua 30ª sessão, de 8 a 16 de julho de 2006, em Vilnius, Lituânia, os documentos foram revisados e aprovados pelo Comitê, que solicitou a todos os Estados-parte a implementação da estratégia, de forma a proteger os valores excepcionais universais, a integridade e a autenticidade dos bens do patrimônio mundial contra os efeitos das alterações climáticas. O Relatório contém uma tabela – “Principais riscos e impactos da mudança climática no patrimônio cultural” – onde estão presentes uma série de indicadores climáticos que põem em risco o patrimônio: mudança da umidade relativa do ar, mudança de temperatura, aumento do nível do mar, ventos, desertificação, clima e poluição, clima e efeitos biológicos.

Esses documentos consideravam a proteção e o gerenciamento dos sítios do Patrimônio Mundial de forma sustentável e eficaz, uma responsabilidade a ser compartilhada sob a Convenção. Por isso, foi identificada a necessidade de se publicar todas as informações disponíveis sobre as ameaças impostas pelas mudanças climáticas e as medidas potenciais de procedimento. No documento, a prevenção e o gerenciamento das mudanças climáticas são considerados uma questão desafiadora a ser enfrentada.

O Relatório sobre prever e gerenciar os impactos da mudança climática sobre o Patrimônio Mundial direcionou suas preocupações tanto ao patrimônio natural quanto ao cultural, suas implicações para a Convenção do Patrimônio Mundial e o que poderia ser feito a esse respeito. A Estratégia, por sua vez, teve como objetivo principal a revisão dos principais tópicos que deveriam ser considerados ao se preparar para executar as respostas preventivas e/ou corretivas do gerenciamento sobre os impactos adversos das mudanças climáticas.

O relatório concluiu que os impactos físicos diretos das mudanças climáticas podem afetar o Patrimônio Mundial. Remanescentes arqueológicos e as evidências relacionadas a eles são afetados quando os processos hidrológicos, químicos e biológicos do solo mudam. Os materiais dos edifícios históricos são mais porosos do que os das construções modernas, e qualquer aumento na umidade do solo pode conduzir à maior mobilização de sal. Conseqüentemente, ao secar, causará a cristalização do sal e danos às superfícies decoradas. A madeira e outros materiais de construção orgânicos, que anteriormente não eram afetados, podem estar sujeitos ao aumento da infestação biológica nas altitudes e nas latitudes. As inundações podem danificar os materiais de construção que não são específicos para suportar a imersão prolongada. Os aumentos nas tempestades e nos ventos podem conduzir a danos estruturais nas edificações. A desertificação, a resistência do sal e a erosão ameaçam o patrimônio cultural nas áreas desérticas.

As mudanças climáticas podem causar impactos sociais e culturais, quando as comunidades mudam seus modos de vida, de trabalho, de veneração e socialização nos sítios edificados e nas paisagens, possivelmente migrando e abandonando seu patrimônio construído. Mas as mudanças climáticas podem também causar impactos sobre os meios de subsistência, sobre a segurança alimentar e sobre os tecidos sociais como um todo.

O relatório considerou o monitoramento essencial para observar a eficácia das opções de adaptação e os passos para retificar quaisquer efeitos adversos que devam ser parte da estratégia de gerenciamento adaptável. A forma mais simples de monitoramento é aquela que é realizada pelas comunidades e pelo público em geral.

É importante para a sustentabilidade do patrimônio cultural face à mudança climática para que as comunidades interajam através das gerações

documentando os eventos climáticos passados e seus impactos no patrimônio cultural. Isto permitirá à geração atual aprender com o passado e transmitir o conhecimento da cultura específica do lugar e sua capacidade adaptável às futuras gerações (UNESCO, 2007, p. 35).

Quanto às observações das mudanças climáticas, o relatório destaca a importância de grupos multidisciplinares de pesquisas que envolvem tanto o patrimônio natural quanto o patrimônio cultural. Os eventos climáticos podem ser percebidos previamente por meio de uma rede que conecta informações relevantes sobre esse assunto. Essas são boas oportunidades para o treinamento dos gestores ligados ao Patrimônio Mundial. Se a conservação é o gerenciamento da mudança, a mudança climática é um dos desafios globais mais significativos que a sociedade e o meio ambiente enfrentam hoje.

Nesses 35 anos desde a Declaração de Estocolmo, de 1972, até a 16ª sessão da UNESCO, de 2007, presenciou-se a publicação de documentos resultantes de reuniões ligadas à preservação do meio ambiente e à proteção do patrimônio cultural e natural. Porém esse percurso foi feito, em boa parte do tempo, de forma paralela, principalmente nos primeiros dez anos. Quando se fala em preservação do ambiente humano e proteção do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade, o ano de 1972 pode ser considerado um marco, pois deu início a uma sequência de eventos cujas resoluções foram expressas em documentos norteadores das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio mundial, seja ele cultural ou natural. Conservação e proteção do patrimônio mundial, cultural e natural e preservação do meio ambiente jamais poderiam, podem ou poderão caminhar separadas, porque *meio ambiente* não se refere apenas ao ambiente natural; o ambiente construído também é meio ambiente. Sendo assim, questões referentes a áreas urbanas e rurais, sejam elas de excepcional valor universal ou não, devem ser tratadas como questões ambientais. Se uma cidade “comum” já apresenta certa vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas, uma cidade com excepcional valor estético e histórico é ainda mais vulnerável.

A ideia de patrimônio ambiental urbano surge, então, da aproximação de três campos: o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental (Cagriota, 2009). Bonnette (1999) afirma que em termos de conservação, no início, a cidade histórica era vista como um “monumento” ligado à identidade nacional. O termo “sítio” veio em seguida, quando se passou a dizer que

algo acontecia em torno desse monumento e influenciava a sua conservação e a percepção do objeto – um ambiente. Muitos objetos individuais passaram então a ser percebidos e tratados como um todo, porque o todo tinha mais valor e seu significado era mais importante do que o dos objetos observados individualmente. Surgia a ideia de “conjunto”. Contudo, fora dos seus suportes naturais esses conjuntos tinham muito pouco ou nenhum significado, e um novo conceito – “paisagem cultural” – passou a ser debatido. Surge o conceito de ‘conservação integrada’, significando que a conservação das paisagens culturais está relacionada com as realidades políticas, econômicas e sociais, com a geografia, a história, a antropologia, a tecnologia, a estética, etc. e, sobretudo, com as pessoas.⁴⁰ Com a aproximação dos três campos, a cidade passou então a ser vista como um “ecossistema”, ou seja, um ser vivo onde nenhum aspecto pode ser tratado isoladamente. A sustentabilidade tem como um de seus princípios o reconhecimento da interconexão de todos os elementos de um dado sistema. Para um sistema (ou ecossistema) cultural, onde os elementos e os processos estão inter-relacionados e são interdependentes, se manter, o seu lugar deve ser preservado (Bonnette, 1999).

O desafio da utilização de indicadores de sustentabilidade na preservação do patrimônio ambiental urbano pode estar no reconhecimento das três matrizes discursivas apresentadas por Acselrad (1999) e nas perspectivas apresentadas por Castriota (2009). Esses indicadores devem refletir a capacidade de uma cidade e de seus agentes envolvidos monitorar as mudanças ocorridas no nível físico, na valorização do patrimônio por uma comunidade e no contexto da gestão. Sustentabilidade e conservação são processos holísticos em que o primeiro contém o segundo, pois a base de sustentação do primeiro (ambiente natural) é a base de sustentação do segundo (ambiente construído). Os sistemas devem ser entendidos como um todo para que os indicadores representem as suas propriedades na totalidade, e não somente os elementos, as redes, os subsistemas e as interconexões. Esses processos devem estar a cargo de gestores capazes de controlar a dinâmica de transformação dos sítios urbanos, considerando os interesses e os conflitos entre atores e grupos.

⁴⁰ Bonnette (1999, p. 14-15).

Considerando a continuidade como uma qualidade-chave para lugares naturais intactos e criados pelo homem, como forma de assegurar a preservação da identidade de uma sociedade, cabe ao desenvolvimento sustentável garanti-la. Por isso, as dificuldades em definir o conceito de desenvolvimento sustentável devem ser superadas para que se saiba o que sustentar, como sustentar e para quem sustentar.

3 AMBIENTE CONSTRUÍDO

Diante da aproximação de três campos – preservação do patrimônio, planejamento do território e preservação ambiental – e do surgimento da ideia de patrimônio ambiental urbano, cabe agora, neste capítulo, uma reflexão sobre a importância desse patrimônio (cidades, bairros) como fonte de identidade, diversidade cultural e valores – “recursos” – para determinada comunidade ou sociedade, conforme as definições de sustentabilidade cultural apresentadas no capítulo anterior.

Considerando as cidades como lugares sujeitos a processos físicos, políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e culturais, deve-se atentar para o efeito desses processos no ambiente e nas culturas onde estão inseridos. O ambiente construído pelo homem, representado pelas cidades portadoras de significado, caráter e valores, deve ser compreendido como um organismo vivo onde as mudanças devem ser monitoradas, avaliadas e gerenciadas. Se o desenvolvimento sustentável é definido como a preservação e o melhoramento do ambiente por meio da manutenção de ecossistemas naturais, o desenvolvimento culturalmente sustentável se refere à preservação das artes e crenças, às práticas e às atitudes de uma sociedade. A sustentabilidade cultural significa manter, preservar e aperfeiçoar os valores dos povos contemporâneos (Low, 2003).

Antes que sejam tiradas conclusões precipitadas sobre um campo de estudo complexo, baseadas em apontamentos do outro campo, a comparação entre diversidade cultural e diversidade biológica pode parecer simplista, mas, por outro lado, a analogia pode ser instrutiva.

O estudo da biodiversidade não deveria estar limitado a um inventário das espécies e genes, por dois motivos: primeiro, porque o conceito de biodiversidade envolve também os ecossistemas e as paisagens; segundo, porque a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçadas no processo histórico de co-evolução (Sachs, 2008, p. 31).

Isto significa que ambas devem ser mantidas, respectivamente, por conservacionistas e ambientalistas. A manutenção da diversidade biológica se faz importante “não apenas pelo seu potencial em oferecer soluções para benefício humano que ainda não são conhecidas, mas também porque fornece a base de estabilidade para o sistema no qual os seres humanos vivem” (Bellen, 2006, p. 64).

Fairclough (1997) afirma que a vantagem em se adotar a sustentabilidade como uma estrutura para as políticas de conservação é que ela fornece uma linguagem comum (metáforas) para integrar diferentes facetas da conservação do meio ambiente⁴¹. Pode-se reconhecer que o ambiente histórico construído não seja essencial à vida da mesma maneira que o ar e a água são, mas é difícil escapar da obviedade que ele seja essencial para a qualidade de vida porque assegura que as pessoas possam criar uma identidade cultural (Fairclough, 1997).

Esta abordagem em longo prazo é, sobretudo o que a sustentabilidade realmente é – a criação de um ambiente futuro que permaneça histórico no caráter, assim permitindo que as futuras gerações apreciem sua história, reconheçam o impacto do passado em seu mundo e construam seu próprio sentido de identidade, de cultura e de lugar fora das matérias-primas que nós passamos adiante. Para fazer isto, nós precisamos preservar no geral o caráter total dos lugares, e não meramente seus componentes individuais (Fairclough, 1997, p. 41).

Percebe-se uma concordância entre a afirmativa de Fairclough (1997) e as ideias de Acselard (1999) e Sen (2004). O primeiro considera que, na matriz da cidade como espaço da qualidade de vida, a categoria patrimônio refere-se ao seu caráter, às suas identidades e diversidades e aos seus valores. Sen (2004), por sua vez, afirma que não se deve apenas se preocupar com as necessidades como água, ar, etc., mas com as liberdades e responsabilidades em conservar o ambiente, a serem perpetuadas para as gerações futuras.

Manter a identidade e a diversidade cultural no ambiente construído, por sua vez, significa resistir à homogeneização de estilos e culturas provocada pelo uso exacerbado da tecnologia e pelo fenômeno da globalização. As ações de proteção devem se basear no reconhecimento dos valores urbanos de um determinado grupo para que este se comprometa a desenvolver uma estrutura de gestão apropriada (Pickard; Thyse, 2001).

Identidade e diversidade parecem ser, então, os aspectos mais importantes do valor urbano. A gravação das características físicas e da condição do ambiente histórico (as feições da arquitetura e da paisagem urbana: as disposições e os revestimentos das ruas, os parques, as áreas verdes, paisagismo e outros monumentos e feições) são uma parte importante neste processo de reconhecer e de proteger a sensação de pertencimento e a identidade. Esta avaliação deve dar forma à base para desenvolver planos de preservação física e de melhoramentos e revitalização e reabilitação dos edifícios históricos. Além disso, as características essenciais de desenho

⁴¹ Fairclough (1997, p. 39-41).

urbano com que os povos se identificam podem ser reforçadas através da formulação de advertências e ações e através do desenvolvimento de minutas para os sítios que têm um impacto negativo ou neutro dentro de um centro. A questão da identidade pode ser considerada em relação às seguintes três questões: (i) respeito para a morfologia e a tipologia; (ii) a importância de áreas públicas; e (iii) a percepção da arquitetura (Pickard; Thyse, 2001, p. 277).

É preciso ter a consciência de que os avanços tecnológicos e a inovação podem existir sem que se caia em padrões homogêneos de estilos, produtos e processos. A dinâmica histórica das culturas que produz o ambiente construído deve ser compreendida para que haja uma evolução positiva, e a inovação não se sobreponha à preservação.⁴²

Mas, o que são identidade cultural e diversidade cultural? E por que são consideradas “recursos”? A Declaração do México relata que:

A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação (IPHAN, 2001, p. 272).

Já a diversidade cultural é apontada no Documento de Nara como “uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade” (IPHAN, 2001, p. 320). Os atributos específicos pelos quais os valores do sítio são manifestados, ou expressos, devem ser identificados seguindo uma grande variedade de fontes de informação que inclua “forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e enquadramento, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos” (IPHAN, 2001, p. 322) Sendo assim, os monumentos, os marcos, os sítios, os conjuntos urbanos e os suportes naturais devem ser dignos de preservação e conservação.

Segundo Keene (2003, p. 14-15), os lugares produzidos pelo homem “comunicam às futuras gerações uma estética especial, uma percepção do ambiente construído, uma visão das relações entre a humanidade e nosso ambiente, e uma tangível, materializada expressão de grandes valores estimados”. Sendo esses valores culturais, encontrados nos assentamentos, pertencentes a diferentes períodos, a analogia à diversidade biológica se justifica, em termos, por representar diferentes

⁴² Essa prudência em relação às mudanças e à tentativa de controlá-las é uma característica das sociedades homeostáticas. Nelas a preservação é orientada, isto é, elas são sustentáveis.

“espécies” de lugares onde “ao longo dos tempos, os estilos também coexistiram, justapostos e articulados, numa mesma cidade ou num mesmo edifício” (CHOAY, 2001, p. 16).

Desde a década de 1960 o nome de Christian Norberg-Schulz vem sendo associado à adoção da fenomenologia da arquitetura em seus estudos e à construção de uma teoria abrangente desta.⁴³ Em seu livro *Genius Loci*⁴⁴ – *Towards a phenomenology*, Christian Norberg-Schulz (1980, p. 6-21) afirma que “um termo concreto para ambiente é *lugar*” e “que a identidade das pessoas é, em boa medida, uma função dos lugares e das coisas”. A constituição material e formal do lugar determina o seu caráter e permite que a identidade de uma pessoa se defina em função dos sistemas de pensamento desenvolvidos – métodos básicos de construção e suas relações com a articulação formal. O “caráter” é mais intangível do que as “coisas” naturais e relações espaciais, e necessita de uma atenção particular do construtor ao se valer de uma linguagem de formas simbólicas – estilo. Essa linguagem depende de uma articulação formal sistemática e consiste de elementos básicos que podem estar variados e combinados de diferentes maneiras.

O caráter é determinado por como as coisas são, e oferece como base de nossa análise os fenômenos concretos do mundo-da-vida cotidiana. [...] “Caráter” é um conceito ao mesmo tempo mais geral e mais concreto do que “espaço”. Por um lado, indica uma atmosfera geral e abrangente e, por outro, a forma e a substância concreta dos elementos que definem o espaço (Norberg-Schulz, 1980, p. 10-14).

Norberg-Schulz (1980) afirma que, desde o início dos tempos, o homem reconheceu que criar um lugar significa expressar a essência de ser, uma vez que esse lugar possui estrutura e personifica significados. Para ele, esse “fazer lugares” é o que pode ser chamado de arquitetura e a sua fenomenologia é formada pela síntese de elementos tanto naturais quanto feitos pelo homem – estrutura – e que está presente nos lugares. Desta forma, o autor conclui que a identidade geral dos lugares

⁴³ Ao comentar a obra de Norberg-Schulz, Kate Nesbitt (2008) o faz afirmando que o autor identifica o potencial fenomenológico na arquitetura como a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos. O teórico introduz a antiga noção romana do *genius loci*, isto é, a ideia do espírito de um determinado lugar (que estabelece um elo com o sagrado), que cria um “outro” ou um oposto com o qual a humanidade deve defrontar a fim de habitar. Ele interpreta o conceito de habitar como estar em paz num lugar protegido.

⁴⁴ O *genius loci* de um lugar – do latim *genius* “espírito” e *loci*, plural de *locus* “lugar” – pode ser interpretado como característica distintiva deste, algo que o diferencia. Espaços onde a vida acontece são lugares no verdadeiro sentido da palavra.

depende das estruturas porque elas formam uma importante parte da fenomenologia da arquitetura presente nos edifícios, nas praças e nas vias. A identidade de um lugar é determinada pela sua posição, configuração espacial geral e articulação característica, não necessariamente na mesma medida dentro do resultado final.

O *genius loci*, a que ele se refere, é determinado pelo que é visualizado, complementado, simbolizado ou reunido, e esse deve “compreender o espírito da localidade para se ‘enraizar’, mas ele também deve reunir significados de interesse geral, que tenham suas raízes em outra parte e que foram movidos através da simbolização” (Norberg-Schulz, 1980, p. 58). O significado e o caráter de um assentamento estão intimamente conectados com a sua estrutura, com o *fazer*, e não podem ser interpretados apenas em termos formais ou estéticos.

Esse processo de enraizamento e de reunião de significados de interesse geral enraizados em outra parte, mas que foram movidos por meio da simbolização, é definido por Norberg-Schulz (1980, p. 170) como *cultura*.

Cultura significa transformar as dadas “forças” em significados que podem ser movidos para outro lugar. Cultura está, conseqüentemente, baseada na abstração e concretização. Através da cultura o homem se enraíza na realidade, ao mesmo tempo em que ele está livre da dependência completa de uma situação particular.

Para Norberg-Schulz (1980, p. 166), “o ‘significado’ de qualquer objeto consiste nas suas relações com outros objetos, isto é, consiste no que o objeto ‘reúne’”, e “a ‘estrutura’, por sua vez, denota as propriedades formais de um sistema de relações”. O significado, como função psíquica que depende da identificação, implica um senso de “pertencimento” que constitui a base do habitar. Os significados que estão reunidos por um lugar constituem, segundo ele, o seu *genius loci*.

Estrutura e significado são aqui aspectos da mesma totalidade. Ambos são abstrações do fluxo de fenômenos; não no sentido de classificação científica, mas como um reconhecimento direto de “constâncias”, isto é, relações estáveis que se sobressaem dos acontecimentos mais transitórios (Norberg-Schulz, 1980, p. 166).

O ambiente histórico construído é o cenário das atividades diárias e nos permite a manutenção da compreensão das nossas origens e a geração, o desenvolvimento e o fortalecimento de um senso de lugar, de continuidade, de conectividade e de identidade estruturados nos testemunhos materiais do passado. Ele tem o poder de fortalecer o senso de comunidade, exercendo um papel significativo no

desenvolvimento psicológico dos indivíduos e na identidade dos grupos culturais étnicos. Além das comunidades que nele vivem, o ambiente histórico construído é o lugar visitado e valorizado por turistas devido à inspiração e ao prazer oferecido e que serve de fonte de subsistência, riqueza e prosperidade para as pessoas que os recebem. Assim,

[...] a compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater apenas às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades, constituindo-se em um dos importantes responsáveis por sua identidade e qualidade de vida (Carsalade, 2001).

Como nosso *habitat*, o ambiente histórico construído exerce um papel simbólico ao representar as pessoas para elas mesmas, ou seja, possibilita a criação de uma identidade cultural. Ele é um empreendimento educacional vital e acessível que se apresenta como uma importante fonte de informação sobre os nossos antepassados, suas sociedades e as características dos ambientes passados, representando camadas de atividades humanas, habilidades, conhecimentos, técnicas, história e tradição.

Resumidamente, o ambiente histórico construído representa o pensamento humano e personifica as tradições sociais e estéticas do passado. Ao visualizar, simbolizar e reunir nos lugares construídos por ele, o homem se relaciona com a natureza tentando entendê-la, tentando se entender e tentando reunir significados que o transponham para um lugar e o fixe nele, o seu *habitat*. Assim como a literatura, a música e a própria história, o ambiente histórico construído, como parte da cultura diária, deve ser estudado e interpretado para que haja o enriquecimento das vidas de seus fruidores.

Em uma outra abordagem do mesmo tema, Giddens (1991) indica o “lugar”, produzido pelo homem ou não, como o ponto de práticas sociais próprias que moldam e formam as pessoas com as quais as suas identidades estão vinculadas por ser concreto, conhecido, familiar e específico. O lugar está, segundo o autor, ligado à ideia de localidade referente ao cenário físico da atividade social como situado geograficamente (Giddens, 1991).

Um outro conceito aqui evocado parece-nos ainda mais complexo: identidade. A questão que se coloca é como lidar com um conceito que, segundo Hall (1997, p. 8),

“é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea”? Na concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na interação entre a sociedade e o sujeito, onde este último é “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 1997, p. 11).⁴⁵ Ela representa vínculos a lugares, eventos, símbolos e histórias particulares, o que denominado por Hall como pertencimento.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (Hall, 1997, p. 11-12).

Mas, na pós-modernidade, o sujeito está se fragmentando e adquirindo várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. A identidade é definida historicamente, pois o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. É fantasioso pensar na identidade como algo plenamente unificado, completo, seguro e coerente. Se as estruturas e os sujeitos mudam, as identidades entram em colapso e produzem o sujeito pós-moderno, desprovido de uma identidade fixa. Ela se transforma continuamente em relação às formas pelas quais o sujeito é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeiam. O processo de identificação se desloca e se torna provisório, variável e problemático (Hall, 1997).

Hall (1997) destaca a descoberta do inconsciente por Freud, cuja teoria mostra que as identidades são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente com uma lógica que colocou abaixo o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada, preconizado por Descartes. Ao

⁴⁵ Hall apresenta três concepções distintas de identidade em sua obra. A primeira é a do “sujeito do Iluminismo,” que se baseava numa concepção de indivíduo totalmente centrado, unificado, racional, consciente e ativo, dotado de um núcleo interior que com ele nascia e se desenvolvia: a sua identidade. A segunda é a do sujeito sociológico, que reflete a complexidade do mundo moderno, onde o núcleo interior não é autônomo e autossuficiente, mas formado nas relações interpessoais mediadoras de valores, sentidos e símbolos do seu habitat: a cultura. A terceira, o sujeito pós-moderno, é fruto da mudança dessas relações, onde o sujeito está se tornando fragmentado, composto de várias identidades.

comentar os trabalhos de pensadores psicanalíticos como Freud e Lacan, Hall (1997) o faz concluindo que:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (Hall, 1997, p. 38).

No texto O estádio do espelho como formador da função do eu, de extrema importância na obra de Lacan (1998), está a ideia que o “eu” é constituído desde fora.⁴⁶ É importante apontar que as significações produzidas pelo ambiente construído são representantes da cultura, e lançam mão de significações que elas também estão mergulhadas. O senso de pertencimento a um lugar (identificação) está diretamente ligado às funções psíquicas que dão significado a esse lugar.

Os lugares criados pelas mãos humanas possuem uma estrutura e personificam significados. A mudança dessas estruturas significa o surgimento de várias identidades em contraposição a uma identidade fixa, essencial ou permanente. Mas, como já foi dito, a cidade é vista como um ecossistema, um *ambiente vivo*, ou seja, um lugar onde as políticas de preservação devem ser bem direcionadas e as mudanças controladas, mesmo sabendo que não se pode manter tudo o que foi herdado de forma inalterada.

A morfologia e a tipologia dos centros históricos devem ser respeitadas e reabilitadas de acordo com certas condições arquitetônicas e técnicas [...]. Respeito não necessariamente significa conservar um edifício na sua totalidade, mas restabelecer seu espírito e identidade. Isto significa ser flexível tanto para adaptar os objetivos de a reabilitação às necessidades de a vida moderna quanto respeitar os valores geralmente confirmados pela comunidade local. Uma vez reabilitada com estas linhas, a área deverá “se reconhecer” (Pickard; Thyse, 2001, p. 277).

Essa afirmação se faz importante porque, segundo os autores, se os residentes se identificarem com o seu ambiente, eles se tornarão seus principais defensores. A afirmativa desses autores corrobora uma das considerações presentes na Declaração de Amsterdã de que é preciso haver a apreciação do patrimônio pelo público e pelas novas gerações para que ele sobreviva. Por isso, ele deve permanecer consistente com seus próprios valores e experiências, e não se tornar artificial e sem contato com a realidade.

⁴⁶ Lacan (1998).

Dentro da conservação do patrimônio, há a compreensão de que o valor é o gerador de significado e de sentido, oriundos da qualidade da arquitetura e da estrutura urbana, do significado histórico, ou de uma combinação desses atributos. Na medida em que o ambiente construído é entendido como uma fonte de “recursos”, ou melhor, de valores representados principalmente pela *identidade* e pela *diversidade*, cabe então uma breve abordagem a respeito desse tema. A nosso ver, essa abordagem está diretamente associada à sustentabilidade no ambiente histórico construído, onde as diversas formas de sua valorização e a variação desses valores de localidade para localidade e entre indivíduos devem, em algum nível, ser reconhecidas. O “caráter”, presente nos lugares familiares e estimados, responsável pela distinção local e pelo sentido do lugar é a chave para essa abordagem (Fairclough, 1997).

Desde as comunidades tradicionais, “o homem era visto como parte de um universo envolvente e onde a relação de aspectos físicos e espirituais do mundo era ditada por deus ou deuses, e onde valores eram assim absolutos”, até as sociedades industriais, as mudanças de valores sempre puderam ser percebidas (Jokilehto, 1999, p. 64). A mudança desses valores absolutos e universais para valores que refletiam as influências específicas das pessoas e culturas a respeito de um momento particular no tempo é o que alicerçou o movimento de conservação moderna.

Esta mudança de valores veio como um resultado de um debate filosófico, nos séculos XVII e XVIII, com a contribuição de, entre outros, Descartes, Giambattista Vico e Johann Gottfried Herder. O debate colocou a universalidade da verdade em dúvida, e relacionou a interpretação da significância de um produto humano particular com a cultura ou culturas referidas e não com modelos universais como tinha sido previamente. Consequentemente, particularmente no período do Romantismo, o conceito de um trabalho de arte veio ser definido como um resultado de um processo criativo de um artista individual, não como uma imitação de uma ideia neoplatônica. A moderna relatividade de valores está atualmente sendo aceita por muitas pessoas, entretanto há ainda culturas tradicionais, as quais têm seu direito de continuar a existir. Enquanto valores variam assim de uma cultura para outra, eles também mudam gradualmente na mesma cultura sobre o tempo, conduzindo ao conceito de diversidade cultural, enfatizado por organizações internacionais em anos recentes (Jokilehto, 1999, p. 64).

A obra de Karl Marx deu relevante atenção ao significado de valor de uso e valor de troca na sociedade capitalista. O autor aponta a mercadoria como valor de uso – meio de existência – quando satisfaz às necessidades do homem pelas suas

propriedades ou quando essas propriedades são produzidas pelo trabalho humano. O valor de troca é considerado por Marx quando valores de uso são trocados por outros, em que o culto à mercadoria está presente na quantificação do trabalho socialmente necessário à sua produção.⁴⁷ Para Lacerda (2002), é importante destacar na obra de Marx o fato de a mercadoria mascarar as relações sociais e as condições de trabalho estabelecidas na sua produção.

Sem dúvida, não pode haver valor de troca sem que haja valor de uso, mas os dois não estão fortemente imbricados, ou seja, quantitativamente correlacionados, uma vez que o valor de uso não subentende a lógica do valor de troca, nos termos colocados por Marx (Lacerda, 2002, p. 60).

No começo do século XX, o jurista, filósofo e historiador Alois Riegl desenvolveu um trabalho de reflexão relacionado ao comportamento da sociedade perante a noção de monumento histórico. *O culto moderno dos monumentos* (2006) se tornou um importante obra investigativa sobre o sentido ou sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico. Sua obra marcou a interpretação da conservação dos monumentos antigos a partir de uma teoria de valores focada no monumento histórico como objeto social e filosófico, e não no patrimônio. A oposição entre duas categorias de valores forma a estrutura da análise de Riegl: valores de rememoração (ligados ao passado, memória) e valores de contemporaneidade (ligados ao presente).

Os valores de rememoração são subdivididos por Riegl em valor histórico, valor de rememoração intencional e valor de “ancianidade”. Os valores de contemporaneidade, por sua vez, se subdividem em valor de uso e valor de arte. Riegl (2006) afirma que o valor histórico de um monumento reside no fato de que ele representa um estado particular, de alguma forma, único no desenvolvimento de um domínio humano. O interesse está no estado inicial do monumento como obra da criação humana e as alterações e degradações parciais são perturbadoras. Ele está estritamente ligado à pesquisa futura de historiadores da arte, e a conservação do monumento (documento) deve ser feita no seu mais autêntico estado. O culto a esse valor “leva necessariamente a exigir que, por todos os seus meios, a intervenção humana freie o curso da evolução e pare o progresso normal da decomposição pelos agentes naturais” (Riegl, 2006, p. 78).

⁴⁷ A esse respeito, confira *O Capital*, de Karl Marx, vol. 1, escrito em 1867.

O valor de rememoração intencional é aquele que impede quase definitivamente que um momento sucumba no passado, mantendo-o presente e vivo na consciência das gerações futuras e cuja função está ligada ao fato da edificação do monumento. Ele sempre foi protegido pela legislação contra as intervenções destrutivas do homem.

O valor de ancianidade, por fim, manifesta-se pela sua aparência não moderna, ou seja, “na imperfeição das obras, em sua falta de integridade, na tendência à dissolução das formas e cores” (Riegl, 2006, p. 70).

A extensão do valor de ancianidade é inversamente proporcional à progressão da destruição, mas “a força desse valor aumenta à medida que os elementos restem produzindo uma impressão mais profunda sobre o espectador” (Riegl, 2006, p. 72-74).

Para justificar que a utilização de um edifício antigo possa abrigar seus ocupantes de forma segura, Riegl (2006) parte do pressuposto que “a vida física é condição preliminar da vida psíquica, e, portanto, mais importante, à medida que ela pode se desenvolver na ausência de vida psíquica superior, enquanto o inverso é impossível” (RIEGL, 2006, p. 92). Sendo assim, segundo o autor, o valor de uso, como valor físico, não pode fazer qualquer concessão ao valor de ancianidade. O não uso de um monumento compromete mesmo o seu valor de ancianidade, na medida em que esse valor é determinado pela percepção dos seus usuários.

O valor de arte, presente nos monumentos e relacionado à satisfação da aspiração da vontade artística moderna, é subdividido por Riegl (2006) de acordo com dois tipos de exigências dessa aspiração. “A primeira é comum à vontade artística moderna e à das épocas anteriores da história da arte” – valor de novidade – e a segunda “concerne tanto à especificidade do monumento quanto à sua concepção, forma e cores” – valor de arte relativo (Riegl, 2006, p. 96-97).

O valor de novidade é aquele já encontrado em toda obra de arte nova, “cujas formas e cores não manifestem nenhum sinal de degradação”, cuja integridade “é quase impossível de ser obtida” e cuja preservação só pode ser alcançada por meio de “medidas contrárias ao culto do valor de ancianidade” (Riegl, 2006, p. 96-97).

Quando a sensibilidade moderna ainda se interessa por obras de arte produzidas em épocas passadas, o valor de arte relativo se mostra presente. O valor de arte relativo é aquele cuja “exigência não tem nenhum conteúdo objetivo ou durável”, pois é submissa à mudança contínua (Riegl, 2006, p. 97).

Entretanto, a complexidade da teoria de Riegl (2006) se faz presente na contradição e na simultaneidade das exigências que o monumento histórico acumulou no decorrer dos anos. Surgem conflitos entre os valores: eles se excluem, se ameaçam e se contrariam. Mas, como em todo conflito e considerando o estado do monumento e o seu contexto sociocultural, em cada caso a negociação é a melhor solução. O monumento é, então, colocado como um problema cuja responsabilidade de resolvê-lo cabe à sociedade, e para isso cabe a ela expor quais são os valores relevantes desse monumento.

Segundo Jokilehto (1999), enquanto a conservação de monumentos históricos tendeu a enfatizar o valor documental do patrimônio como testemunha e, conseqüentemente inclinou a ser interpretada como estática, a conservação de assentamentos históricos vivos tendeu a permitir a mudança que seria compatível com o caráter histórico do lugar, devendo ser interpretada como um processo dinâmico. Para Jokilehto (1999), os valores relevantes às áreas urbanas históricas precisam se referir à proteção do patrimônio e sua historicidade (patrimônio cultural material) e à continuidade da vida e mudança necessária dentro de limites estabelecidos (patrimônio sociocultural).

A conservação é um processo que pode existir apenas se uma sociedade atribui valor à estrutura urbana, e a fim de compreender a conservação urbana deve-se aprender a compreender primeiro o processo de formação de valor no ambiente urbano.⁴⁸ Zancheti e Jokilehto (1997, p. 40) definem, de uma forma completamente simples e utilitária, *valor* como “a qualidade de uma coisa fazê-la útil ou desejável”, mas, em seguida, se opõem a essa definição afirmando que é a “atribuição social relativa de qualidades às coisas que as faz ter valores”. Valores seriam categorias sociais resultantes do pensamento humano definido em um contexto cultural, ou seja, atributos relativos das coisas, e dependem do processo de realizar

⁴⁸ Zancheti e Jokilehto (1997).

comparações ou relações entre coisas. Do mesmo modo como um processo subjetivo depende de uma estrutura psicológica particular do indivíduo, a atribuição de valores às coisas é determinada sobre uma base individual ou pessoal quando uma pessoa identifica um valor em uma coisa porque ela deseja essa coisa ou identifica que ela lhe é útil.

[...] os valores estão estabelecidos sobre uma base interpessoal ou social. Os valores de tais coisas são o resultado de uma grande série de interações entre indivíduos ou instituições ao longo de períodos de tempo, e em algum contexto socioeconômico específico. As coisas ou os objetos são valiosos porque são socialmente úteis e são importantes para o processo de reprodução da sociedade. Valores são conseqüentemente relacionamentos sociais, e não atributos naturais ou intrínsecos das coisas ou dos objetos, porque podem existir somente no contexto da interação entre indivíduos (Zancheti; Jokilehto, 1997, p. 40-41).

O que Zancheti e Jokilehto (1997) chamam de “reprodução social” é o processo contínuo de construção e reconstrução ao qual os valores estão sujeitos. Eles estão em constante transformação e tendem a mudar ao longo do tempo, seguindo os movimentos das culturas das sociedades. As complexas operações que envolvem a comparação entre “coisas” dão origem ao processo de valorizar um objeto presente em cada momento do desenvolvimento social. Os valores permitem a comparação de coisas da mesma espécie ou diferentes, sobre uma base qualitativa ou quantitativa, dentro de quaisquer objetivos específicos. Eles se tornam extremamente importantes como referências para a escolha e tomada de decisões baseadas em critérios objetivos e que afetam a existência ou a transformação de determinado objeto.

Os autores (1997) alertam para a dificuldade de determinar e de como interpretar valores em relação à estrutura urbana (cidade) considerando a sua multiplicidade, complexidade e diversidade. Segundo eles, podem ser identificados vários níveis de valores em uma cidade: aqueles relacionados a elementos individuais na estrutura urbana; aqueles relacionados aos conjuntos de elementos da estrutura urbana; e aqueles relacionados à estrutura urbana como um todo. Essa estrutura urbana pode ser considerada uma unidade formada por dois tipos de elementos – “elementos de estado” e “elementos de processo” – onde um não pode existir sem o outro, uma vez que “a ação constante dos processos determina os estados e a relativa situação dos estados conduz à continuação ou à mudança do processo que atua sobre eles” (Zancheti; Jokilehto, 1997, p. 42).

Para Zancheti e Jokilehto (1997), os planejadores urbanos estão diante de um conjunto de desafios que vai da conservação de elementos materiais (monumentos e edifícios) à manutenção dos processos sociais (culturais, artísticos e econômicos) que permitem a realização da vida urbana, caracterizada pela geração contínua de novas questões dentro de um processo contínuo.

Todos os valores que estão integrados dentro do processo de conservação estão também inter-relacionados em um processo dinâmico; eles mudam no tempo como um sistema, e podem continuar a ser regenerados apenas como um sistema dinâmico. [...] Os valores de uma cidade estão associados com a capacidade de a cidade regenerar-se de forma a permitir a seus cidadãos identificar uma linha de continuidade entre passado, presente e futuro. Este é o processo de transformação urbana, buscando manter um processo criativo de regeneração da diversidade dentro do contexto da continuação e unidade da comunidade. Isto requer a manutenção e o controle de todos os tipos de valores, ambos relacionados aos estados e aos processos (Zancheti; Jokilehto, 1997, p. 44).

Nasser (2007) afirma que ao considerar o significado do patrimônio, a cultura, como uma expressão dos atributos reais e intangíveis que uma paisagem urbana desenvolveu sobre o tempo, exerce sempre um papel significativo. “Estes atributos são expressos na herança física impregnada com valores sociais” (NASSER, 2007, p. 20). Dentro da conservação há, segundo o autor, a compreensão de que o valor é o que gera significado e sentido, derivados da qualidade da arquitetura ou do projeto, do significado histórico, ou de uma combinação desses atributos. Porém, dentro de nações multiculturais, esses valores podem diferir, com mais significado associado aos povos, aos eventos e às atividades. “A sociedade multicultural mutante de hoje exige uma redefinição rigorosa de patrimônio para incluir valores e interpretações dos lugares de que as comunidades deixarão para as futuras gerações” (Nasser, 2007, p. 21). O que Nasser questiona em seu artigo *Redefining heritage and identity in conservation* é a autenticidade desses processos de interpretação e de valorização. Para a autora, “a conservação é mais do que a criação de zonas culturais temáticas do prazer e do exotismo” e “o patrimônio já não pode ser conduzido por uma abordagem de cima para baixo para identificar o que é significativo e de valor para a conservação” (Nasser, 2007, p. 20-22).

As mudanças práticas, sociais ou culturais impostas pela globalização impactam diretamente o ambiente construído, mas a identidade do lugar deve ser determinada e interpretada de novas maneiras para que a tradição permaneça viva. Mas o que se percebe é que os efeitos da globalização se mostram variados e contraditórios e,

curiosamente, muitas vezes causadores da reafirmação das identidades culturais locais, desvinculadas de sua velha forma nacionalista. Não se pode pensar nas identidades como formas puras e únicas se essas estão submetidas a acontecimentos históricos, políticos e econômicos e a representações e diferenças. O processo globalizante tanto pode ter um efeito devastador nas culturas, quanto, ao contrário, pode ser pensado como um articulador entre o global e o local, onde este último não deve ser confundido com velhas identidades, mas visto como um agente no interior da lógica da globalização, num processo de ação e reação. Culturas distintas podem conviver sem serem aniquiladas ou unificadas e sem perderem as suas identidades. Os constantes deslocamentos, apontados por Hall, pelo qual as sociedades são submetidas possuem características positivas ao desarticularem identidades supostamente estáveis e abrirem novas articulações, novas identidades e novos sujeitos. Devem ser investigadas, então, as possibilidades positivas que a globalização oferece do surgimento das chamadas *culturas híbridas*. A esse respeito, a Declaração do México afirma que

A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. A cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre. O universo não pode ser postulado em abstrato por nenhuma cultura em particular, surge da experiência de todos os povos do mundo, cada um dos quais afirma a sua identidade. Identidade cultural e diversidade cultural são indissociáveis. As peculiaridades culturais não dificultam, mas favorecem a comunhão dos valores universais que unem os povos. Por isso, constitui a essência mesma do pluralismo cultural o reconhecimento de múltiplas identidades culturais onde coexistirem diversas tradições (IPHAN, 2001, p. 273).

Sobre esse fenômeno de “hibridação”, em seus estudos e suas reflexões o antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini se utiliza dos países latino-americanos, onde as tradições culturais e a modernidade coexistem. Canclini (2008, p. 19) define hibridação como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” tanto nas artes quanto na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. O antropólogo chama de estruturas discretas aquelas resultantes de hibridações e que não podem ser consideradas puras. As hibridações são resultado da criatividade individual e coletiva, mas podem ocorrer de maneira não planejada ou como fruto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional. O termo *reconversão* é utilizado por Canclini (2008)

para explicar as estratégias de reinserção de um patrimônio de qualquer espécie em novas condições de produção e mercado e que relativizam a noção de identidade. As próprias identidades, como objeto de pesquisa da Antropologia, são questionadas por esses processos de hibridação. Primeiro porque o próprio conceito de hibridação afasta a ideia da pureza e da autenticidade das identidades. Depois porque “põe em evidência o risco de delimitar identidades locais autocontidas ou que tentem afirmar-se como radicalmente opostas à sociedade nacional ou à globalização” (Canclini, 2008, p. XXIII).

Os processos culturais e históricos de hibridação nos levam a entender como as tradições são interpretadas e como a cultura e a política podem ser modificadas. O início do século XXI foi marcado pela interconexão fluída do mundo onde as estruturas identitárias caracterizadas por etnias, nações ou classes estão se reestruturando dentro de contextos interétnicos, transclassistas e transnacionais. A hibridação permite interseções e transações entre culturas diversas, amenizando situações de conflitos e divergências. Mas esse processo pode ser visto também como uma ameaça à determinada cultura e à sua autoestima. Aceitar ou não os elementos de outras culturas é uma escolha de cada indivíduo, comunidade ou sociedade. Em um contexto onde a diversidade cultural se caracteriza pelas trocas e pela convivência harmônica, renega-se a ideia de identidades puras e autênticas.

Por isso, Castriota (2009, p. 109) alerta para a necessidade de equilíbrio entre as três perspectivas identificáveis no campo do patrimônio – a “conservação física”, o “contexto de gestão” e a “significância cultural e valores sociais”, pois “a agenda da pesquisa na área da conservação ainda está centrada nos seus aspectos físicos”, raramente envolvendo a discussão dos agentes e das negociações possíveis e dos significados e valores complexos em jogo. À primeira cabe a investigação do estado de conservação do bem. À segunda cabe a análise das condições políticas, econômicas, técnicas, institucionais e legais. Quanto a “significância cultural e valores sociais”, cabe a investigação das questões centrais sobre as razões do significado de um objeto ou lugar e as comunidades destinatárias para as quais eles devem ser conservados. A conservação deve estabelecer uma base conceitual interdisciplinar mais sólida por meio de contribuições mais significativas das ciências humanas e sociais (Castriota, 2009).

A identidade é um processo relacionado à trajetória de uma comunidade ao longo da sua história. Esse processo é percebido na compreensão dos seres humanos por eles mesmos e na compreensão do seu ambiente. Partindo do pressuposto que o desenvolvimento sustentável cultural está ligado à identificação e ao amor ao lugar e considerando a cidade como patrimônio ambiental urbano, algumas questões devem ser colocadas. Seria possível utilizar indicadores baseados na identidade de uma comunidade em relação ao seu patrimônio material urbano? A sustentabilidade cultural pode ser medida em relação aos valores e às identidades? Se o potencial fenômeno-lógico na Arquitetura é capaz de dar significado – identidade, valores – ao ambiente construído, esse fenômeno poderia ser apreendido por indicadores?

A utilização de indicadores deve se basear na compreensão de que o atributo principal de um bem cultural – uma cidade – está numa rede intangível de significados e valores. A formulação de uma política de conservação abrangente está diretamente associada à identificação e compreensão dos valores envolvidos na área. A forma como uma comunidade se identifica com o seu patrimônio ambiental urbano e o valoriza deve ser investigada por meio de ferramentas que reflitam, ou pelo menos tentam refletir, esse processo. Os valores estão firmemente relacionados com a qualidade de vida em nível urbano, o que significa uma avaliação específica dos componentes do ambiente da cidade, que ajudam a criar uma sensação de satisfação ou insatisfação.

Segundo Markeviciene (1999), os indicadores culturais não são cobertos pelo conceito difundido de desenvolvimento sustentável. Ela questiona a possibilidade de se desenvolver um conjunto de princípios para a sustentabilidade cultural e se esse conjunto seria universal o bastante para ser aplicado a várias culturas e fornecer uma estrutura universalmente útil.⁴⁹ A possibilidade de esses princípios serem agregados a outros indicadores de desenvolvimento sustentável e a utilização dos princípios da conservação urbana também são questionadas pela autora.

A apuração das percepções públicas do ambiente histórico e do encorajamento das necessidades de preservação urbana em relação ao desenvolvimento comunitário deve ser, assim, vista como uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento

⁴⁹ Markeviciene (1999, p. 88).

sustentável cultural. Deve haver algum conhecimento sobre a orientação básica sociocultural da comunidade: disposição para coexistir com o que ela tem e adaptar as suas necessidades às possibilidades do ambiente que tem que sobreviver, e potencial para implementar a ética da sustentabilidade cultural. Por isso, os indicadores de desenvolvimento sustentável cultural devem mostrar essa disposição e esse potencial, e para que isso aconteça é necessário que sejam conhecidos os dados sobre alguns aspectos do perfil da comunidade. Esses aspectos estão relacionados ao tipo, à intensidade e à direção das tradições de urbanidade, ao sentido de comunidade, ao amor ao lugar, à identificação com o lugar, aos valores comuns do lugar e à sua hierarquia local e nacional e à atividade local nesse campo. Assim, eles seriam úteis na elaboração de políticas que direcionam a comunidade local em uma direção desejada quando unidos a indicadores relacionados às dimensões social, ambiental/ecológica e econômica do desenvolvimento sustentável e a indicadores usados pela conservação urbana integrada (Markeviciene, 1999).

Neste capítulo foi apresentada a importância da preservação do ambiente construído como um lugar responsável pela transmissão de valores e da identidade cultural. O desafio está em tentar apreender o grau de identificação de determinado grupo em relação ao seu ambiente quando o sujeito adquire várias identidades não unificadas, incompletas, inseguras e incoerentes. Se o homem modela o seu meio e o meio modela o homem, a transformação de um resultará na transformação do outro. E se eles são transformados, a identidade também se transforma. A identificação acompanhará o ritmo dessas transformações.

Para avaliar a sustentabilidade de um sistema urbano por meio de indicadores, o julgamento dos valores envolvidos se faz necessário. Mas para que haja o reconhecimento e o julgamento desses valores, deve haver uma ampla participação dos atores envolvidos, como afirmam Nasser (2007) e Markeviciene (2002). Dentro desse processo participativo, a comunidade adota o projeto de criação de indicadores e estabelece as suas prioridades, apesar do risco de omissão de temas relevantes à sustentabilidade do sistema.

4 OS INDICADORES

Este capítulo trata da importância do uso de indicadores no processo de monitoramento e avaliação do patrimônio cultural e no auxílio aos gestores na tomada de decisões. É abordada também a importância de se avaliar a qualidade de vida como matriz a ser sustentada e na qual se insere o patrimônio.

Além de ter sido marcado por acontecimentos e publicações de documentos referentes à preservação do meio ambiente e à proteção do patrimônio cultural, o ano de 1972 presenciou um estudo em grande escala sobre o bem-estar nos países escandinavos, realizado pelo Grupo de Investigação de Sociologia Comparada da Universidade de Helsinki e apoiado pelos conselhos de investigação desses países.⁵⁰ A Suécia já havia realizado um estudo similar em 1968, sobre o nível de vida da sua população, em que este foi definido como o domínio dos indivíduos sobre os recursos responsáveis pelas condições de vida como dinheiro, posses, conhecimento, energia mental e física, relações sociais, segurança, etc.

A pesquisa de 1972, que envolvia todos os países escandinavos, procurou dar ênfase não apenas aos recursos, mas às necessidades básicas como um todo, apesar da sua complexidade e ambiguidade. Portanto, o sistema de indicadores criado se baseou no enfoque das necessidades básicas, tanto materiais quanto não materiais, para que fosse considerada uma categoria mais rica e completa das condições para o desenvolvimento humano (Allardt, 1996). Segundo Allardt (1996), um enfoque sobre as necessidades básicas se concentra nas condições de sobrevivência e de combate à miséria e também de relacionamento social e de combate ao isolamento.

Naquele estudo, as palavras *ter*, *amar* e *ser* foram escolhidas para definir as condições necessárias para o desenvolvimento e a existência humanos. *Ter* se referia às condições materiais que são necessárias para a sobrevivência e para evitar a miséria e que podem ser medidas por indicadores referentes aos recursos econômicos (renda e riqueza), às condições da moradia (espaço e conforto), aos empregos criados, às condições de trabalho, à saúde e à educação. *Amar* se referia

⁵⁰ Allardt (1996).

à necessidade de relacionamentos com outras pessoas e de formar identidades sociais e cujo nível de satisfação pode ser avaliado por indicadores referentes à firmeza e aos contatos com a comunidade local, ao apego à família e aos parentes, aos padrões ativos de amizade, às relações e contatos com companheiros membros em associações e organizações e às relações com os companheiros de trabalho. *Ser* se referia à necessidade de integração à sociedade e da vida em harmonia com o meio ambiente e com a natureza, e que pode ser medida por indicadores referentes à participação dos indivíduos na tomada de decisões, nas atividades políticas, nas oportunidades para a realização de atividades recreativas, em um bom ambiente de trabalho e no desfrute da natureza.

Em relação à categoria *ter*, são apontados alguns problemas ligados à técnica comum de se comparar países dividindo as medidas entre o número de habitantes: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, número médio de moradores por habitação, etc. Essa técnica pode ser útil em termos comparativos, mas não reflete satisfatoriamente o nível nacional de bem-estar humano, pois não informa sobre a distribuição da riqueza e sobre a desigualdade social. Ela se mostra incompleta se não for associada a outras medidas e um nível inferior deve ser estabelecido para que nenhum indivíduo se situe abaixo dele – um piso, patamar.

Na categoria *amar*, foi descoberta que a quantidade e a força das relações sociais de companheirismo e solidariedade tinham uma correlação nula com o nível material de vida e com a qualidade do ambiente físico e biológico. “Se o ambiente físico se deteriora claramente, as pessoas poderiam perder algumas de suas capacidades para o companheirismo, a solidariedade e o amor” (Allardt, 1996, p. 130).

Além do desafio encontrado no que se referia à mensuração de recursos ou do nível de satisfação, a pesquisa escandinava se deparou com um frequente problema encontrado quando se trabalha com indicadores sociais para avaliar o bem-estar humano: esses indicadores deveriam ser baseados em medidas objetivas das circunstâncias externas ou na avaliação subjetiva dos próprios cidadãos? No caso escandinavo, ambos foram utilizados.⁵¹

⁵¹ Quanto ao uso de indicadores objetivos na pesquisa escandinava, Allardt (1996) relata que os informantes foram questionados sobre as suas condições de vida e sua conduta de conformidade

Ao usar indicadores subjetivos, de fato se estão estudando os desejos das pessoas, entretanto, os indicadores objetivos às vezes se referem às necessidades e às vezes se referem às necessidades e às vezes aos desejos. O importante é que são desenhados por especialistas que podem ter em conta tanto as necessidades como os desejos das pessoas ao decidir o que há que registrar sobre as condições de vida destas (Allardt, 1996, p. 131).

O uso de indicadores objetivos e subjetivos mostrou ser uma solução para se diminuir o conservadorismo geralmente associado ao uso exclusivo de indicadores subjetivos e o indevido dogmatismo resultante da utilização de indicadores objetivos. Com esse sistema de indicadores, foi possível estabelecer correlações entre satisfação/insatisfação (no caso do ambiente físico), felicidade/infelicidade (no caso das relações com outras pessoas) e desenvolvimento pessoal/isolamento (no caso das relações das pessoas com a sociedade, com o meio ambiente e com a natureza) (Allardt, 1996).

Mas o que chama atenção na configuração da pesquisa escandinava, ao contrário da pesquisa sueca, é a consciência de que a qualidade de vida e o bem-estar não estão relacionados apenas às necessidades materiais e aos recursos. As relações sociais e com o meio ambiente, seja ele natural ou construído, também foram consideradas necessidades básicas para a formação da identidade cultural e para a qualidade de vida.

A primeira publicação sobre essa pesquisa foi feita por Erik Allardt em 1975 – *Att ha, alska, att vara. Om valfard i Norden* (Ter, amar, ser. A respeito do bem-estar nos países nórdicos). Entretanto, em 1993, o trabalho de Allardt seria incluído no livro *The Quality of Life*, organizado por Martha C. Nussbaum e Amartya Sen. O motivo da citação do artigo de Erik Allardt será exposto no final deste capítulo.

A mensuração do bem-estar ou da qualidade de vida de uma sociedade e a avaliação da sua sustentabilidade são processos distintos. A sustentabilidade deve ser medida separadamente e com a utilização de projeções, e não apenas observações. O bem-estar das futuras gerações depende dos diversos tipos de recursos a serem transmitidos por nós, portanto devemos sustentá-los qualitativa e quantitativamente. Mas, seria possível medir todos esses recursos por meio de uma

com alguns parâmetros preestabelecidos e não se suas condições de vida são boas ou ruins, satisfatórias ou insatisfatórias. Porém, para os indicadores subjetivos, foi pedido às pessoas que expressassem suas próprias atitudes a respeito de suas condições de vida.

medida comum? Parece-nos possível, até certo ponto, agregar valores monetários quando estamos lidando com capital físico e humano ou recursos naturais comerciáveis. Mas quando os recursos não possuem um valor de mercado relevante a tarefa se torna mais difícil. Como o conceito de sustentabilidade tem as suas raízes na economia e na ecologia, a princípio, a solução seria uma abordagem que combinasse um indicador monetário que considere a dimensão econômica da sustentabilidade e um conjunto de indicadores físicos ligado às questões ambientais. Mas, e as outras dimensões? E os valores culturais não comerciáveis?

A abordagem que envolve indicadores ou sistemas de indicadores é muito difundida quando se refere ao desenvolvimento sustentável. A partir da década de 1990, diversas organizações internacionais se dedicaram à criação de indicadores ou sistemas de indicadores de sustentabilidade. Por isso, há um movimento internacional liderado pela *Commission on Sustainable Development* (CSD) da ONU, cujo objetivo é a construção de indicadores para pôr em prática os capítulos 8 e 40 da Agenda 21, acordada na CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Veiga, 2010; Bellen, 2006). De acordo com a CSD:

Os indicadores podem fornecer a orientação crucial para a tomada de decisão em uma variedade de maneiras. Eles podem traduzir o conhecimento científico físico e social em unidades manejáveis de informação que podem facilitar o processo de tomada de decisão. Podem ajudar a medir e calibrar o progresso em direção às metas do desenvolvimento sustentável. Podem fornecer um aviso prévio, soando o alarme a tempo de impedir o dano econômico, social e ambiental. São igualmente ferramentas importantes para comunicar ideias, pensamentos e valores porque como uma autoridade disse, “nós medimos o que nós valorizamos, e valorizamos o que nós medimos” (UNITED NATIONS, 2007, p. 2).

Como os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade envolvem várias questões e dimensões, os sistemas de desenvolvimento e identificação de indicadores relacionados a esses conceitos têm sido afetados. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publica regularmente uma série de indicadores ambientais para os seus países-membros.⁵² O sistema empregado pela OCDE utiliza o modelo *pressure, state, response* (PSR), em que os indicadores de pressão ambiental (P) representam ou descrevem pressões das atividades humanas exercidas sobre o meio ambiente, os indicadores de estado ou condição

⁵² Bellen (2006, p. 63).

(S) se referem à qualidade do ambiente e à qualidade e à quantidade de recursos naturais e os indicadores de resposta (R) mostram a extensão e a intensidade das reações da sociedade em responder às mudanças e às preocupações ambientais (Stovel, 2002; Bellen, 2006).

A ideia de sustentabilidade do ambiente histórico construído está no gerenciamento do desenvolvimento e das mudanças que devem melhorar a qualidade de vida. Para tal, as autoridades estatais e os demais atores envolvidos responsáveis pela conservação do ambiente histórico construído devem monitorar as mudanças ocorridas, ou seja, medi-las e avaliá-las.

No campo do patrimônio, e na verdade em todos os campos nos quais ele é aplicado, o monitoramento é executado com o objetivo de se obter informações que permitam a “correção de curso” – a definição de ações corretivas ou estratégias para melhorar o desempenho de planos ou de condições ambientais (Stovel, 2002, p. 175).

Stovel (2002) reconhece dois pontos relacionados aos métodos de monitoramento apropriados. O primeiro destaca a importância dessa atividade na identificação da natureza de melhoramentos particulares necessários e do direcionamento da escolha do objeto a ser monitorado. O segundo ponto se refere à importância da escolha dos instrumentos e dos indicadores de monitoramento conforme o propósito da atividade de monitoramento, em vez do contrário.

O monitoramento permite a identificação dos recursos necessários para o melhor gerenciamento dos bens patrimoniais por meio de treinamentos, financiamentos, ferramentas, etc.; o maior envolvimento da comunidade no gerenciamento por meio da oferta de oportunidades aos cidadãos interessados em contribuir; o fortalecimento do desenvolvimento científico no campo, por meio do desenvolvimento de tecnologias e metodologias eficazes; o melhoramento das estratégias de conservação em todas as esferas de governo; e a identificação das prioridades por meio da ação coordenada de governos e agências internacionais. Para se chegar aos indicadores, o objeto foco, os parâmetros a serem medidos e a orientação devem ser determinados. No entanto, é preciso saber como realizar metodologicamente essa atividade de monitoramento de maneira eficaz, por meio da escolha da ferramenta ou do indicador correto.

A discussão sobre as ferramentas apropriadas para o monitoramento e a discussão sobre os indicadores apropriados são, de fato, a mesma

discussão. Qualquer que seja o método de monitoramento que usarmos, quer focado na “observação” quer na “avaliação”, quer falemos de seleção de “ferramentas” para nos ajudar a medir mudanças, quer de “indicadores” para fazer o mesmo, estamos simplesmente procurando o meio ou medida mais objetiva pela qual possamos tanto quantificar como qualificar a natureza da mudança nos sistemas ou condições relevantes ao estado do bem patrimonial e nossas ações para conservá-lo (Stovel, 2002, p. 179).

Sendo assim, os indicadores (ferramentas) devem ser “projetados para orientar medidas específicas para melhorar o cuidado com os bens patrimoniais” (Stovel, 2002, p. 180-181). Podem ser *descritivos* (medidas quantitativas e qualitativas diretas), *substitutos* (medidas quantitativas e qualitativas indiretas) e *comparativos*, quando o objetivo é a comparação entre sítios cujas circunstâncias e variáveis são cuidadosamente controladas.

Em 1995 a revista *Momentum*, ligada ao ICOMOS do Canadá, em seu 4º volume, nº 3, publicou uma série de artigos sobre monitoramento e avaliação das condições de sítios patrimoniais. Alguns autores apresentaram as definições de monitoramento, nas razões da sua utilização, nos responsáveis pela sua aplicação, na maneira e no momento de se monitorar determinada situação e como relatar as mudanças identificadas em determinada situação. Outros autores relataram experiências em sítios localizados nos seus países de origem. E outros fizeram uma revisão histórica desse procedimento de monitoramento da situação dos sítios. Destacam-se as publicações de Michel Bonnette, Scott Cunliffe e John Ward.

Bonnette (1995) define monitoramento como “um sistemático procedimento de vigilância criado ou para seguir a evolução de uma situação particular e sensível, ou para medir o estado de uma situação em um momento particular no tempo e para reportá-la primorosamente”. Segundo o autor, essa situação pode ser tangível, como um muro de pedras, ou intangível, como princípios, valores, políticas ou programas.

Os motivos pelos quais as autoridades competentes devem monitorar estão explícitos na própria definição elaborada por Michel Bonnette. O primeiro motivo está em seguir a evolução de uma situação particular e sensível ou suas mudanças ao longo do tempo, respeitando metas, objetivos, procedimentos e regras estabelecidas. O segundo está na consciência das divergências ocorridas na evolução de determinada situação e em assegurar toda a informação necessária para tomar uma oportuna ação apropriada, quando necessário.

O sucesso na realização de políticas de preservação e no alcance de metas previamente estabelecidas é informação fundamental para os gestores. O desempenho dos planos de preservação e da condução das mudanças pode ser mensurado por meio da utilização de indicadores de desempenho (*performance*).⁵³

Para Cunliffe (1995), o monitoramento e a avaliação estão no centro dos princípios e das práticas de conservação de um bem cultural. Eles contribuem positivamente para a tomada de decisão por meio da melhoria do planejamento, da revisão periódica, do aperfeiçoamento e da implementação e, também, para a responsabilidade sobre os resultados, relatando e avaliando impactos rotineiros. Além do mais, o monitoramento e a avaliação auxiliam no planejamento, na condução das mudanças e no conhecimento do progresso, dos resultados e dos impactos que podem melhorar as atividades de conservação no futuro. O monitoramento para a conservação de um bem cultural é o processo de observar e de recolher informação sobre atividades de conservação, seu contexto, seus resultados e seu impacto. O autor relaciona as seguintes metas do monitoramento para a conservação de um bem cultural: assegurar que as entradas, as agendas de trabalho e os trabalhos da conservação estejam prosseguindo de acordo com o planejamento; fornecer um registro da entrada ou do uso de recurso, das atividades e dos resultados; e advertir dos desvios dos objetivos iniciais e dos seus resultados. A avaliação para atividades da conservação exige o julgamento, a apreciação ou a determinação do valor ou da qualidade das atividades de conservação, estejam elas em curso ou concluídas, dependendo da relevância, da eficácia, da eficiência e do impacto dessas atividades.

O monitoramento e a avaliação envolvem a comparação de coisas em relação a algum padrão pré-estabelecido de qualidade ou de desempenho. Os padrões de qualquer atividade de monitoramento e avaliação devem responder diretamente às necessidades do sítio e à finalidade da atividade que está sendo conduzida. O estabelecimento e o acordo sobre os indicadores de desempenho são a única, mais importante e mais difícil parte de qualquer atividade de monitoramento e avaliação (Cunliffe, 1995).

⁵³ Segundo Hardi e Berg (1997), *apud* Bellen (2006, p. 48), os indicadores podem ser divididos em dois grupos: indicadores sistêmicos (descritivos) e indicadores de desempenho (*performance*). Os primeiros “traçam um grupo de medidas individuais para diferentes questões características do ecossistema e do sistema social e comunicam as informações mais relevantes para os tomadores de decisão”. Os segundos “fornecem aos tomadores de decisão informações sobre o grau de sucesso na realização de metas locais, regionais, nacionais ou internacionais”.

Ward (1995) afirma que identificar, gravar e relatar mudanças e tendências ao longo do tempo àqueles envolvidos na gestão do estado de conservação de um sítio são as metas do monitoramento periódico, sistemático e comparativo desse sítio patrimonial. As decisões do passado e as medidas tomadas podem ser testadas e avaliadas em relação às mudanças ocorridas no estado de conservação de um sítio ao longo de determinado período de tempo.

O monitoramento sistemático envolve gravar o estado de conservação de um sítio usando uma metodologia padronizada e medidas que possam ser repetidas periodicamente. Comparando resultados passados e atuais do monitoramento, as mudanças do sítio – incluindo a definição, a posse, os elementos, o contexto, o uso, a autenticidade, a proteção e o plano de gestão – podem ser observadas, gravadas e descritas objetivamente. Embora, avaliando os resultados, as tendências, os padrões e as taxas de mudança experimentados pelo sítio podem também ser identificados e relatados. Baseado em tais resultados empíricos, o impacto e as mudanças no estado físico de um sítio patrimonial, resultante das decisões e das intervenções de gestão podem, ao longo do tempo, tornar-se melhor avaliados, compreendidos e previstos. Quando o sítio do patrimônio é monitorado em seguida, as reivindicações passadas e as predições podem ser avaliadas. As razões para qualquer imprecisão podem ser examinadas. No longo prazo, ou as predições mais exatas resultarão no futuro, ou os limites à predição serão compreendidos melhor (Ward, 1995).

As vantagens de monitorar de forma periódica, sistemática e comparativa estão presentes não apenas em um sítio patrimonial, mas em elementos, artefatos ou relações sintáticas de elementos que podem ser identificados, gravados e comparados ao longo do tempo. A primeira vantagem está na criação de uma ferramenta cíclica de retorno de tomada de decisão sobre a conservação por meio da qual as decisões para conservar os sítios são revistas sistematicamente. “Isto assegura que o impacto dos planos, as políticas e as medidas adotados para conservar o sítio, seus valores e o significado sejam avaliados periodicamente, mantendo o seu curso ou corrigindo-o como necessário” (WARD, 1995). Desta forma, as experiências podem ser aprendidas, gravadas e transmitidas, ou seja, os sucessos podem ser repetidos, enquanto os erros podem ser aprendidos e evitados. A segunda vantagem está em minimizar a subjetividade por meio do uso de formas mais neutras e objetivas de se documentar as mudanças no estado de conservação de um sítio: inventários, listas de verificação, planos, desenhos cotados, croquis, fotografias e filmes em vídeo. Com isso a subjetividade é minimizada. A justificativa objetiva das filosofias de conservação, políticas, necessidades e decisões dos envolvidos e responsáveis pela conservação de sítios pode estar baseada na documentação sólida e contínua de um sítio, ao longo do tempo. Essa

documentação pode também ser utilizada para apoiar metas, objetivos, estratégias e planos de gestão.

Através da apresentação documentada, a evidência comparativa da mudança física e as tendências, aquelas responsáveis por conservar sítios podem justificar mais objetivamente suas necessidades por apoio e recursos no que diz respeito ao tratamento de problemas diagnosticados (Ward, 1995).

O monitoramento periódico, sistemático e comparativo torna os responsáveis diretos pelas decisões sobre o estado de conservação do sítio conscientes de que suas decisões serão monitoradas e avaliadas periodicamente e consistentemente. Além disso, o monitoramento promove maior consciência dos interesses e das questões de conservação em longo prazo e em desenvolvimento lento.

Monitorando em intervalos regulares entre cinco a dez anos, aqueles envolvidos na tomada de decisão de conservação de um sítio poderão documentar, e ver na perspectiva, o impacto dos problemas de conservação em longo prazo que não podem se manifestar muito visivelmente de ano a ano, mas que seguramente ameaçam o sítio vagarosamente (Ward, 1995).

O monitoramento assegura a atualização sistemática e periódica da documentação e dos registros. Portanto, ele permite a comparação com as documentações anteriores, as tendências de mudanças podem ser identificadas e as medidas cabíveis podem ser tomadas a tempo.

[O monitoramento] fornecerá dados valiosos às futuras gerações de gestores da conservação, historiadores e pesquisadores, permitindo a comparação ou do mesmo sítio ao longo do tempo, ou com sítios em outra parte que compartilham similaridades. Muitos, se não a maioria dos sítios sofrem com a documentação incompleta e não consolidada de seu estado. As razões para intervenções passadas, mesmo dentro da última década ou das duas últimas são muito frequentemente inconstantes, ou não foram gravadas. Os atuais e futuros gestores da conservação já estão diante de problemas sobre a autenticidade de características e de detalhes existentes (Ward, 1995).

As autoridades competentes responsáveis pela manutenção da situação em uma condição adequada devem identificar a significância, o valor e a necessidade de um acompanhamento cuidadoso. Os objetivos do gerenciamento devem ser expostos de forma clara e a expectativa de como a situação deve se comportar no tempo deve ser determinada pelos resultados esperados. Devem ser estabelecidos os procedimentos e as regras para conduzir as ações e as informações necessárias para indicar mudança no estado da situação ou no desempenho desses procedimentos e regras (Ward, 1995).

Nesse caso, segundo Bonnette (1995), os indicadores de desempenho estratégicos podem ser escolhidos, pois as expectativas do desempenho podem ser ajustadas e as margens aceitáveis, e a frequência da monitoração e do relatório e o nível de detalhe e de precisão dos dados podem ser estabelecidos.

As ferramentas de gestão da informação e os procedimentos devem ser escolhidos ou desenvolvidos para se obter dados apropriados, e permitir o relatório exato, sobre o estado de uma situação sob observação e sobre a importância da mudança que está ocorrendo (Bonnette, 1995).

A identificação e o destaque das mudanças ocorridas no estado da situação monitorada ou a variação entre alvos expostos e alcançados devem ser realizados para que haja o reconhecimento das divergências estratégicas e, conseqüentemente, para possibilitar uma rápida resposta quando necessário. Além de utilizar o relatório para tomar a ação apropriada para corrigir uma situação desviante, o gestor pode expor um quadro exato do estado de qualquer situação sob a sua gestão a um público interessado.

Duas vantagens básicas do monitoramento estão explícitas nos textos citados: a primeira está no acompanhamento da evolução ou na mensuração do estado de uma situação particular e na publicação do seu relatório; a segunda está no auxílio desse documento aos responsáveis pela tomada de decisões no gerenciamento do sítio em questão. Estes são os aspectos fundamentais de qualquer sistema de monitoramento que utiliza indicadores, porém, neste caso específico, o procedimento descrito pelos autores está relacionado apenas à conservação do estado físico do bem e à sua gestão, e não às questões ligadas à sustentabilidade. Segundo Meadows (1998), *apud* Bellen (2006), é necessário que os indicadores de sustentabilidade sejam físicos, pois ela está ligada em grande parte a problemas físicos, como água, poluentes, florestas e alimentos. O monitoramento do estado de conservação de um bem pode envolver medidas em unidades físicas, mas, neste caso, os indicadores não são necessariamente indicadores de sustentabilidade.

É certo também que a Agenda 21, em seu capítulo 8, trata da integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões por meio do desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação do avanço para o desenvolvimento sustentável e da adoção de indicadores que meçam os câmbios nas dimensões econômica, social e ambiental. O que se percebe é uma dificuldade encontrada após

a publicação da Agenda 21 em conciliar as dimensões econômica, social e ambiental à dimensão cultural na elaboração de sistemas de indicadores. Tanto a CSD quanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵⁴ consideram, em seus relatórios sobre indicadores de desenvolvimento sustentável, publicados, respectivamente, em 2007 e 2008, as dimensões ambiental, social, econômica e institucional.

O monitoramento de um bem patrimonial envolve a medida das mudanças relacionadas a objetivos estabelecidos e a avaliação dos impactos dessas mudanças. Os padrões e os objetivos devem ser estabelecidos para que se possa comparar ou medir as mudanças ou o desempenho: avaliação e observação. O objeto foco a ser monitorado e os parâmetros em relação a ele devem ser escolhidos. A orientação para a mudança desejada (sustentável, integrada, ecológica) também deve ser escolhida e os indicadores adequados e úteis devem ser selecionados (Stovel, 2002).

Ao avaliar as forças ou pressões externas aos sítios, as pressões demográficas, econômicas, sociais, ambientais e as mudanças tecnológicas e político-econômicas da sociedade devem ser consideradas como áreas objeto. Em relação ao estado de conservação, as áreas objeto podem ser o significado patrimonial (valores e mensagens), as avaliações de autenticidade/integridade e a condição física do bem. Em relação à eficácia da gestão e das ações e estratégias, devem ser estudados os incentivos econômicos, as estruturas legislativas e institucionais, os esquemas de pesquisa e documentação, os sistemas de avaliação do patrimônio e de inventário, as medidas para a comunicação e proteção de valores significativos e as medidas para assegurar a participação e o apoio públicos (Stovel, 2002).

No primeiro caso, o monitoramento envolve a análise de risco – produto do perigo pela vulnerabilidade, em que o perigo é entendido como a probabilidade de perda ou dano por uma ameaça específica e a vulnerabilidade corresponde à suscetibilidade de um bem patrimonial ou seus elementos se degradarem ou serem afetados negativamente por ameaças específicas.

⁵⁴ IBGE (2008).

Quanto ao estado de conservação de um sítio onde vivem pessoas, em um dado momento, o monitoramento deve ir além da avaliação do estado dos elementos físicos. Ele deve compreender a avaliação de componentes da “qualidade de vida” dos cidadãos à qual os elementos físicos dão suporte. A documentação referente ao estado de conservação de um sítio é essencial, e geralmente este é o primeiro a ser avaliado. Entretanto, do ponto de vista patrimonial, é importante monitorar dentro do contexto do significado geral do sítio para se compreender as relações existentes entre as mudanças físicas e os valores patrimoniais pelos quais esse sítio é reconhecido: autenticidade. O Documento de Nara estabelece que:

O entendimento da autenticidade é papel fundamental dos estudos científicos do patrimônio cultural, nos planos de conservação e restauração, tanto quanto nos procedimentos de inscrição utilizados pela Convenção do Patrimônio Mundial e outros inventários de patrimônio cultural (IPHAN, 2001, p. 321).

Sendo assim, para auxiliar no monitoramento, deve ser elaborada uma “declaração de significado” para descrever a relação entre os valores intangíveis e os atributos tangíveis. Nessa declaração devem ser inscritas as áreas básicas relevantes na contribuição do sítio “para o desenvolvimento estético, tecnológico, socioeconômico e cultural da sociedade” e que fizeram com que ele fosse reconhecido ao longo de sua existência (Stovel, 2002, p. 178). A declaração deve integrar os valores reconhecidos em níveis nacional, regional e local, além do “valor universal excepcional” no caso dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. A determinação dos valores não pode se basear apenas nos critérios dos especialistas, uma vez que “os valores são amplamente reconhecidos e partilhados em uma comunidade bem informada” (STOVEL, 2002, p. 178). As avaliações de significados devem ser atualizadas periodicamente, considerando as “mudanças em curso no pensamento em comunidades globais científicas e culturais” (Stovel, 2002, p. 178).⁵⁵

⁵⁵ Carlos Néilson F. dos Santos (1986) ressaltou que no Brasil se consagrou a crença de que cabia ao governo e aos especialistas resguardar o que valia a pena, por meio de análises e veredictos. Não existe a preocupação em se compreender as relações entre os espaços e as atividades socioeconômicas suportadas por eles. Devem ser observados criteriosamente os fluxos cotidianos do lugar de interesse mediante o contato com moradores e usuários para que eles descubram e cultivem os valores desse lugar e participem da tomada de decisões. O reconhecimento dos valores evita a adoção de medidas de preservação ingênuas e dogmáticas.

Quanto à eficácia da gestão e das ações e estratégias, o monitoramento deve auxiliá-las no seu ajuste para alcançar objetivos e metas previamente definidos. Isto inclui estrutura legislativa e institucional, incentivos econômicos e sistemas de apoio financeiro, esquemas de pesquisa e documentação, sistemas de avaliação do patrimônio e de inventário, medidas para a comunicação e proteção de valores significativos identificados e medidas para assegurar a participação e o apoio públicos.

Essas três áreas – avaliação de forças e pressões externas, avaliação do “estado de conservação” e eficácia da gestão e das ações e estratégias – estão fortemente ligadas aos três tipos de indicadores desenvolvidos pela OECD desde 1993: indicadores de pressão, indicadores de estado e indicadores de resposta. Porém, em relação ao patrimônio cultural, o uso de indicadores para sua conservação não acompanhou o ritmo da utilização de indicadores para a conservação do meio ambiente, principalmente após a CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro. Para que sejam desenvolvidos indicadores confiáveis que atendam às demandas de avaliações patrimoniais, Stovel (2002) aponta alguns passos a serem seguidos.

As áreas gerais relevantes de preocupação devem ser identificadas, e nelas devem ser identificadas questões particulares a serem monitoradas. Os critérios desejados, os objetivos ou os alvos devem ser definidos para cada questão específica, e para cada objetivo específico devem ser definidos indicadores específicos. Resumindo, um indicador eficaz será relevante se for bem focado na necessidade, será confiável se for baseado em medidas ou comparações válidas, será acessível se for de fácil compreensão e aplicação e será prático se for baseado em dados disponíveis.

Com o objetivo de refletir sobre o tema dos indicadores para a avaliação do estado de conservação de cidades históricas, um grupo de especialistas da América Latina e da Espanha se reuniu na cidade de Colônia do Sacramento, Uruguai, do dia 12 ao dia 14 de março de 1998.⁵⁶ Esse encontro – *Indicadores para a avaliação do estado de conservação de Cidades Históricas* – foi organizado pelo Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, ICOMOS e Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IAPH).⁵⁷

⁵⁶ Deschamps (1999, p. 28).

⁵⁷ Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (1999, p. 12).

As reflexões se deram em torno da necessidade de definir instrumentos para avaliar, de forma objetiva, a conservação do patrimônio, mais especificamente dos centros históricos submetidos às dinâmicas de várias espécies.

Françoise Deschamps (1999) relata que, apesar do propósito da reunião ter sido o desenvolvimento de indicadores para o monitoramento de sítios registrados na Lista do Patrimônio Mundial, esses deveriam ser estabelecidos como parâmetros aplicáveis a todos os centros históricos ou agrupamentos territoriais, já que, de fato, os indicadores definidos para a avaliação de centros históricos registrados se caracterizam por seu uso universal e por seu amplo sistema de referência. Por isso, foram incluídos no debate não apenas os centros históricos, mas também todo tipo de agrupamento humano geográfica ou culturalmente organizado, para assim reconsiderar o conceito de estruturas físicas organizadas pelo homem no território: conjuntos e centros históricos e conjuntos territoriais. Para a autora, o contexto natural e cultural em que se encontram esses conjuntos recebeu uma ênfase muito particular porque representa um elemento-chave e determinante de suas particularidades, ou seja, “a relação cultura-natureza em que se integram os componentes geográficos, resultou ser determinante e diretamente vinculada à noção de identidade para a população” (Deschamps, 1999, p. 28).

Mas, será que os indicadores de sustentabilidade cultural podem ter um uso universal se cada sistema cultural possui as suas características e particularidades?

Além da análise dos valores e sua conservação, foi ressaltada a importância de incluir a análise dos riscos, as medidas de proteção e avaliação dos resultados obtidos.

[...] os indicadores atuam como parâmetros, relacionados a valores previamente reconhecidos, para medir de forma sistemática e repetitiva a evolução positiva ou negativa de um bem. Por outra parte, se reconheceu o caráter evolutivo do conceito de patrimônio considerando assim a necessidade de acrescentar a noção de escala, a noção de contexto (Deschamps, 1999, p. 28).

Nessa reunião, a elaboração de um diagnóstico prévio surgiu como uma medida imprescindível, tanto para os sítios candidatos como para os já registrados na Lista do Patrimônio Mundial, para uma avaliação básica, à qual se faz referência para estabelecer o monitoramento e o controle da evolução. Esse diagnóstico deve incluir

todos os valores – socioculturais, socioeconômicos, culturais, históricos e ambientais – sob os quais o sítio é reconhecido como patrimônio ou incluído como Patrimônio da Humanidade.

Entre as características de um indicador, apontadas na reunião, está uma adequada e clara definição desse indicador para que ele seja um instrumento de mensuração tangível, confiável e com referência a uma lista genérica.

As noções de qualidade e quantidade foram consideradas parte integrante da avaliação apesar de se reconhecer a dificuldade de avaliar com estes parâmetros alguns valores como os sociais, o que confirmou o caráter indicativo da avaliação quantitativa em relação à avaliação qualitativa (Deschamps, 1999, p. 29).

A existência de instrumentos de gestão (planos), a presença de organismos de aplicação diretamente vinculados a esses planos, a existência de cartas urbanas ou sociais ou outras formas de compromisso por parte da população foram apontadas como possíveis indicadores. Foi reconhecida ainda a necessidade de organização e limitação dos indicadores de forma racional para se conseguir uma avaliação confiável; de definição de margens e critérios de mensuração; e de identificação ou definição de instrumentos de mensuração em função dos indicadores.

De acordo com a sua ata, surgiu nessa reunião a conveniência de se formular previamente uma matriz que atenderia aos valores adjudicados habitualmente nas declaratórias: territoriais, urbanos, arquitetônicos, ambientais, paisagísticos, socioeconômicos, históricos e culturais.

A partir destes valores se definiram diversos fatores que apreendem estas qualificações do Patrimônio e possibilitam a configuração de um “diagnóstico” que induziria possíveis indicadores que deviam integrar-se segundo os requerimentos que o monitoramento dos bens declarados Patrimônio Mundial requeria. (IAPH, 1999, p. 30).

Os aspectos analisados pelos especialistas sobre suas próprias experiências e os comentários surgidos dos estudos de casos expostos convergiram para o primeiro quadro de variáveis que incluía a sequência: valores – fatores – diagnóstico – indicadores. Para que os indicadores fossem sintetizados, integrados e hierarquizados de acordo com os valores já prefixados, foram considerados determinados critérios sobre as qualidades desses indicadores. Foram fixadas premissas como a universalidade dos indicadores, enquanto asseguraram uma viabilidade mais abrangente e a pertinência entre o indicador e o problema que se

pretende identificar. Indicadores qualitativos e quantitativos foram identificados, e conforme assinalado pelos especialistas estes últimos ajudam a concretizar medições de maior acessibilidade comparativa.

Porém, em relação ao desenvolvimento sustentável, as indicações simplesmente numéricas apresentam limitações explícitas ou implícitas. Há de se tentar, então, transformar as avaliações qualitativas em notações quantitativas que favoreçam a comparação temporal e/ou espacial. Valores e identidades da cultura de determinado grupo são atributos propriamente não quantificáveis.

Os valores e os fatores que levaram o bem à inclusão na Lista do Patrimônio Mundial, assim como os que integram dinamicamente a população e asseguram a vigência funcional da Cidade Histórica, valorizaram-se como elementos integrantes dos indicadores. Concluiu-se que os indicadores “têm um caráter ‘referencial’ e que podem ajudar a ordenar tanto a tarefa de diagnóstico como a de avaliação” (IAPH, 1999, p. 31).

Dois pontos merecem ser comentados ainda sobre o encontro de Colônia do Sacramento. O primeiro se refere à formulação de uma matriz que atenderia aos valores territoriais, urbanos, arquitetônicos, ambientais, paisagísticos, socioeconômicos, históricos e culturais. Percebe-se que os valores e os fatores, responsáveis pela inclusão do bem na Lista do Patrimônio Mundial, pertencem não apenas à dimensão cultural da sustentabilidade, mas às dimensões ambiental, social e econômica, e devem ser investigados por meio da análise de elementos urbanos, arquitetônicos, ambientais, sociais e econômicos.

No entanto, com a ampliação do conceito de patrimônio, os julgamentos de valor já haviam se deslocado do aspecto artístico, arquitetônico e monumental dos bens para considerar também os aspectos históricos da integridade do tecido urbano, que passou a ser visto como um suporte social de significância histórica. Os processos de proteção e reabilitação estão baseados em julgamentos de valor, mesmo que os valores sejam diferentes daqueles percebidos no passado. Todos os valores precisam ser reconhecidos porque, neste caso, a proteção de um bem (cidade) é tanto de interesse da comunidade quanto do resto do mundo.

A mensuração da sustentabilidade pode dar-se em esferas distintas – global, nacional, regional ou local, dentro de contextos culturais e históricos variados. Todas as esferas são responsáveis pela tomada de decisões e são influenciadas (ou pelo menos deveriam ser) por tradições culturais, valores, dados e informações diversas, que auxiliam na efetividade do processo. Dentro dessas esferas predominam determinados valores que devem ser reconhecidos e tornados explícitos. Porém, aqui pode ser percebido um desafio na concepção de sistemas de monitoramento e avaliação (indicadores) de sustentabilidade em nível cultural. Os julgamentos de valor devem sempre estar presentes nesses sistemas, podendo ser explícitos ou implícitos. Os primeiros são fundamentais no processo de elaboração de sistemas de monitoramento e avaliação e são tomados conscientemente. Os julgamentos de valor implícitos, por sua vez, “decorrem de aspectos que não são facilmente observáveis e que são, na sua maioria, inconscientes e relacionados a características pessoais e de uma determinada sociedade (cultura)” (Bellen, 2006, p. 47).

O segundo ponto se refere ao próprio processo de análise para a elaboração de um diagnóstico em substituição aos tradicionais inventários obsoletos. Com a introdução da ideia da conservação integrada, esse instrumento de caráter interdisciplinar, como afirma Castriota (2009), possui a capacidade de fornecer bases mais seguras de dados para o planejamento urbano sustentável de áreas da cidade, bem como metodologias de análise e interpretação desses dados para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes e que respeitem as particularidades locais. A integração entre os diversos campos da ciência deve ser promovida para que haja uma ampliação da compreensão das relações, e não apenas a resolução de problemas específicos por disciplinas isoladas.

A valorização do patrimônio ambiental urbano se deve à sua capacidade de conceder caráter e identidade às comunidades que nele habitam. Portanto, elas são o público-alvo das ações de preservação desse patrimônio mediante a melhoria da qualidade de vida. O interesse pela qualidade de vida está associado à conservação do patrimônio urbano e ao desenvolvimento sustentável, por isso ela indica processos complexos cuja mensuração requer um sistema de indicadores que tem sua validade relacionada a determinado período histórico, a determinado contexto e a determinadas variáveis. Para que ela seja medida, é preciso ter o conhecimento

do que é valorizado e de interesse para o grupo envolvido: comunidade, especialistas, gestores. Como o patrimônio está inserido na matriz da qualidade de vida, qualquer tentativa de preservá-lo irá afetar a vida das comunidades que dele desfrutam.

A insatisfação do presidente francês, Nicholas Sarkozy, com o estado atual das informações estatísticas sobre a economia e a sociedade francesas fez com que, em 2008, fosse criada uma comissão encabeçada por Amartya Sen, Jean-Paul Fitoussi e chefiada por Joseph E. Stiglitz.⁵⁸ O objetivo da comissão foi identificar as limitações do PIB como indicador do desempenho econômico e do progresso social e da sua mensuração. Um ano depois a comissão publicou o relatório *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, que afirmava que medir o desempenho econômico, a qualidade de vida (ou bem-estar) e a sustentabilidade do desenvolvimento são três processos distintos. O relatório recomenda que os sistemas de mensuração se desloquem da ênfase na produção econômica para a mensuração da qualidade de vida das pessoas, e esta última deve ser inserida em um contexto de sustentabilidade. Isto significa que os níveis de qualidade de vida estão relacionados aos recursos econômicos e aos aspectos não econômicos da vida das pessoas e que só serão sustentados ao longo do tempo se os estoques de capital vitais (natural, físico, humano, social) forem passados às futuras gerações.

A qualidade de vida depende das condições objetivas e das capacidades da pessoa. Os passos devem ser dados para melhorar as medidas da saúde das pessoas, da educação, das atividades pessoais e das condições ambientais. Em particular, um esforço substancial deve ser dedicado para desenvolver e executar medidas robustas e confiáveis de conexões sociais, voz política, e insegurança que podem ser mostradas para prever a satisfação da vida (Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2009, p. 15).

A qualidade de vida é definida nesse relatório por meio de oito dimensões-chave, a saber: padrões de vida material (renda, consumo e riqueza), saúde, educação, atividades pessoais (trabalho, etc.), voz política e governança (cidadania), conexões e relações sociais, condições ambientais presentes e futuras e insegurança de natureza física ou econômica. Por isso, os indicadores de qualidade de vida, em todas as dimensões cobertas, devem avaliar as desigualdades de forma abrangente.

⁵⁸ Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p. 7).

Uma comparação entre as visões da Comissão, em 2009, e da pesquisa escandinava de 1972, sobre a qualidade de vida merece ser feita. Em geral, percebemos uma convergência nos parâmetros utilizados nos dois casos. Padrões de vida material, saúde, educação e insegurança física e econômica podem ser considerados pertencentes à categoria *ter*. Atividades pessoais, conexões e relações sociais pertencem à categoria *amar*. E a voz política e governança e as condições ambientais presentes e futuras se encaixam melhor na categoria *ser*. A diferença, no entanto, está no fato de a Comissão afirmar que não se deve avaliar a qualidade de vida sem inseri-la num contexto de sustentabilidade.

A matriz da qualidade de vida apontada por Acselard (1999), por sua vez, se concentra nos aspectos da qualidade do ambiente tanto natural – ar, água, solo, etc. – quanto construído – patrimônio ambiental urbano, identidades e valores, como resultado da *cidadania*. Pode-se raciocinar que o patrimônio está inserido na qualidade de vida e que esta, por sua vez, está inserida em um contexto de sustentabilidade em que a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões se faz fundamental. A qualidade de vida depende tanto de recursos econômicos (renda, emprego, trabalho) quanto de capitais sociais, humanos, ambientais, culturais, físicos. O aumento do capital humano é consequência de uma política de educação que conduz a população não apenas a salários e produtividade mais elevados, mas também que forma cidadãos bem informados, tolerantes e engajados.

Exercer a cidadania permite aos cidadãos a orientação e a correção de políticas públicas ao expor as responsabilidades das autoridades e instituições públicas, ao revelar as necessidades, as privações e os valores da população. Os conflitos podem ser potencialmente reduzidos e a construção de consensos sobre questões de interesse público pode ser acentuada. A sustentação do bem-estar e da qualidade de vida depende da sustentação desses recursos.

5 UMA TENTATIVA DE CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE DE IDENTIFICAÇÃO COM O PATRIMÔNIO: O CASO DE CATAGUASES

A Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, tornou obrigatória a elaboração de Planos Diretores Participativos para os municípios brasileiros com população acima de 20 mil habitantes, pertencentes a regiões metropolitanas ou que tivessem especial interesse turístico ou histórico. Essa obrigação conseguiu mobilizar vários municípios em um mesmo período e se tornou um marco na história urbanística brasileira.

O Ministério das Cidades teve como objetivos a criação de um movimento nacional para construir cidades incluídas, democráticas e sustentáveis e a transformação dessa obrigatoriedade em oportunidade para que o desenvolvimento dos municípios fosse repensado em relação à função social da cidade, considerando suas necessidades e especificidades econômicas, culturais, ambientais e sociais.

Como recomendação do Ministério das Cidades foi feito um diagnóstico da situação do município naquele momento. A confecção do diagnóstico deveria ser feita por meio de um processo de “leitura da cidade”, para se identificar e entender a situação do município, tanto na área urbana como na área rural. Esse processo de “leitura da cidade” se dividiu em dois processos simultâneos, porém independentes: a leitura técnica e a leitura comunitária.⁵⁹ Este procedimento visava à obtenção de uma análise feita não apenas por técnicos, mas que considerasse o olhar de vários setores da sociedade sobre a mesma realidade municipal.

A leitura técnica foi realizada a partir da coleta de dados e informações relacionados a temas como o patrimônio histórico, artístico e cultural, o turismo, a habitação, o perfil socioeconômico e o sistema viário e de transportes, com o objetivo de identificar problemas e potencialidades do município para que, então, fossem propostas diretrizes que atendessem a essas demandas. A leitura comunitária, por sua vez, tinha como objetivo identificar opiniões e sugestões sobre a realidade municipal por meio de diferentes formas de pensar e enxergar a cidade. A vivência e

⁵⁹ A Leitura Comunitária, recomendada pelo Ministério das Cidades, era composta principalmente por reuniões com a comunidade e por audiências públicas e representaram um avanço do processo democrático na elaboração da legislação urbana das cidades brasileiras, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988.

a memória do cidadão foram consideradas fundamentais na elaboração das propostas que iriam compor o Plano Diretor Participativo (PDP) do município.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio de sua Escola de Arquitetura, assessora municípios mineiros em três linhas de trabalho, de acordo com as prioridades e necessidades de cada um: planejamento territorial e urbano, que compreende a assessoria na elaboração ou revisão dos planos diretores e das legislações urbanísticas complementares, bem como das atividades afins ao ordenamento territorial e urbano dos municípios; patrimônio cultural, que envolve atividades de documentação, preservação e proposição de diretrizes para a conservação do patrimônio cultural dos municípios, reforçando a memória e a identidade local; e assistência técnica em projetos de construção e reforma de moradias a famílias de baixa renda. Dentre os trabalhos desenvolvidos destaca-se, em 2006, a consultoria na elaboração do PDP do município de Cataguases, Minas Gerais, em parceria com o Centro de Estudos Urbanos (CEURB) pertencente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG. No caso deste trabalho, a equipe do CEURB foi coordenada pela Professora Dr^a Maria de Lourdes Dolabela Pereira. Em virtude da necessidade de se dispor de dados rigorosos e quantitativos sobre as condições físicas e sociais do município, que posteriormente seriam convenientemente reelaborados e utilizados no PDP, foi feito um *survey* no perímetro das áreas urbana e rural. O *survey* foi realizado para avaliar as ligações entre os vários domínios da qualidade de vida dos habitantes e para que as informações fossem utilizadas na elaboração do PDP.

Cataguases está localizada na região conhecida como Zona da Mata, a 320 km de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. A população do município é de 69.810 habitantes e sua área territorial é de 492 km².⁶⁰ Segundo a divisão administrativa vigente desde 1º de janeiro de 1961, o município é constituído por seis distritos: Cataguases (sede), Cataguarino, Itamarati, Santana do Cataguases,

⁶⁰ IBGE (2010).

Sereno e Vista Alegre (IBGE, 2010). O seu PIB *per capita* é de R\$11.285,57⁶¹ e o seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,751.⁶²

O município possui um sítio urbano tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 17 de fevereiro de 2003 e conhecido como Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases ou, simplesmente, Centro Histórico de Cataguases. Nesse Centro Histórico se concentram vários exemplares da arquitetura moderna brasileira, edificados a partir da década de 1940 até a década de 1960, onde se destacam obras de Oscar Niemeyer, Francisco Bologna, Cândido Portinari, Roberto Burle Marx, Anísio Medeiros, Aldary Toledo, Carlos Leão e dos irmãos Marcelo Roberto, Milton Roberto e Maurício Roberto (MMM Roberto).⁶³

O município realizou o seu PDP utilizando recursos do programa Monumenta⁶⁴, destinados à preservação de sítios históricos tombados nacionalmente. A preservação do patrimônio da cidade deveria ser um dos eixos principais a ser tratado no PDP. De acordo com o Estatuto da Cidade e seguindo a metodologia do Ministério das Cidades foram feitas, na elaboração do PDP, inúmeras reuniões com a comunidade em diversos bairros e localidades da cidade (leitura comunitária), que aferiram os desejos e as propostas prioritárias que deveriam constar no Plano (Alonso, 2009).

Este capítulo apresentará os critérios e alguns procedimentos metodológicos utilizados na construção de índices de identificação com o patrimônio cultural, baseados em indicadores que, segundo os pesquisadores, eram importantes para a noção de qualidade de vida dos cidadãos.

A pesquisa pretendeu subsidiar uma série de ações governamentais, principalmente nas áreas da cultura e do planejamento urbano. Ela foi realizada no perímetro das

⁶¹ IBGE (2010).

⁶² PNUD (2000).

⁶³ Alonso (2009).

⁶⁴ O Monumenta é um programa do Ministério da Cultura que procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo IPHAN. O programa conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da UNESCO, e procura garantir as condições de sustentabilidade do Patrimônio.

áreas urbana e rural e teve como objetivo explorar e obter dados atualizados das condições físicas e sociais do município, bem como elaborar diretrizes para os aspectos a serem detalhados. A pesquisa serviu, ainda, como referência estatística para as relações de causalidade e as correlações entre as variáveis propostas, tanto naquele momento da análise quanto, comparativamente, em outros momentos em que o município for objeto de investigação.

Para a coleta e a organização dos dados, foi formulado um método de pesquisa constituído por um conjunto estruturado e sistemático de seis variáveis, componentes de uma matriz multivariável, composta por módulos especificamente elaborados para obtenção dos dados essenciais, demandados pela Lei Federal nº 10.257/2001. Os grupos de variáveis escolhidos foram: os dados pessoais e socioeconômicos; o uso e a ocupação do solo; a infraestrutura; a organização social e comunitária; o meio ambiente e a qualidade de vida; e os cenários de percepção e prognósticos.

Os dados coletados foram tratados por um programa de computador, *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS),⁶⁵ para a sua codificação e análise, e foram aproveitados em suas possibilidades de porcentual caso a caso, bem como em seus múltiplos cruzamentos, utilizados como referência estatística para as relações de causalidade e as correlações entre variáveis propostas conforme as necessidades da pesquisa. No caso de Cataguases, as principais diretrizes foram a percepção dos indivíduos sobre a qualidade de vida, a sustentabilidade, o patrimônio ambiental urbano, o turismo e os cenários tendencial e sucessório que permitiriam levantar as expectativas da população. Com esses dados, acreditava-se que as prioridades da comunidade poderiam ser determinadas na elaboração do PDP e que elas possibilitariam uma avaliação geral das expectativas quanto às condições diferenciadas de sua incidência nas distintas regiões da cidade. Ao final, foram montadas duas matrizes: uma contendo um cenário geral da percepção dos moradores e usuários e a outra apontando as expectativas para a melhoria da

⁶⁵ Programa de computador (*software*) de caráter estatístico utilizado nas ciências sociais para o auxílio à tomada de decisões. Ele permite a realização de cálculos estatísticos complexos e a visualização dos resultados em poucos segundos.

qualidade ambiental da área.⁶⁶ A agregação e a quantificação de dados ou informações é o objetivo dos indicadores, para que estes exponham a sua significância de forma simples.

A partir de um certo nível de agregação ou percepção, indicadores podem ser definidos como variáveis individuais ou uma variável que é função de outras variáveis. A função pode ser simples como: uma relação, que mede a variação da variável em relação a uma base específica; um índice, um número simples que é uma função simples de duas ou mais variáveis; ou complexa, como o resultado de um grande modelo de simulação (Bellen, 2006, p. 43).

Um índice pode simplificar os dados e as informações sobre determinado fenômeno e pode ser comparado a outros índices no tempo e/ou no espaço. Essa característica é fundamental para sua utilização em um processo de tomada de decisões. Mas a transformação de dados em índices agregados pode trazer alguns problemas, pois alguns desses dados podem ser mascarados por outros. Além disso, há o risco de a combinação desses índices ser feita de forma arbitrária. A agregação pode ser útil para o julgamento de valor desde que a ponderação seja justificada apropriadamente.

Todas as unidades domiciliares, tanto da área urbana, quanto rural, constituíram o universo da pesquisa – a cidade de Cataguases. A metodologia de amostragem da pesquisa foi adaptada para essa cidade, para representar todas as porções do território – os espaços intraurbanos. Os pesquisadores acreditavam que a consistência metodológica dessas pesquisas estava relacionada a dois paradigmas: o da centralidade – relação entre espaços – e o da homogeneidade – atributos de cada área.

Desta maneira, as áreas homogêneas foram definidas como as unidades mais adequadas para a coleta de dados, pois apresentavam um ganho na definição de subamostras de tamanho mínimo. Além disso, havia a vantagem operacional de a área homogênea ser a agregação de setores censitários. A agregação de setores censitários em áreas homogêneas não foi aleatória: ela exigiu a avaliação de todas

⁶⁶ Os dados encontrados poderiam ser estratificados pelas áreas rural e urbana, bem como por setores urbanos conforme as áreas homogêneas (conjunto estudado de setores censitários similares). Poderiam, ainda, ser cruzados (renda, propriedade, tempo de residência, etc.) entre si, conforme a necessidade e o interesse da análise.

as áreas da cidade, principalmente os usos predominantes, o padrão construtivo das edificações, a condição socioeconômica e a densidade demográfica do município.

Assim sendo, o município foi subdividido em 14 áreas homogêneas, sendo 13 áreas urbanas e uma rural. Foi utilizada a fórmula ($N = \sigma^2 \cdot p \cdot q / E^2$) para grandes números, para relativizar a amplitude do universo ($N =$ população residente) na definição de um número suficiente de casos (n), escolhidos aleatoriamente, para oferecer certa segurança estatística quanto à representatividade. Foram considerados o nível de confiança estabelecido (σ^2), a probabilidade (p) 95% de os resultados serem válidos para o universo e o erro aceitável (E^2), oscilando entre 4 e 7%.

Considerou-se o número absoluto de 414 formulários para o conjunto da cidade de Cataguases, nos termos expostos anteriormente, com probabilidade de representar o universo. Trabalhou-se com altas taxas de heterogeneidade, comportamento típico para a análise de universos desconhecidos. Levando em consideração seu tamanho e sua alta homogeneidade, para as subamostras, optou-se por uma amostra que variava de 26 a 42 formulários.

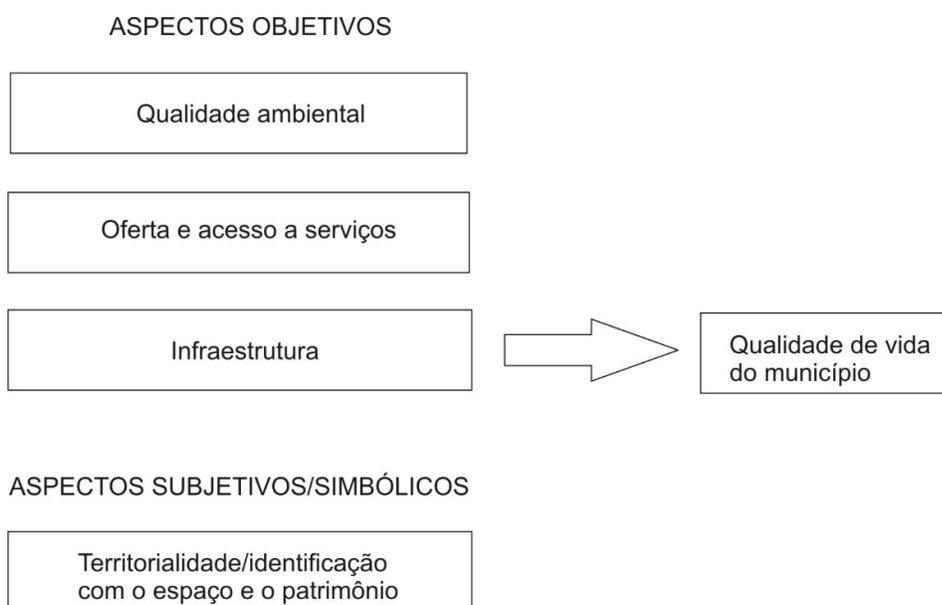
Mas o que importa para esta dissertação é que foram incluídos na pesquisa de Cataguases, como objeto de análise, os indicadores sociais subjetivos: as preferências, as aspirações e os desejos dos cidadãos. Os determinantes da qualidade de vida no município de Cataguases foram analisados para que fossem esclarecidos aspectos referentes ao principal eixo de análise proposto no *survey*: o conceito de qualidade de vida. Para que essa análise fosse elaborada, foram construídos indicadores de satisfação individual, com aspectos objetivos de infraestrutura, meio ambiente e acesso a serviços, por um lado, e, por outro, com base na relação que o indivíduo mantém com o espaço no qual ele vive, evidenciada por um indicador de pertencimento e identidade com o espaço, orientada pela noção de *territorialidade*,⁶⁷ e indicadores referentes ao valor atribuído pelo indivíduo ao patrimônio material e imaterial do município. Segundo os pesquisadores, a conjugação de aspectos objetivos e subjetivos na determinação da percepção

⁶⁷ Santos (1996). Essa ideia é oriunda da relação do ser humano com o ambiente construído. O "território" se insere como um espaço "solidário", apesar de todas as diferenças entre pessoas e entre lugares. Identificação das pessoas com o seu local de moradia.

individual sobre a qualidade de vida norteou grande parte da produção teórica sobre ela, como no caso da pesquisa escandinava apresentada no capítulo anterior.

Alguns procedimentos metodológicos foram utilizados na construção dos índices referentes aos aspectos de infraestrutura, meio ambiente, acesso a bens e serviços, identificação com o patrimônio e territorialidade. Posteriormente, os testes estatísticos foram processados por um modelo de regressão logística⁶⁸, no qual se procurou esclarecer o efeito desses diversos indicadores na percepção sobre a qualidade de vida, do ponto de vista individual. Os pressupostos que orientaram essa análise estão expostos no diagrama a seguir (Figura 3).

Figura 3: Diagrama do efeito dos indicadores na percepção sobre a qualidade de vida.



Fonte: UFMG (2006).

A construção dos índices utilizados na análise exigiu o desenvolvimento de duas metodologias distintas. A primeira foi utilizada na construção dos indicadores objetivos de qualidade de vida: infraestrutura, qualidade ambiental e acesso a serviços. A segunda, por sua vez, foi utilizada na construção dos indicadores

⁶⁸ Dentro da estatística, a regressão logística é uma técnica que, a partir de um conjunto de observações, visa à produção de um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica (medida em escala nominal).

subjetivos (simbólicos) de qualidade de vida: territorialidade e identificação com o espaço urbano, identificação com o patrimônio histórico e cultural, identificação com o patrimônio arquitetônico e paisagístico/natural.

Na construção do índice de infraestrutura, o formulário do *survey* teve como objetivo investigar a satisfação dos indivíduos entrevistados com relação a aspectos infraestruturais, a saber: transporte, água, luz/iluminação, telefonia pública, limpeza urbana, falta de áreas de lazer, correios, comércio, policiamento, hospitais/ postos de saúde e escolas. Os entrevistados foram perguntados se cada um dos aspectos era um problema sério (1); um problema mais ou menos sério (2); ou não era problema (3).

Foi possível atribuir um peso não aleatório às respostas dadas, por se tratar de uma bateria de questões. As respostas foram ponderadas em valores entre 0 e 1, sempre com a satisfação assumindo valor mais alto e a consideração de um determinado aspecto como problemático assumindo valores mais baixos, para que um bom nível de comparabilidade entre o indicador final de satisfação com a infraestrutura e os outros dois indicadores objetivos (avaliação sobre o meio ambiente e sobre o acesso a serviços) fosse mantido.

Sendo assim, a ponderação se deu da seguinte forma: se o respondente afirmasse que determinado aspecto era um problema sério, o valor 0 era atribuído a essa resposta. Caso determinado aspecto fosse considerado um problema mais ou menos sério, o valor 0,5 lhe era atribuído, sendo, por fim, atribuído valor 1 àqueles aspectos que não fossem considerados problemáticos. Assim, foram somados os valores atribuídos às respostas de cada indivíduo, gerando uma pontuação final do entrevistado no que diz respeito à sua percepção sobre a infraestrutura no bairro.

Portanto, conforme a lógica da construção do índice apresentada, quanto maior a pontuação individual nessa bateria de perguntas, menor a compreensão desses aspectos como problemáticos no ambiente urbano e maior a satisfação com a infraestrutura. Essa lógica também foi aplicada na construção dos outros dois índices, devendo ser ressaltado que quanto mais alta era a pontuação, maior era a satisfação em termos de qualidade de vida. Por fim, a variável criada a partir da soma das pontuações nessa bateria de perguntas foi transformada em uma variável

contínua, cuja escala ia de 0 a 100, assumida como variável indicadora da satisfação do entrevistado em relação aos aspectos de infraestrutura no município de Cataguases.

Para a construção do índice de qualidade ambiental, a satisfação individual com o meio ambiente urbano foi investigada no *survey*, por meio de uma bateria de perguntas com formato igual àquela utilizada na construção do índice de infraestrutura. Ela possuía as mesmas possibilidades de resposta para o entrevistado, e cobria os seguintes aspectos referentes à qualidade ambiental: intensidade do barulho, arborização, qualidade do ar, conservação das vias, intensidade do trânsito, poluição dos rios e córregos, poluição visual e poluição atmosférica.

No caso do índice construído para mensurar a satisfação/insatisfação individual com as condições de meio ambiente na área da pesquisa, o procedimento foi o mesmo utilizado na construção do índice sobre a infraestrutura, tendo a ponderação das respostas sido a mesma, e também gerou, no final, uma variável contínua cuja escala variava entre 0 e 100.

Para a construção do índice de oferta e acesso a serviços, também foi utilizada uma bateria de questões, que visava investigar a situação da oferta e do acesso a serviços pela população. Neste caso, foram apresentadas cinco possibilidades de respostas: muito boa (1); boa (2); nem boa nem ruim (3); ruim (4); e muito ruim (5). Os serviços sobre os quais foi investigada a avaliação da população foram: vagas em escolas e creches, oferta de comércio e serviços, coleta de lixo, saneamento (tratamento de esgoto), segurança, policiamento, existência de áreas de lazer, transporte público, postos de saúde/ambulatórios.

A construção do índice de satisfação/insatisfação com a oferta e o acesso a serviços seguiu a mesma lógica dos outros índices, em que a maior pontuação significava maior satisfação com a oferta e ao acesso a esses serviços. Mas neste caso, devido à escala diferenciada de possibilidades de respostas, sua ponderação nesse indicador teve uma pequena alteração: se o indivíduo respondesse que a oferta e o acesso a um determinado serviço eram muito bons, era atribuído 1 ponto; se a resposta era que a oferta era boa, era atribuído 0,75 ponto; se a resposta era oferta

nem boa nem ruim, era atribuído 0,5 ponto; se a resposta era ruim, 0,25 ponto; e nenhum ponto para muito ruim. Também neste caso, o índice final era uma variável contínua com escala variando entre 0 e 100.

Em relação à construção dos índices de territorialidade/pertencimento e identificação com o patrimônio, procurou-se medir os aspectos subjetivos de identificação com o espaço e a territorialidade, importantes do ponto de vista teórico para a análise da qualidade de vida. A pergunta “Com qual destas afirmativas você concorda?” foi utilizada no *survey* e com as seguintes opções de respostas: sinto-me em casa neste bairro (1); este bairro é apenas um lugar para morar (2); se pudesse mudaria deste bairro (3); NA (77); NR (88); e NS (99).

As respostas a essa pergunta foram agrupadas para formulação de uma variável indicadora dicotômica⁶⁹ passível de utilização em um modelo de regressão logística, na qual o fato de se sentir em casa no bairro assumia valor 1 e todas as outras possibilidades de respostas assumiam valor 0.

A construção do índice de identificação com o patrimônio histórico e cultural (IIPHC), de caráter imaterial, também foi baseada em uma bateria de perguntas do *survey*, que visava identificar a importância de determinados elementos do patrimônio histórico e cultural da cidade, divididos em quatro grandes grupos, para os indivíduos entrevistados.

Sendo assim, o indivíduo foi perguntado sobre a importância que ele atribuía a elementos específicos do patrimônio histórico e cultural, com quatro possibilidades de resposta, a saber: muito importante (1); importante (2); mais ou menos importante (3); e não é importante (4). Para o grupo das “artes” foram incluídos: o Cinema de Humberto Mauro; a Literatura do Grupo Verde; a arquitetura modernista; e as artes modernistas (painéis e esculturas). O grupo das festas típicas foi assim composto: a Festa da padroeira Santa Rita de Cássia; a Feira Industrial de Cataguases; a Exposição agropecuária; e o Aniversário da cidade. O artesanato de Cataguases foi representado da seguinte forma: a Feira de Artesanato da Praça Santa Rita, o Artesanato do Centro Cultural Eva Nil, o Artesanato do Instituto Francisca de Souza

⁶⁹ Variável que fornece apenas os valores 0 e 1.

Peixoto e o Artesanato do Centro de Tradições Mineiras. E, por fim, o grupo referente aos aspectos históricos foi composto da seguinte forma: o cultivo do café, a chegada da ferrovia, o surgimento das indústrias e a revista Verde.

Os pesos atribuídos às respostas foram: 0,25 para “não é importante”; 0,5 para “mais ou menos importante”; 0,75 para “importante”; e 1 para “muito importante”. A soma do valor das respostas dos indivíduos para as baterias de perguntas que investigaram a valorização do patrimônio histórico e cultural foi transformada em uma variável contínua com escala entre 0 e 100, e assim foi constituído o IIPHC.

O mesmo procedimento foi utilizado para a construção do índice de identificação com o patrimônio arquitetônico e paisagístico/natural (IIPAP), de caráter material. Outra bateria de perguntas do *survey* procurou identificar a importância de determinados elementos do patrimônio arquitetônico e paisagístico da cidade, dividindo-os em três grandes grupos, para os indivíduos entrevistados. O formato das questões foi o mesmo da bateria sobre o patrimônio histórico e cultural (imaterial). O grupo das edificações e monumentos foi assim composto: Igreja de Santa Rita (Figura 4), Colégio Cataguases (Figura 5) e Chácara Dona Catarina (Figura 6).

Figura 4: Igreja de Santa Rita: elevação frontal e detalhe acesso



Fonte: Alonso (2010).

Figura 5: Colégio Cataguases.



Fonte: Alonso (2010).

Figura 6: Chácara Dona Catarina.



Fonte: Alonso (2010).

O meio ambiente natural teve o seu grupo formado por: Horto Florestal, Rio Pomba, Arborização da cidade e Cachoeiras do Distrito do Glória. O grupo do Centro Histórico de Cataguases teve como seus representantes: Avenida Astolfo Dutra (Figura 7), Praça Rui Barbosa (Figura 8), Bairro Jardim (Figura 9) e Região da Estação Ferroviária (Figura 10).

Figura 7: Avenida Astolfo Dutra.



Fonte: Alonso (2009).

Figura 8: Praça Rui Barbosa.



Fonte: Alonso (2010).

Figura 9: Bairro Jardim.



Fonte: Alonso (2010).

Figura 10: Região da Estação Ferroviária.



Fonte: Alonso (2010).

A distribuição dos pesos entre as possibilidades de resposta foi exatamente a mesma do IIPHC. A soma do valor das respostas dos indivíduos para as baterias de perguntas que investigaram a valorização do patrimônio arquitetônico e paisagístico foi transformada em uma variável contínua com escala entre 0 e 100, e assim foi constituído o IIPAP.

Com base nesses dois índices – o IIPHC e o IIPAP – foi construído, por meio da análise fatorial de componentes principais⁷⁰, um índice sintético de identificação com o patrimônio. Esse procedimento sintetizou os dois índices de identificação com o patrimônio em uma única variável, capaz de explicar 77,9% da variância dos dois índices e com uma correlação considerada altíssima com ambos (0,883).

O fator resultante da síntese dos dois índices gerou uma variável, que foi padronizada em uma escala de 0 a 100 e denominada índice de identificação com o patrimônio (IIP). Esse foi o indicador utilizado no modelo de análise inferencial⁷¹ dos determinantes da qualidade de vida que buscou medir a valorização do patrimônio pelo indivíduo e a sua identificação com o patrimônio do município. Na análise das

⁷⁰ A análise fatorial de componentes principais é utilizada para se tentar reduzir o número de variáveis utilizadas na descrição de uma dada realidade ou fenômeno, cuja mensuração é complexa. É criada uma nova variável que represente as outras variáveis que se correlacionam entre si.

⁷¹ Tipo de análise utilizada para identificar as relações entre variáveis, sendo elas ou não relações de causa e efeito.

estatísticas descritivas foram utilizados, separadamente, os dois subíndices de identificação com o patrimônio.

A seguir estão apresentadas algumas estatísticas descritivas sobre a distribuição dos indicadores objetivos de qualidade de vida (infraestrutura, acesso e oferta de serviços e qualidade ambiental) e dos indicadores subjetivos de identificação com o patrimônio (Tabela 1).

Tabela 1: Média, mediana e desvio-padrão dos índices de infraestrutura, acesso e oferta de serviços, qualidade ambiental, IIPAP e IIPHC

Variável	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Índice de infraestrutura	63,07	68,18	22,30
Índice de qualidade ambiental	54,70	50,00	24,22
Índice de oferta e acesso a serviços	52,89	52,77	16,71
Índice de identificação com o patrimônio histórico e cultural (IIPHC)	67,53	71,87	20,22
Índice de identificação com o patrimônio arquitetônico e paisagístico (IIPAP)	76,41	77,90	16,38

Fonte: UFMG (2006).

Os dados apresentados mostram que dentre os aspectos objetivos de qualidade de vida investigados no *survey*, a infraestrutura foi aquele com o qual a população pesquisada demonstrou o maior índice de satisfação (em média 63,07 pontos de 100 possíveis) e que também apresentou o valor mais alto para a mediana. A pior avaliação média foi dada à oferta e ao acesso a serviços, além do desvio-padrão mais baixo, o que significa que a avaliação é homoganeamente negativa e não apresentou grandes variações. O índice de qualidade ambiental também apresentou

média baixa (54,7 em 100), mas uma variabilidade maior (desvio-padrão de 24,22), tendo a distribuição das categorias de avaliação sido mais heterogênea (distâncias maiores entre as avaliações positivas e negativas).

Os índices de identificação com o patrimônio são aqueles que apresentaram médias mais altas, principalmente no que diz respeito ao patrimônio arquitetônico e paisagístico. O IIPAP apresentou média de 76,41 pontos, com desvio-padrão muito baixo (ou seja, pouca variação entre as categorias de resposta), enquanto o IIPHC apresentou média mais alta do que a dos indicadores objetivos (67,53). Esses dados mostraram uma intensa identificação da população de Cataguases com os elementos que compõem o seu patrimônio.

Além da construção desses índices, a pesquisa buscou inferir a respeito da causalidade na determinação da avaliação positiva individual sobre a qualidade de vida no município. Tendo em vista que a análise proposta teve como eixo principal a investigação sobre a qualidade de vida, foi utilizado um modelo estatístico de análise de regressão logística. No *survey*, a questão “No município, de maneira geral, você acha que a qualidade de vida aqui é?” foi utilizada para a construção de um indicador sobre a avaliação da qualidade de vida. As opções de respostas foram: muito boa (1); boa (2); ruim (3); muito ruim (4); NR (88); e NS (99).

Em seguida, as respostas a essa pergunta foram agrupadas entre boa/muito boa e ruim/muito ruim, para gerar uma variável indicadora sobre a avaliação da qualidade de vida no município e com duas categorias: avaliação positiva (assumindo valor 1) e avaliação negativa (assumindo valor 0). Essa transformação se fez necessária para adequar a variável indicadora ao modelo de análise estatística. Esta variável indicadora foi utilizada como variável dependente, e por meio da análise buscou-se investigar quais eram os determinantes da avaliação positiva sobre a qualidade de vida no município.

O modelo de análise estatística proposto foi o de regressão logística, por estar baseado na probabilidade de ocorrência de um fenômeno e por ter como pressuposto a causalidade entre as variáveis independentes e a variável dependente. Os pesquisadores, baseados na crença da causalidade entre as variáveis independentes e a variável dependente, acreditaram que este tipo de teste

estatístico era o mais apropriado para esclarecer os efeitos de cada variável independente sobre a variabilidade da variável dependente. A variável dependente utilizada na construção do modelo de análise estatística foi a avaliação sobre a qualidade de vida no bairro (positiva = 1). Quanto às variáveis independentes utilizadas, foram utilizados o índice de infraestrutura, o índice de qualidade ambiental, o índice de oferta e acesso a serviços e a indicadora de territorialidade e identificação com o espaço urbano.

Os resultados para o teste de análise de regressão logística, com base nos dados do *survey*, estão demonstrados na Tabela 2.

De acordo com a pesquisa, todas as variáveis inseridas no modelo demonstraram significância estatística. Praticamente todos os indicadores utilizados no modelo foram considerados importantes na determinação da avaliação pessoal positiva a respeito da qualidade de vida no município. Apenas o índice de qualidade ambiental, dentre todas as variáveis inseridas no modelo, não pode ser utilizado para explicar a avaliação positiva da qualidade de vida. Os resultados para o coeficiente B apontaram também que, além de significativos, os efeitos das variáveis independentes são positivos

Tabela 2: Resultados do modelo de análise de regressão

Variável	B	Sig.	Exp (B)	%
Índice de infraestrutura	0,011	0,095**	1,011	1,10
Índice de qualidade ambiental	-0,002	0,717	0,998	-0,22
Índice de oferta e acesso a serviços	0,029	0,001*	1,029	2,90
Territorialidade/identidade com o espaço urbano (indicadora)	0,527	0,054*	1,694	69,41
Índice de identificação com o patrimônio (IIP)	0,027	0,040*	1,027	2,74

Constante	-2,144	0,008	0,117	-88,28
-----------	--------	-------	-------	--------

* $p < 0,05$, teste unilateral; e ** $p < 0,05$, teste bicaudal.

Fonte: UFMG (2006).

A partir daí os pesquisadores puderam inferir que o aumento nas variáveis dependentes implicava o aumento na possibilidade de avaliação positiva da qualidade de vida no município.

O cálculo das razões de chance apontou que cada ponto a mais no índice de infraestrutura aumentava, em média, 1,10% a possibilidade de que o indivíduo considerasse a qualidade de vida no município boa. Dentre os indicadores objetivos de qualidade de vida urbana, o índice de oferta e acesso a serviços foi o que teve o maior efeito: cada ponto a mais aumentava, em média, 2,9% a probabilidade de que o indivíduo tivesse uma avaliação positiva da qualidade de vida no município de Cataguases.

O efeito do IIP foi alto se comparado aos dos outros índices que compunham o modelo de análise, o que em larga medida refletiu a intensidade da valorização da população do município com relação aos elementos de seu patrimônio. A pesquisa mostrou que não apenas esses elementos foram considerados muito importantes pela população. Quanto mais intensa era a identificação com esses elementos, maior era a probabilidade de os indivíduos considerarem a sua qualidade de vida boa ou muito boa.

A variável indicadora de territorialidade e identidade com o espaço urbano também teve efeito significativo na avaliação da qualidade de vida urbana. As pessoas que afirmaram se sentir em casa no bairro tiveram, em média, 69,41% de chances a mais de fazer uma avaliação positiva de sua qualidade de vida. Tanto o efeito do IIP quanto o efeito da variável indicadora de territorialidade com base nos dados do survey reafirmaram a importância dos aspectos subjetivos de identificação com o território e o patrimônio na determinação da qualidade de vida (Grifo nosso).

No caso do IIP, o efeito também foi estatisticamente significativo e razoavelmente alto. Cada ponto a mais na escala do índice de identificação com o patrimônio aumentava, em média, 2,74% a possibilidade de que o indivíduo fizesse uma avaliação positiva de sua qualidade de vida. A limitação da comparabilidade entre os índices criados e a variável indicadora de territorialidade foi ressaltada pelos pesquisadores, uma vez que os primeiros foram medidos em escalas de 0 a 100 e o segundo por meio de uma variável com apenas duas categorias. Portanto, a comparação do efeito líquido dessas variáveis independentes só pôde ser feita entre os índices, e não entre eles e o indicador de territorialidade. Os pesquisadores ressaltaram que todos os indicadores de territorialidade e identificação com o patrimônio explicaram a variação na avaliação sobre a qualidade de vida.

Os resultados obtidos na pesquisa levaram os pesquisadores a concluir que todos os indicadores utilizados explicaram a avaliação positiva da qualidade de vida, exceto o índice de qualidade ambiental. Ou seja, não foi identificada pelos pesquisadores uma relação entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental para a população de Cataguases. A surpresa dessa conclusão foi o fato de ser um indicador mal avaliado pela população de modo geral.

Mas, mesmo não existindo relação entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental, a atenção especial e os investimentos substanciais nessa área se justificavam devido à média baixa na avaliação desse indicador. Por outro lado, a possibilidade de avaliar positivamente a qualidade de vida se dava quando as pessoas avaliavam positivamente os aspectos de infraestrutura e acesso e oferta a serviços, principalmente este último. A territorialidade/identificação com o espaço urbano também determinou uma avaliação positiva da qualidade de vida, assim como no caso da variável indicadora de identificação com o patrimônio.

A análise combinada entre as estatísticas descritivas e inferenciais a respeito dos indicadores objetivos permite-nos afirmar que a população pesquisada de uma maneira geral avalia positivamente a infraestrutura implantada e tem uma avaliação mais negativa sobre a oferta de bens e serviços. Como o efeito do indicador de oferta de serviços é mais alto (ambos positivos) sobre a avaliação positiva da qualidade de vida, concluímos que há uma necessidade maior de racionalização e reengenharia na oferta e no acesso aos serviços pesquisados do que propriamente da implantação de uma infraestrutura que cubra a demanda no município de Cataguases. Isto fica claro se considerarmos que a infraestrutura é, em média, muito melhor avaliada do que a oferta e acesso

aos serviços, mas tem um efeito menor na determinação da avaliação positiva da qualidade de vida (UFMG, 2006).

Os indicadores de pertencimento/identificação com o território e com o patrimônio apresentaram significância estatística considerável e, portanto, foram importantes fatores explicativos na determinação da avaliação positiva da qualidade de vida, do ponto de vista individual. Ambos os indicadores de identificação com o patrimônio (IIPHC e IIPAP) tiveram avaliação muito alta junto à população e indicou a intensa valorização da população quanto aos elementos de seu patrimônio. A análise inferencial sobre a determinação da qualidade de vida reforçou a primeira impressão deixada pelas estatísticas descritivas.

O índice utilizado no modelo de análise inferencial como indicador da importância atribuída ao patrimônio e da identificação individual com o mesmo indicador, o IIP, apresentou efeito bastante significativo do ponto de vista estatístico e se mostrou uma variável muito importante na determinação da qualidade de vida para os indivíduos do município. Em termos de políticas públicas, concluiu-se que investimentos que visassem à melhoria da qualidade de vida e que se pretendiam efetivos na melhoria desse indicador deveriam incluir investimentos na valorização do patrimônio da cidade, fosse ele histórico, cultural, arquitetônico ou paisagístico, ou seja, investimentos no patrimônio do município teriam amplos reflexos positivos na avaliação da população sobre a sua qualidade de vida. Por fim, foi ressaltada a relevância da territorialidade e da identificação com o espaço urbano na avaliação positiva da qualidade de vida em Cataguases. Esse resultado indicou que deveriam ser reforçados os vínculos entre as pessoas residentes e os referenciais simbólicos/identitários dos bairros (como monumentos, festas típicas, etc.) e as relações comunitárias e de vizinhança que visassem à melhoria da qualidade de vida urbana. Essa consideração configurou desdobramentos importantes em termos de uma análise mais aprofundada sobre quais elementos contribuía para a presença do sentimento de identificação com o espaço (territorialidade), indicando o caminho a ser seguido por posteriores estudos que visassem investigar e intervir nas condições e na qualidade de vida no município.

Considerando as três representações da sustentabilidade urbana apresentadas por Acselrad, alguns comentários podem ser feitos em relação à pesquisa de

Cataguases, onde as diretrizes principais foram a percepção sobre a qualidade de vida, a sustentabilidade e o patrimônio urbano e cultural, dentre outras.

Em relação à qualidade de vida foram considerados aspectos objetivos de infraestrutura, meio ambiente e acesso a serviços, e aspectos subjetivos de territorialidade e identificação com o espaço urbano, identificação com o patrimônio histórico e cultural e identificação com o patrimônio arquitetônico e paisagístico/natural. Os aspectos de infraestrutura e de oferta e acesso a serviços podem ser incluídos na matriz que considera a cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas necessárias ao suprimento das demandas cotidianas por serviços urbanos e investimentos em infraestrutura. Contudo, a pesquisa não considera o consumo de energia fóssil e de outros recursos naturais e a produção de rejeitos necessários à oferta e ao acesso desses serviços e equipamentos urbanos – matriz tecnomaterial. Um hospital pode estar bem estruturado e equipado e o acesso a ele pode ser feito de forma rápida e segura por um sistema de trânsito eficiente, mas quanto se gasta em energia e quanto se produz em rejeitos para que isso aconteça?

Os aspectos subjetivos de territorialidade e identificação com o espaço urbano, identificação com o patrimônio histórico e cultural e identificação com o patrimônio arquitetônico e paisagístico/natural podem ser incluídos na matriz que considera a cidade como espaço da “qualidade de vida”. A variável indicadora de territorialidade e identificação com o espaço urbano foi construída em função de uma pergunta que, no *survey* utilizado para a coleta de dados, se encontrava no tópico destinado à avaliação da organização social e comunitária: convívio, solidariedade e cidadania.

A ideia de sustentabilidade associada à categoria *patrimônio* está inserida também na representação da cidade como espaço da “qualidade de vida” e não se refere apenas à materialidade das cidades. Quanto à identificação com o patrimônio, foram criados, primeiramente, dois índices distintos relativos ao patrimônio material e imaterial, mas que, posteriormente, foram fundidos em um só índice de identificação com o patrimônio (IIP). Segundo os pesquisadores, esse índice (e os demais) tinha como objetivo medir a valorização do patrimônio pelo indivíduo e a sua identificação com o patrimônio do município e subsidiar uma série de ações governamentais, sobretudo, nas áreas da cultura e do planejamento urbano. Percebe-se então que o

IIP se preocupou com a significância cultural e os valores sociais do patrimônio e com a gestão deste patrimônio, uma vez que a pesquisa foi realizada para compor o diagnóstico técnico da elaboração do Plano Diretor Participativo de Cataguases.

A construção do índice de qualidade ambiental considerou aspectos objetivos percebidos pelos indivíduos em relação a, principalmente, todos os tipos de poluição combatidos pelos modelos de ascetismo e pureza defendidos na matriz da cidade como espaço da “qualidade de vida”.

Os indicadores e os índices desenvolvidos e utilizados na pesquisa de Cataguases se referem a aspectos presentes em duas das três matrizes discursivas da sustentabilidade urbana apresentadas por Acselrad: a cidade como espaço da “qualidade de vida” e como espaço de legitimação das políticas urbanas. Não foram, porém, identificados indicadores referentes à minimização do consumo de energia e de recursos naturais ou reciclagem de materiais: matriz tecnomaterial das cidades. Houve a preocupação, durante a coleta de dados, com a avaliação da organização social e comunitária, mas não se identificaram quais os temas discutidos, por exemplo, nas reuniões das associações de bairro: educação ambiental, consciência ecológica, etc.

Quanto à noção subjetiva de qualidade de vida, uma longa tradição filosófica vê os indivíduos como os melhores juízes de suas próprias condições. Os relatos das pessoas sobre suas próprias condições não têm nenhuma contrapartida objetiva óbvia, mas eles podem ajudar a prognosticar o comportamento dessas pessoas ou do grupo. Por exemplo, a “qualidade ambiental percebida” pode ser comparada à “qualidade ambiental real”, mas apenas os entrevistados podem fornecer a informação em seus próprios estados e valores subjetivos. “Estas avaliações implicam um exercício cognitivo por cada pessoa e um esforço para examinar e resumir a série completa dos elementos que as pessoas valorizam” (Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2009, p. 43).

Os aspectos objetivos a serem considerados em qualquer avaliação de qualidade de vida dependem do propósito do exercício. No caso de Cataguases, um dos objetivos da pesquisa foi servir como referência estatística para as relações de causalidade e as correlações entre as variáveis propostas, tanto no momento desta análise, quanto

em outros momentos em que o município for objeto de investigação. Todas as dimensões da qualidade de vida apontadas pela *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* foram contempladas pela coleta de dados da pesquisa de Cataguases e algumas inseridas na construção dos índices.

O IIP é um índice de escopo cultural, utilizado localmente, cuja construção se baseou na percepção dos indivíduos em relação a algumas edificações significativas de Cataguases. Esse fator pode ser um limitador ao seu uso em uma escala maior – regional, nacional ou global, porque dificulta a identificação dos indivíduos com edificações ou conjuntos urbanos com os quais eles não têm qualquer tipo de relação afetiva. Essa é uma adaptação a ser feita se esse processo de construção de índices de identificação com o patrimônio for executado em outras cidades. Em cada caso deve se ter o conhecimento da cultura local e do seu patrimônio.

Apesar de a sua construção ter sido orientada por especialistas, a participação da comunidade é essencial quando se usa o *survey* como ferramenta de pesquisa e aquisição de dados. Além de construir o IIP, a pesquisa conseguiu fornecer aos pesquisadores informações sobre a importância do patrimônio cultural para a qualidade de vida da população, afirmando o grau de facilidade em se observar e interpretar resultados (interface) na tomada de decisões.

Este capítulo mostrou que um processo participativo de construção de um Plano Diretor é uma situação ideal para que comunidade e especialistas selecionem questões a serem incorporadas em um sistema de indicadores que envolva vários atores. A sustentabilidade deve ser avaliada por meio de processos democráticos e consensuais de participação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o ano de 1972 for considerado o ponto de partida no que se refere à preservação do ambiente humano e à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade, pode-se afirmar que a largada foi um tanto quanto “escorregadia”. A história contada a partir desse ano mostrou que houve pouco diálogo entre as estruturas responsáveis por esses dois campos.

A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano foi fruto das preocupações em relação à degradação da natureza e aos seus efeitos e com a conservação dos recursos naturais. Essa Conferência estabeleceu princípios direcionados à garantia dos direitos humanos, à preservação dos recursos naturais, à importância do desenvolvimento socioeconômico e à mitigação dos efeitos produzidos pelas atividades antrópicas. Em nenhum momento foi citado o ambiente construído pelo homem e com valor cultural reconhecido como recurso a ser preservado. Os sítios urbanos, os edifícios históricos e os remanescentes arqueológicos estão mais suscetíveis aos efeitos maléficos das atividades antrópicas, como se concluiu posteriormente.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, por sua vez, definiu e tratou o patrimônio cultural e o patrimônio natural de forma distinta, expondo claramente a separação entre os dois campos de preservação. Essa divisão se faz incompreensível na medida em que toda cultura se manifesta sobre uma base natural responsável pelo fortalecimento da identidade cultural de um povo. Esse documento já expressava a obrigação dos Estados-parte de assegurar a transmissão do patrimônio cultural e natural, como “recurso”, às gerações futuras. A partir de meados da década de 1970, as políticas preservacionistas passaram a considerar não apenas a base física, mas a base socioeconômica, política e institucional onde se situam os locais de interesse e os seus arredores. Com a ampliação do conceito de patrimônio, que se deu a partir da década de 1960, foi formulada a ideia da conservação de um bem cultural em contraposição à manutenção desse bem em seu estado físico original. Tanto as condições físicas, quanto as demais condições dos bens e dos locais de interesse não permanecem intactas e estáticas. Sendo assim, as mudanças precisam ser cuidadosamente

gerenciadas, para assegurar a conservação do bem e os valores pelos quais foi reconhecido.

Mesmo depois da CNUMAD, em 1992, ao longo da década de 1990 os interesses culturais não foram incluídos nas diversas estruturas desenvolvidas pelas agências da ONU envolvidas com o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o uso das agências governamentais e dos gestores. Enquanto a Agenda 21 se preocupou com a utilização de indicadores na mensuração das mudanças nas dimensões econômica, social e ambiental, o ICOMOS e o Comitê do Patrimônio Mundial realizavam suas atividades de monitoramento e avaliação dos sítios paralelamente e levando em consideração o estado físico, os valores e a gestão.

A integração entre as estruturas de preservação do ambiente humano e de proteção do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade em um sistema apenas é um desafio a ser enfrentado pelos atores envolvidos nessas questões. Preservar o ambiente significa preservar o patrimônio ambiental urbano e a qualidade de vida dos cidadãos. Sistemas de indicadores de sustentabilidade serão eficazes e eficientes se houver uma estrutura que considere todas as dimensões da sustentabilidade.

No final da década de 1970 o termo sustentabilidade, que até então era utilizado em pesquisas associadas à biologia populacional, passa a fundamentar as reflexões da ecologia e da economia na compreensão dos problemas ambientais. Com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, a sustentabilidade surgiu como um elemento processual nas políticas de desenvolvimento econômico, equidade social e preservação ambiental. O desenvolvimento sustentável preconiza a preservação da sua base de sustentação social, econômica e, principalmente, ambiental, para que a qualidade de vida seja garantida às presentes e futuras gerações.

Definir o conceito de sustentabilidade tem sido um desafio enfrentado por várias e distintas abordagens (ambiental, social, econômica, institucional, cultural): atendimento às necessidades, preservação dos recursos naturais, consumo de energia, justiça e equidade social, liberdade, responsabilidade, tecnologia e qualidade de vida. Além do mais, a diferença e a provável incompatibilidade das dimensões dificultam a integração entre as medidas. Mas, a compreensão do que

seja desenvolvimento sustentável e a construção dos seus indicadores só podem ser alcançadas por meio de uma abordagem holística.

Apesar de as principais dimensões da sustentabilidade ser a ambiental, a social e a econômica, a questão não deve ser vista de forma restrita a elas, mas ser aberta a outras abordagens para que o problema seja compreendido na sua totalidade. Conhecer e indicar apenas a interação entre essas dimensões não se faz suficiente, mesmo porque vários fatores estão interagindo no cotidiano de uma cidade. É preciso conhecer os seus impactos por meio de princípios preventivos. As diversas definições e concepções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável dificulta a implementação e a avaliação dos processos e das mudanças em um sistema cultural.

Esse é um desafio a ser enfrentado pelos defensores do patrimônio cultural: o de tentar criar e utilizar indicadores culturais relacionados com indicadores das outras dimensões da sustentabilidade. E sobre o patrimônio urbano, essas atividades devem se concentrar em três perspectivas e nas suas inter-relações: no estado físico do bem, na sua gestão e nos seus valores e identidades. Além disso, se para os organismos internacionais de preservação o propósito da utilização dos indicadores é a sua universalidade, eles devem considerar a diversidade cultural dos povos e serem adaptados às especificidades de determinada cultura. Cada cultura possui valores e indicadores específicos inseridos e representam a forma como cada grupo entende o seu mundo.

Não se deve esquecer a base cultural (assentamentos históricos e paisagens culturais) a ser preservada, como estabelece a Convenção. O desenvolvimento sustentável deve preservar os valores e as mensagens responsáveis pelo sentido e pela identidade de um grupo cultural e étnico. Ele deve estar baseado em princípios demo-cráticos de gestão, na equidade, na oferta e no acesso aos serviços e, principalmente, na preservação dos valores e da identidade dos grupos. A sustentabilidade de um sistema cultural está no gerenciamento das mudanças, ou seja, no constante reuso de recursos culturais, associados com uma baixa entrada de energia para a adaptação às demandas de uma sociedade.

Entretanto, a identidade e os valores de um grupo são processos culturais e históricos que estão sujeitos a mudanças e ameaças e que, geralmente, não são mensurados. O desafio que se apresenta consiste em utilizar mecanismos (indicadores) que sejam capazes de apreender essas mudanças no comportamento de determinada comunidade ou sociedade dentro de contextos sustentáveis: julgamento de valor.

Uma sociedade sustentável é aquela que, junto ao seu meio natural, está aberta a mudanças culturais e de valores de forma sustentada. O julgamento de valor se faz importante na tentativa de se manter as características de interesse das comunidades e sociedades e dos seus ecossistemas em longo prazo. Logo, a clareza em relação ao que se deve sustentar é fundamental. A qualidade de vida e a qualidade ambiental devem caminhar juntas e, por isto, conservação e sustentabilidade significam gerenciar a mudança, mesmo sabendo que o resultado das mudanças e da adaptação do sistema não pode ser previsto. E como esses processos envolvem as escolhas de determinado grupo (indivíduos, sociedades, comunidades, organizações), eles devem envolver a participação de todos.

A ideia da conservação integrada, de caráter interdisciplinar, surgida na década de 1970 com a Declaração de Amsterdã, já não atende aos seus objetivos originais. Apesar das suas preocupações não se dirigirem apenas ao estado físico de um sítio histórico, mas também ao tecido socioeconômico, deve haver agora a preocupação com a entrada e a saída de energia, com os recursos naturais e com a produção de rejeitos. Deve-se ter o conhecimento do custo ambiental da conservação das áreas de interesse cultural. Portanto, os indicadores ou sistemas de indicadores de sustentabilidade cultural devem estar atrelados a indicadores que informem a quantidade de recursos naturais consumidos nesse processo. Por isso, a abordagem atual da conservação integrada, cujo objetivo primordial é o controle da mudança, deve substituir o simples administrador de recursos por um gestor com habilidades para gerenciar interesses, conflitos e negociações entre grupos e atores sociais. Sustentabilidade e conservação integrada são processos holísticos que estão associados na medida em que tratam o ambiente urbano e o ambiente natural simplesmente como ambiente, na sua totalidade. Para que um indicador ou um sistema de indicadores de sustentabilidade cultural sejam eficazes, eles não devem compreender apenas a forma como um grupo se identifica com o seu patrimônio,

mas como esse patrimônio se mantém por meio da cidadania em termos de consumo de recursos, produção e lançamento de rejeitos e acesso e oferta de serviços urbanos.

O uso de indicadores deve, fundamentalmente, estar baseado no monitoramento, na avaliação e na informação de condições e tendências em relação a metas e objetivos e na tomada de decisão. Portanto, os indicadores utilizados na gestão da mudança devem ser informativos em relação a determinado fenômeno específico ou comportamento de um sistema. De preferência, eles devem simplificar essas informações para facilitar sua comunicação, sua comparação e a compreensão do efeito da mudança no espaço e no tempo.

No entanto, devido à complexidade do desenvolvimento sustentável, os indicadores devem estar inter-relacionados ou agregados, apesar de o excesso de agregação dificultar as observações e as ações referentes a fenômenos específicos. A agregação das informações não impede a estratificação dos dados. Sendo assim, os indicadores ou sistemas de indicadores relacionados à conservação de um bem patrimonial podem agregar dados sobre o seu estado de conservação, sobre os seus valores e significados e sobre a sua gestão. No entanto, eles poderão ser considerados um indicador ou sistema de indicadores de sustentabilidade se, no caso de uma cidade, os dados da matriz da cidade como espaço de qualidade de vida forem agregados aos dados das outras duas matrizes.

Os indicadores de sustentabilidade, como ferramentas de avaliação, devem ser derivados de sistemas de informações adequados e coerentes para que a sua efetividade e a sua eficácia não sejam comprometidas. Pode-se pensar que a melhor maneira de se investigar o grau de identificação de uma comunidade ou sociedade com o seu patrimônio urbano é questionar os membros desses grupos.

No estudo de caso do município de Cataguases, foi utilizado um *survey* para coletar dados físicos e sociais necessários ao subsídio de ações governamentais nas áreas da cultura e do planejamento urbano. A partir da coleta desses dados foram analisados os indicadores sociais subjetivos e criado um índice de identificação com o patrimônio cultural. A coleta de dados foi feita diretamente com os entrevistados, por meio de formulários aplicados e adaptados ao objeto de investigação: a

identificação com o patrimônio por parte da população. Com a presença do aplicador, os objetivos da investigação podem ser explicados, aumentando, assim, a precisão e o grau de exatidão das informações. É claro que o que pode ser considerado uma vantagem dessa técnica de pesquisa tem o seu contraponto. A presença do aplicador pode oferecer menos liberdade e tempo para o entrevistado pensar no ato de responder. Além disso, essas respostas podem ser distorcidas pelo aplicador ou influenciadas por acontecimentos referentes ao foco da pesquisa e que, de alguma forma, comovam o entrevistado. Os formulários, por serem preenchidos pelo aplicador, podem ser aplicados indiscriminadamente em todos os segmentos da população, independentemente da etnia, da classe social, do grau de instrução, do sexo, etc. Mas como é aplicado a uma pessoa por vez, pode ser mais demorado. Como um elemento democrático, o *survey* favorece a abertura e a transparência do sistema de indicadores. O projeto de monitoramento se torna mais visível e familiar aos seus usuários e interessados.

Se a eficácia da política de preservação do patrimônio cultural depende da sua integração às políticas econômica, social e ambiental, os seus indicadores devem estar associados de maneira eficaz. A compreensão das relações entre as diversas dimensões da sustentabilidade deve ser vista como uma motivação, e não como uma barreira à criação e utilização de indicadores.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, n. 1, p. 79-90, maio 1999.

ALLARDT, Erik. Tener, amar, ser: una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar. *In*: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya (org.). **La calidad de vida**. México, DF, 1996.

ALONSO, Paulo (org.). **Cataguases – arquitetura modernista**: guia do patrimônio cultural. Cataguases: Instituto dos Estudos do Desenvolvimento Sustentável, 2009.

ALONSO, Paulo. **A construção de um patrimônio cultural**: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BONNETTE, Michel. Monitoring: some ideas on the concept. **Momentum**, v. 4, n. 3, Ottawa, 1995. Disponível em: http://www.icomos.org/icomosca/bulletin/vol4_no3_bonnette_e.html. Acesso em: 20 maio 2009.

BONNETTE, Michel. Urban conservation and sustainable development: a theoretical framework. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR CONSERVATION AND URBAN DEVELOPMENT, 2., 1999. Recife. **Anais [...]**. Recife: CECI, 1999.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARSALADE, Flávio. **Sustentabilidade e sustentação**. Arqutextos 013. Texto 10, jun. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/02.013/885>. Acesso em: 20 maio 2009.

CARTA das cidades europeias para a sustentabilidade. Carta de Aalborg. I Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis. Aalborg: AAVV, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CUNLIFFE, Scott. Monitoring and evaluation as practical manage tools. **Momentum**, Ottawa, v. 4, n. 3, 1995. Disponível em: http://www.icomos.org/icomosca/bulletin/vol4_no3_cunliffe_e.html. Acesso em: 7 dez. 2023.

DCMS. **The historic environment: a force for our future**. London, 2001. Disponível em: <http://www.tourisminsights.info/ONLINEPUB/DCMS/DCMS%20PDFS/HISTORIC%20ENV%20FORCE%20-%201.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009.

DESCHAMPS, Françoise. **Indicadores para la evaluación del estado de conservación de ciudades históricas**. Granada: Ed. Comares, 1999.

EDWARDS, Brian. **O guia básico para a sustentabilidade**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.

ENGLISH HERITAGE. **Power of place, The future of the historic environment**. London: HELM, 2000. Disponível em: <http://www.english-heritage.org.uk/publications/power-of-place/>. Acesso em: 20 maio 2009.

ENGLISH HERITAGE. **Conservation principles policies and guidance for the sustainable management of the historic environment**. London: HELM, 2008. Disponível em: http://www.helm.org.uk/upload/pdf/Conservation_Principles_Policies_and_Guidance_April08_Web.pdf. Acesso em: 20 maio 2009.

FAIRCLOUGH, Graham. Sustaining the historical environment. **Context**, London, n. 55, p. 39-41, set. 1997. Disponível em: <http://www.ihbc.org.uk/ContextOnlineArchive/page36/page52/page52.html>. Acesso em: 20 maio 2009.

FAIRCLOUGH, Graham. Cultural landscape, sustainability, and living with change? *In*: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (ed.). **Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. FERREIRA, Marina Baird (coord.). 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARDI, Peter; ZDAN, Terrence. **Assessing sustainable development: principles in practice**. Winnipeg: IISD, 1997. Disponível em: <http://www.iisd.org/pdf/bellagio.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**. Cambridge: The MIT Press, 1995.

HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente & sociedade**, Campinas, n. 2, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**:breve século XX – 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOFF, Herman. The monitoring and reporting of the state of properties inscribed on the world heritage list. **Momentum**, Ottawa, v. 4, n. 3, 1995. Disponível em: http://www.icomos.org/icomosca/bulletin/vol4_no3_vanhooff_e.html. Acesso em: 20 maio 2009.

HOOFF, Herman. La Convención del patrimonio mundial y el seguimiento del estado de conservación. *In*: IAPH. **Indicadores para la evaluación del estado de conservación de ciudades históricas**. Granada: Comares, 1998.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO (IAPH). **Indicadores para la evaluación del estado de conservación de ciudades históricas**. Granada: Comares, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2008 Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

JOKILEHTO, Jukka. Management of Sustainable Change in Historic Urban Areas. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR CONSERVATION AND URBAN DEVELOPMENT, 2., 1999, Recife. **Anais [...]**. Recife: CECI, 1999.

KEENE, John C. The links between historic preservation and sustainability: an urbanist's perspective. *In*: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (ed.). **Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2003.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACERDA, Norma. Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas. *In*: JOKILEHTO, Jukka; ZANCHETI, Sílvio (org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

LOW, Setha M. Social sustainability: people, history, and values. *In*: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (ed.). **Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2003. 62 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARKEVICIENE, Jurate. Genius loci and homo faber: A heritage-making dilemma. *In: ICOMOS – GENERAL ASSEMBLY AND INTERNATIONAL SCIENTIFIC SYMPOSIUM*, 16., 2008. Quebec. **Anais [...]**. Quebec: ICOMOS, 2008. Disponível em: http://www.international.icomos.org/quebec2008/cd/toindex/77_pdf/77-LVfF-142.pdf. Acesso em: 28 maio 2010.

MARKEVICIENE, Jurate. Sustainability: necessity, ideal morality or natural phenomenon? *In: INTERNATIONAL SEMINAR CONSERVATION AND URBAN DEVELOPMENT*, 2., 1999. Recife. **Anais [...]**. Recife: CECI, 1999.

MARKEVICIENE, Jurate. Urban heritage as cultural resources: Paradigms of sustainable development. *In: ICOMOS – GENERAL ASSEMBLY AND INTERNATIONAL SYMPOSIUM*, 13., 2002, Madrid. **Anais [...]**. Madrid: ICOMOS, 2002. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/madrid2002/actas/168.pdf>. Acesso em: 28 maio 2010.

MEADOWS, Donella H. *et al.* **The limits to growth**. Nova York: New American Library, 1972.

MINISTRY FOR CULTURE AND HERITAGE. Cultural indicators for New Zealand. Wellington: [s. n.], 2009.

NASSER, Noha. Redefining heritage and identity in conservation. **Context**, n. 102, p. 20-22, nov. 2007. London: IHBC, 2007. Disponível em: http://www.ihbc.org.uk/context_archive/102/nasser/page.html. Acesso em: 26 nov. 2010.

NESBITT, Kate (org.) **Uma nova agenda para a Arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. Tradução de Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci**: towards a phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli International Publications, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. [S. l.]: ONU, 1992. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>. Acesso em: 24 jul. 2009.

PALLASMA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. Tradução de Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PEARSON, Michael. *et al.* **Environmental indicators for national state of the environment reporting**: natural and cultural heritage. Canberra: Department of the Environment Australia, 1998.

PEREIRA, Maria de Lourdes D. **A pesquisa na análise social**: sobre a utilização de *surveys* na análise de inventários urbanos: possibilidade, limites, formas de utilização. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

PEREIRA, Maria de Lourdes D.; MACHADO, Luciana Altavilla V. P. As políticas públicas para a preservação do patrimônio. **Fórum**: conservação urbana e gestão do patrimônio, v. 2, n. 1, 2008.

PICKARD, Robert; THYSE, Mikhäel de. The management of historic centres: towards a common goal. *In*: PICKARD, Robert (ed.). **Management of historic centres**. Londres: Spon Press, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **PNUD no Brasil**. [S.l.]: PNUD, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: 12 mar. 2015.

RIEGL, Açois. **O culto modern dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução de Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2001.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. *In*: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. *In*: STROH, Paula Yone (org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 96 p. (Coleções Ideias Sustentáveis).

SANTOS, Carlos Nélon F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 86, abr. 1986.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SEN, Amartya K. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. de 2004. Caderno Mais!, p. 16-18.

SIRAVO, Francesco. Sustainability and the planning of historic cities: the experience of the aga khan trust for culture. *In*: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (ed.). **Managing change**: sustainable approaches to the conservation of the built environment. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2003.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. Paris: [s. n.], 2009. Disponível em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf. Acesso em: 11 fev. 2010.

STOVEL, Herb. Monitoring: World cultural heritage sites. **Momentum**, Ottawa, v. 4, n. 3, 1995. Disponível em: http://www.icomos.org/icomosca/bulletin/vol4_no3_stovel_e.html. Acesso em: 20 maio 2009.

STOVEL, Herb. Applying sustainability to urban conservation. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR CONSERVATION AND URBAN DEVELOPMENT, 2., 1999. Recife. **Anais [...]**. Recife: CECI, 1999.

STOVEL, Herb. Monitoramento para o gerenciamento e conservação do patrimônio cultural. *In*: JOKILEHTO, Jukka; ZANCHETI, Sílvio (org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

UNESCO. **Report of the sixteenth session of the world heritage committee, Santa Fe, U.S.A. (7-14 December 1992)**. Paris: UNESCO, 1993.

UNESCO. **Operational guidelines for the implementation of the world heritage convention**: WHC/2 Revised. Paris: UNESCO, 1995.

UNITED NATIONS. **Indicators of sustainable development**: framework and methodologies. New York: United Nations, 1996. Disponível em: http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd9_indi_bp3.pdf. Acesso em: 15 maio 2010.

UNITED NATION EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Climate on predicting and managing the impacts of climate change on World Heritage and Strategy to assist States Parties to implement appropriate management responses. **World heritage 22**, 2007, p. 35.

UNITED NATIONS. **Indicators of sustainable development**: guidelines and methodologies. New York: United Nations, 2007. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico plano diretor participativo de Cataguases**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA, José Eli da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul.-set. 2006. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_07.pdf. Acesso em: 5 jan. 2011.

VEIGA, José Eli da. Indicadores para a governança ambiental. *In*: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 7., 2007, Fortaleza. Fortaleza, 2007. **[Anais...]**. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/indicadores_para_a_governanca_ambiental.pdf. Acesso em: 21 jun. 2009.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, n. 68, jan.-abr. 2010.

VENTURA, Zuenir. **1968 – O ano que não terminou**: a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WARD, John. Cultural heritage site monitoring: Towards a periodic, systematic, comparative approach. **Momentum**, Ottawa, v. 4, n. 3, 1995. Disponível em: http://www.icomos.org/icomosca/bulletin/vol4_no3_ward_e.html. Acesso em: 20 maio 2009.

ZANCHETI, Sílvio. **Gestão da conservação e desenvolvimento urbano sustentável no Brasil**: proposta para uma agenda. Olinda: Ed. Centro de Estudos

Avançados da Conservação Urbana, 2007. (Textos para discussão, v. 17; Série 1 - Gestão da Conservação Urbana).

ZANCHETI, Sílvio; JOKILEHTO, Jukka. Values and urban conservation planning: Some reflections on principles and definitions. **Journal of Architectural Conservation**, Recife, n. 1, v. 3, mar. 1997.

ANEXO A – PRINCÍPIOS DE BELLAGIO

1. Guia de visão e metas

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Ser guiada por uma visão clara do que seja desenvolvimento sustentável e das metas que definam essa visão.

2. Perspectiva holística

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Incluir uma revisão do sistema todo e de suas partes.
- Considerar o bem-estar dos subsistemas ecológico, social e econômico, seu estado atual, bem como sua direção e sua taxa de mudança, de seus componentes e a interação entre as suas partes.
- Considerar as consequências positivas e negativas da atividade humana de um modo a refletir os custos e benefícios para os sistemas ecológico e humano, em termos monetários e não monetários.

3. Elementos essenciais

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Considerar a equidade e a disparidade dentro da população atual e entre as gerações presentes e futuras, lidando com a utilização de recursos, superconsumo e pobreza, direitos humanos e acessos a serviços.
- Considerar as condições ecológicas das quais a vida depende.
- Considerar o desenvolvimento econômico e outros aspectos que não são oferecidos pelo mercado e contribuem para o bem-estar social e humano.

4. Escopo adequado

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Adotar um horizonte de tempo suficientemente longo para abranger as escalas de tempo humana e dos ecossistemas, atendendo às necessidades das futuras gerações, bem como da geração presente em termos de processo de tomada de decisão em curto prazo.
- Definir o espaço de estudo para abranger não apenas impactos locais, mas, também, impactos de longa distância sobre pessoas e ecossistemas.
- Construir um histórico das condições presentes e passadas para antecipar futuras condições.

5. Foco prático

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve ser baseada em:

- Um sistema organizado que relacione as visões e metas dos indicadores e os critérios de avaliação.
- Um número limitado de questões-chave para análise.
- Um número limitado de indicadores ou combinação de indicadores para fornecer um sinal claro do progresso.
- Na padronização das medidas, quando possível, para permitir comparações.
- Na comparação dos valores dos indicadores com as metas, os valores de referência, o padrão mínimo e as tendências.

6. Abertura/transparência (*openness*)

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Construir os dados e indicadores de modo que sejam acessíveis ao público.
- Tornar explícitos todos os julgamentos, suposições e incertezas nos dados e nas interpretações.

7. Comunicação efetiva

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Ser projetada para atender às necessidades do público e do grupo de usuários.
- Ser feita de uma forma que os indicadores e as ferramentas estimulem e engajem os tomadores de decisão.
- Procurar a simplicidade na estrutura do sistema e utilizar linguagem clara e simples.

8. Ampla participação

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Obter ampla representação do público: profissional, técnico e comunitário, incluindo a participação de jovens, mulheres e indígenas para garantir o reconhecimento dos valores, que são diversos e dinâmicos.
- Garantir a participação dos tomadores de decisão para assegurar uma forte ligação na adoção de políticas e nos resultados da ação.

9. Avaliação constante

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- Desenvolver a capacidade de repetidas medidas para determinar tendências.
- Ser interativa, adaptativa e responsiva às mudanças, porque os sistemas são complexos e se alteram frequentemente.
- Ajustar as metas, os sistemas e os indicadores com os *insights* decorrentes do processo.
- Promover o desenvolvimento do aprendizado coletivo e o *feedback* necessário para a tomada de decisão.

10. Capacidade institucional

A continuidade na avaliação rumo ao desenvolvimento sustentável deve ser assegurada por:

- Delegação clara de responsabilidade e provimento de suporte constante no processo de tomada de decisão.
- Provimento de capacidade institucional para a coleta de dados, sua manutenção e documentação.
- Apoio ao desenvolvimento da capacitação local de avaliação.